

OLHARES DO /NO CAMPO COM ESTUDANTES-PESQUISADORES

Ricardo Santos de Almeida
Maria Aparecida Vieira de Melo
Maria Erivalda dos Santos Torres
(Orgs.)



OLHARES DO/NO CAMPO COM ESTUDANTES-PESQUISADORES

Vol. 1

OLHARES DO/NO CAMPO COM ESTUDANTES-PESQUISADORES

Vol. 1

Organizadores:
RICARDO SANTOS DE ALMEIDA
MARIA APARECIDA VIEIRA DE MELO
MARIA ERIVALDA DOS SANTOS TORRES

Editora do Centro Paulo Freire – Estudos e Pesquisas
Recife/PE
2022

Produzido por:

Centro Paulo Freire – Estudos e Pesquisas

Av. Acadêmico Hélio Ramos, s/n, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Centro de Educação (CE), Recife, Pernambuco, Brasil.

CEP: 50740-530

<https://www.centropaulofreire.com.br/>

©Centro Paulo Freire – Estudos e Pesquisas

Diagramação: Ricardo Santos de Almeida

Capa: Canva.com

Imagens: As imagens são de arquivos pessoais dos autores e de bancos virtuais gratuitos.

©Centro Paulo Freire – Estudos e Pesquisas

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Olhares do/no campo com estudantes-pesquisadores
[livro eletrônico] : vol. 1 / organizador
Ricardo Santos de Almeida. -- Recife, PE : Centro
Paulo Freire Estudos e Pesquisas, 2022.
PDF

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-87824-16-1

1. Educação no campo 2. Educação - Finalidade e objetivos 3. Freire, Paulo, 1921-1997 - Crítica e interpretação 4. Prática de ensino 5. Prática pedagógica 6. Professores - Formação 7. Sociologia educacional I. Almeida, Ricardo Santos de.

22-108367

CDD-370.91734

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação do campo 370.91734

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

Copyright © 2022. O livro pode ser baixado gratuitamente em formato digital de qualquer lugar do mundo entrando na página www.centropaulofreire.com.br/e-books/digitais.

2022. Escrito e produzido no Brasil.

**CONSELHO EDITORIAL
CENTRO PAULO FREIRE – ESTUDOS E PESQUISAS**

Agostinho da Silva Rosas	UPE e Centro Paulo Freire – Estudos e Pesquisas
Ana Paula de Abreu Costa de Moura	UFRJ e Centro Paulo Freire – Estudos e Pesquisas
Ana Maria Saul	PUC/SP e Centro Paulo Freire – Estudos e Pesquisas
Eliete Correia dos Santos	UEPB – Centro Paulo Freire – Estudos e Pesquisas
Inés María Fernández Mouján	Cátedra Paulo Freire, Universidad Nacional de Mar del Plata, Centro de Investigaciones y Estudios en Teoría Poscolonial, Universidad Nacional de Rosario, Argentina e Centro Paulo Freire – Estudos e Pesquisas
Inez Maria Fornari de Souza	Centro Paulo Freire – Estudos e Pesquisas
Joaquim Luís Medeiros Alcoforado	Universidade de Coimbra/Portugal e Centro Paulo Freire – Estudos e Pesquisas
Luiza Cortesão	Professora Emérita da Universidade do Porto, Presidente do Instituto Paulo Freire de Portugal e Centro Paulo Freire – Estudos e Pesquisas
Maria Aparecida Vieira de Melo	UFRN e Centro Paulo Freire – Estudos e Pesquisas
Maria Fernanda dos Santos Alencar	UFPE e Centro Paulo Freire – Estudos e Pesquisas
Mírian Patrícia Burgos	Centro Paulo Freire – Estudos e Pesquisas e Instituto Paulo Freire de Portugal
Ricardo Santos de Almeida	IFAL, UFAL/NUAGRÁRIO, Prefeitura Municipal de Porto Calvo/AL e Centro Paulo Freire – Estudos e Pesquisas

Dedicamos este livro a todos os pesquisadores e pesquisadoras que lutam e acreditam em um mundo mais justo.

SOBRE OS ORGANIZADORES

Ricardo Santos de Almeida: Doutorando em Geografia na UFSM. Doctor en Educación na UI. Mestrado: Geografia pela UFS (2016). Especializações: Práticas Assertivas da Educação Profissional Integrada à Educação de Jovens e Adultos - com Ênfase em Didática pelo IFRN (2020), Geografia Humana e Econômica pela UNINTER (2019), Administração Pública pela UCAM (2016); Geografia e Meio Ambiente pela UCAM (2014); Educação do Campo pela UCAM (2013); Formação para a Docência do Ensino Superior (2011). Graduações: Pedagogia pela UNINTER (2018), Geografia Licenciatura pela UFAL (2014), Gestão de Pequenas e Médias Empresas pela FAA (2009). Desenvolve pesquisas relacionadas às temáticas: agronegócio, território e territorialidades, processos de ensino-aprendizagem em Geografia e Educação do/no campo. Docente da rede pública de Porto Calvo/AL e atua no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas/Universidade Aberta do Brasil. Pesquisador do: Núcleo de Estudos Agrários e Dinâmicas Territoriais (NUAGRÁRIO/UFAL) desde 2009; Grupo de Estudos e Pesquisa em Análise Regional (GEPAR/UFAL); Geoprocessamento e a Cartografia no Ensino de Geografia (GCEG/UFAL) desde 2016; Núcleo de Pesquisa e Extensão em Educação de Jovens, Adultos e Idosos e Camponeses (NUPEEJAIC/UNEAL) desde 2020; do Grupo de Pesquisa em Educação e Território (UFSM) e Grupo de Pesquisas: Estudos e Pesquisas da Educação em Paulo Freire (GPEPEPF/UFRN) desde 2021. É também associado ao Centro Paulo Freire - Estudos e Pesquisas (CPFreire).

E-mail: ricardosantos@gmail.com.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5955679764505968>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1266-2557>.

Maria Aparecida Vieira de Melo: Doutora em Educação pela UFPB (2020). Mestra em Educação, Culturas e Identidades pela UFRPE/FUNDAJ (2015). Pedagoga pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (2010). Especialista em: Psicopedagogia (2012); Gestão Pedagógica (2013); Educação em direitos humanos (2014), Educação do campo (2015), História e cultura dos povos indígenas (2015), Tecnologias e artes (2019). Líder do Grupo de Pesquisas: Estudos e Pesquisas da Educação em Paulo Freire (GPEPEPF/UFRN), Pesquisadora do Núcleo de Estudos Agrários e Dinâmicas Territoriais da Universidade Federal de Alagoas (NUAGRÁRIO/UFAL), Pesquisadora do Laboratório de Educação, Novas Tecnologias e Estudos Étnico-Raciais (LENTE/UFRN), e do Grupo de Estudo e Pesquisas Discursos e Imagem Visual em Educação (GEPDIVE/UFPB). Interesses em: Educação do campo, educação popular, movimentos sociais, processos educativos, interdisciplinaridade. Formação de professores. Gestão pedagógica e Políticas educacionais. Livros didáticos. EJA. Transdisciplinaridade. Estágio supervisionado. EAD. Análise Arqueológica do Discurso (AAD). Pedagogia Social.

E-mail: m_aparecida_v_melo@hotmail.com.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6705733173478276>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6288-9405>.

Maria Erivalda dos Santos Torres: Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Caruaru (1997) e graduação em Letras pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Caruaru (1988). Coordenou o Fórum Estadual de EJA/PE e o Fórum Regional do Agreste Centro Norte. Atualmente é Presidente do Centro Paulo Freire - Estudos e Pesquisas, Recife/PE. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Administração de Unidades Educativas.

E-mail: erivaldatorres@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5577041654762304>

SUMÁRIO

PREFÁCIO Ivanio Folmer	12
APRESENTAÇÃO Ricardo Santos de Almeida Maria Aparecida Vieira de Melo Maria Erivalda dos Santos Torres	14
A HISTÓRIA DA POLÍTICA RURAL NO BRASIL: CONTRIBUIÇÕES PARA COMPREENDER O CAMPELINATO NA CIDADE DE DELMIRO GOUVEIA/AL Vanessa Souza Mendes	18
O ASSOCIATIVISMO: MULHERES GUERREIRAS (AGRICULTORAS E PESCADORAS) DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS SAPÉ, IGREJA NOVA E TABULEIRO DOS NEGROS, PENEDO, ALAGOAS Rita de Cássia de Lima Gouvêa Ricardo Santos de Almeida	37
BANANA: GESTO DE REBELDIA DA COMUNIDADE QUE TEM OUSADIA: I FESTIVAL DA BANANA NA SERRA DA BOA VISTA, PALMEIRA DOS ÍNDIOS/AL Bruna Fernandes da Silva Ricardo Santos de Almeida	54
DIFERENTES EXPRESSÕES DA RESISTÊNCIA E LUTA PELA TERRA: RELATOS DE MORADORES DO ASSENTAMENTO DOURADA, VIÇOSA/AL Flávia Ferreira da Silva Ricardo Santos de Almeida	66

AS CONTRIBUIÇÕES DOS PROJETOS CAT - CONHECER, ANALISAR E TRANSFORMAR, E BAÚ DE LEITURA PARA VALORIZAÇÃO DAS IDENTIDADES CAMPELINAS EM PALMEIRA DOS ÍNDIOS/AL Maria Rayne Silva de Sá Ricardo Santos de Almeida	79
AGRICULTURA FAMILIAR NA COMUNIDADE SÃO JOSÉ DE BAIXO, PALMEIRA DOS ÍNDIOS/AL Felipe Lima Duarte Ricardo Santos de Almeida	86
FAMÍLIAS EM SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE SOCIAL QUE HABITAM NA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DO ASSENTAMENTO SEMENTENTEIRA DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS/AL Janaína Balbino Pereira Ricardo Santos de Almeida	102
A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS PARA A SUBSISTÊNCIA NA COMUNIDADE SÍTIO CÁGADO, PASSO DE CAMARAGIBE/AL Jairo José Silva Ricardo Santos de Almeida	118
A AUTONOMIA DAS FAMÍLIAS COM A AGRICULTURA FAMILIAR NA CIDADE DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ELIEGE FARIAS Juliana Valões da Silva Ricardo Santos de Almeida	148

UM BREVE RELATO DO ASSENTAMENTO 160
CACHOEIRINHA NO MUNICÍPIO DE IGACI/AL
Maria Aparecida Marques da Silva
Ricardo Santos de Almeida

A LUTA PELA TERRA NO BRASIL E A CRIAÇÃO DOS 177
ASSENTAMENTOS RURAIS: UM BREVE RELATO DO
ASSENTAMENTO UNIDOS PELA TERRA
Adélia Elias de Farias
Ricardo Santos de Almeida

PREFÁCIO

Durante o curso de Mestrado em Geografia realizado entre os anos de 2016 e 2018 na Universidade Federal de Santa Maria, onde me propus a estudar aprofundadamente sobre os movimentos socioterritoriais, territorialidades e Educação do Campo percebi nitidamente que a Educação do Campo e todos os conflitos territoriais presentes nos territórios rurais sempre fizeram parte de minha trajetória, desde o momento em que meus pais, camponeses, foram expulsos de sua propriedade, de forma discreta pelo grande capital que se apropria, avançando violentando os saberes tradicionais, a cultura, a diversidade e a vida no campo até dentro da Instituição que agora me forma doutor em Geografia. E, assim como eu resisti destaco a importância dos estudos que se encontram no livro intitulado Olhares do/no campo com estudantes-pesquisadores como resistências frente à ofensiva neoliberal do capitalismo no campo brasileiro buscando romper com moldes às identidades camponesas para atender às tramas que o retroalimentam. Esperanças se faz preciso e problematizarmos o que estruturalmente ainda permanece no campo brasileiro se faz necessário e os estudos aqui problematizam diferentes nuances da territorialização e resistências pelo acesso a terra, moradia e alimento.

Atualmente, o estudo sobre a Educação do Campo torna-se necessidade impar para refletirmos o tipo de sociedade que temos e qual queremos para as próximas gerações. Tento contribuir com a formação de cidadãos críticos e reflexivos de sua realidade, considerando que sou educador em uma Escola que atende filhos de camponeses, está situada em um território rural, leva o nome de Escola do Campo, mas, infelizmente, não segue as diretrizes operacionais para a Educação do Campo, por vezes, negando a realidade da necessidade de uma territorialização da Educação do Campo.

Nosso papel enquanto educadores, sobretudo, professores-pesquisadores é fundamental para tecermos considerações sobre a realidade e refletirmos sobre ações e atitudes que possam convergir e reverter o processo de desterritorialização e desarticulação de diferentes instituições escolares. Embora privilegiados por estarmos em contínuo processo de formação específica sobre o tema, o que não é visto recorrentemente, nem mesmo, em formações continuadas para os profissionais que atuam com essa especificidade precisamos nos atentar aos aprendizados proporcionados pelas imersões e práticas de estudo-pesquisa despertando nosso compromisso com a função social da terra, que deveria estar totalmente relacionada ao bem-estar coletivo previsto na Constituição Federal de 1988, mas que precisa ser amplamente rediscutida para mitigarmos os processuais processos excludentes resultantes da Formação Econômica Social brasileira.

Nos, educadores e pesquisadores que atuamos com esse tema, temos o compromisso social de repartir nossos conhecimentos, disseminando obrigatoriamente reflexões teóricas e práticas, compreendendo a necessidade desse debate se manter sempre em movimento.

Boa leitura!

Ivanio Folmer,
Santa Maria/RS, Brasil.

OrcID: <https://orcid.org/0000-0002-7433-6434>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2379707211288456>

E-mail: ivaniofolmer@yahoo.com.br

APRESENTAÇÃO

Os estudos aqui empreendidos encontram-se inseridos no contexto de avaliação sistemática de recuperação/superação realizada junto a estudantes-pesquisadores ao longo da disciplina intitulada Sociologia Rural e Questão Agrária no Brasil, contida no processo formativo do curso de pós-graduação *Lato Sensu* Especialização em Educação do Campo e Sustentabilidade da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL) que oferta o curso regularmente com atividades semipresenciais cujas atividades ocorrem em Tempo-Universidade e Tempo-comunidade. Estas atividades contribuem significativamente para a (re)construção e fortalecimento de saberes e conhecimentos, valores, cultura e identidade de um público que já é docente ou atua em atividades laborais diretamente relacionada ao campo e em regime de alternância.

As reflexões aqui contidas proporcionam uma diversidade de intercâmbio de saberes que foram amplamente debatidos e valorizados ao longo dos encontros em sala de aula na Universidade. Neste sentido, a oferta do componente curricular Sociologia Rural e Questão Agrária no Brasil contemplou sua ementa, nas seguintes discussões:

Estudo dos paradigmas teórico-metodológicos das Ciências Sociais. Sociologia Rural: concepções e contexto histórico. Agricultura e relação homem-natureza ao longo da história; A questão agrária e o capitalismo; Globalização e transformações no espaço rural; Agricultura e desenvolvimento: ocupação e transformação do espaço brasileiro; revolução verde; modernização conservadora, reestruturação produtiva e suas consequências para o mundo rural; força de trabalho na agricultura; Os movimentos sociais rurais e a reforma agrária no Brasil e no mundo; Agricultura e reforma agrária em Alagoas. Trabalho de Campo Curricular (UNEAL, 2017).

Nota-se, portanto, que as temáticas orientadoras enunciadas na ementa do componente curricular sugerem o entendimento de diversos processos sociais, políticos e econômicos contidos em todos os estudos aqui socializados que (re)constróem os territórios do campo e da cidade e também uma contextualização a respeito das ressonâncias de processos territoriais no espaço rural brasileiro atual após séculos de transformações estruturais para, posteriormente, evidenciarmos as teses favoráveis (basilares ao real entendimento da função social e cultural dos povos e das escolas do/no campo) e as teses contrárias à reforma agrária compreendendo como estas evidenciam ainda o fortalecimento dicotômico sobre o campo e a cidade, por exemplo, ou o não entendimento da importância campesina e de outros povos do campo e seus saberes historicamente acumulados.

Os principais objetivos dos estudos socializados em **Olhares do/no campo com estudantes-pesquisadores** confluem para a compreensão das diversas dinâmicas socioterritoriais que ainda prevalecem no campo, e enfatizamos a importância de se: Discutir aspectos teórico-metodológicos da Sociologia rural e da Questão Agrária no Brasil; Analisar o desenvolvimento da agricultura; a distinção entre questão agrária e questão agrícola; compreender a origem e evolução da divisão do trabalho campo/cidade; observar as prováveis ou não determinações na organização das atividades agrárias (relação sociedade-natureza, modo de produção, estrutura fundiária, mão-de-obra, mercado, políticas públicas, etc.); bem como o debate sobre a renda da terra (diferencial/absoluta/monopólio).

Introduzir ao debate atual as tendências sociais do mundo rural no Brasil, com ênfase nas relações de trabalho e nos movimentos sociais de luta pela terra faz parte das discussões promovidas pelos estudos contidos neste livro.

As pesquisas aqui socializadas resultam da construção de narrativas sobre experiências formativas ou práticas didático-pedagógicas, ou seja, os *shorts papers* seguiu a seguinte correlação respaldada na linguagem científica: a identificação dos recortes do espaço geográfico de origem dos discentes da equipe, a utilização de categorias, temáticas e autores/bibliografia para discutir as identidades de povos do campo de modo a valorizar todos os recortes do espaço geográfico analisado.

Destacam-se nos estudos: a importância da realização de entrevistas e vivências dos entrevistados com o intuito de identificarmos as origens dos lugares pesquisados, e, sobretudo comparar os recortes dos espaços geográficos analisados com o intuito de identificar suas potencialidades e diferentes/possíveis processos de (des)territorialização e (re)territorialização.

Alicerçamo-nos no entendimento das múltiplas dinâmicas sociais, culturais e educativas dos diferentes grupos que formam os povos do campo (agricultores, artesãos, pescadores, indígenas, quilombolas) público participante da especialização sob olhar docente tal como nos propõe Arroyo, Caldart e Molina (2011, p. 12-13) sobre a importância “entender os processos educativos na diversidade de dimensões que os constituem como processos sociais, políticos e culturais; formadores do ser humano e da própria sociedade”.

Sendo assim, a prática do-discente no âmbito da pesquisa deve se perpassar pelo estímulo à prática da leitura e da escrita valorizando-se a leitura de mundo, seguindo os preceitos freireanos, bem como as experiências individuais e coletivas, buscando contribuir para que as práticas cotidianas fortaleçam as identidades dos povos do campo dando-lhes os caminhos que lhes façam compreender sistematicamente como ao longo da Formação Econômica e Social direitos são usurpados e amplamente negados como uma das estratégias

Ricardo Santos de Almeida; Maria Aparecida Vieira de Melo; Maria Erivalda dos Santos Torres (Orgs.)

de fortalecimento de grupos políticos e econômicos historicamente consolidados.

Boa leitura!

Prof. Dr. Ricardo Santos de Almeida

Centro Paulo Freire – Estudos e Pesquisas, Maceió/AL, Brasil.

OrCID: <https://orcid.org/0000-0003-1266-2557>.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5955679764505968>.

Prof. Dra. Maria Aparecida Vieira de Melo

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro Paulo

Freire – Estudos e Pesquisas, Caicó/RN, Brasil.

OrCID: <https://orcid.org/0000-0001-6288-9405>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6705733173478276>

Profa. Ma. Maria Erivalda dos Santos Torres

Centro Paulo Freire – Estudos e Pesquisas, Recife/PE, Brasil.

OrCID: <https://orcid.org/0000-0003-1266-2557>.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5577041654762304>.

A HISTÓRIA DA POLÍTICA RURAL NO BRASIL: CONTRIBUIÇÕES PARA COMPREENDER O CAMPESINATO NA CIDADE DE DELMIRO GOUVEIA/AL

Vanessa Souza Mendes¹

RESUMO: Esse artigo foi construído a partir de textos sobre as raízes históricas e políticas do rural brasileiro, utilizados para discussão durante a disciplina de Sociologia Rural. Apresenta inicialmente, um breve histórico quanto à origem da exclusão social do camponês através do relato da política no meio rural do Brasil e direcionam esses fatos para o estado de Alagoas, unidade da federação da qual o município Delmiro Gouveia faz parte. O objetivo desse trabalho consiste em relatar alguns fatos da história do campesinato da referida cidade diante do cenário nacional aqui reproduzido, sob a ótica de dois profissionais que tiveram participação direta em atividades desenvolvidas com trabalhadores na luta pelo campo e dois ex-assentados de um grupo de MST. Pode-se concluir que, em todo país espera-se que os espaços rurais sejam alvos de políticas concretas, sólidas a ponto de proporcionar saúde, educação e programas de capacitação para o desenvolvimento das comunidades campesinas.

PALAVRAS-CHAVE: política rural; campesinato; assentamentos.

INTRODUÇÃO

A história do Brasil está intimamente vinculada a terra e mesmo que os livros não exaltem essa visão rural, é significativo

¹Bióloga, Tecnóloga em Saneamento Ambiental, Especialista em Educação Ambiental, mestranda em Extensão Rural (PPGExR) pela Universidade Federal do Vale do São Francisco. E-mail: vanessapereiras@gmail.com Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/1459407072109904>, Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-4137-2842>

recordar que por mais de quatro séculos, a maior parte da população brasileira era do campo, e suas relações sociais geradas a partir desse ambiente.

Ao acompanhar estudos que recuperam esse passado, percebe-se que muitas lutas entre os diversos grupos sociais foram travadas. E aqueles que dependiam diretamente da produção agrícola para sobreviver enfrentavam muita dificuldade. A maior causa desta realidade incontestável do Brasil, sempre foi a concentração desigual de terras brasileiras, motivo de miséria para uma considerável parcela da população.

Consideramos, com base nos pressupostos teóricos analisados, que o Estado deveria cumprir o papel de provedor do bem-estar social entre as classes sociais, dispondo de igualdade na distribuição de terras, porém, dificilmente, no contexto histórico brasileiro, viu-se o mesmo servindo aos trabalhadores rurais e opondo-se aos grandes proprietários de terra, principalmente no que se refere a questão agrária (VERAS, SILVA, SANTOS, ALMEIDA, 2016, p. 84).

A citação acima foi retirada de um artigo onde os autores tratam da Educação do Campo em dois assentamentos de Movimento dos Trabalhadores Sem Terras (MST), nas cidades de Água Branca e Delmiro Gouveia, ambas pertencentes ao Estado de Alagoas. Dele infere-se que a busca por reforma agrária permanece, porque o cenário de má distribuição de terras em nível desigual historicamente falando, é muito comum.

Esse artigo foi construído a partir de textos que relatam as raízes históricas e políticas do rural brasileiro, utilizados para discussão durante a disciplina de Sociologia Rural do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal do Vale do São Francisco. Ao estudar o tema surgiu um questionamento: Como se desenvolveu o processo do

campesinato na cidade de Delmiro Gouveia? Será que houve luta armada, resistências, conflitos de terra, mortes por questões agrárias, como em tantas cidades do país?

Por estar no Nordeste, uma das regiões com maiores índices de revoluções por disputas de terra, qual a contribuição de Delmiro Gouveia para este cenário?

A cidade de Delmiro Gouveia foi escolhida para abordar esse assunto, pois a autora do artigo reside neste município e desenvolverá sua pesquisa de conclusão de curso com agricultores assentados nesta referida cidade.

A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica sobre a história do campesinato no país e entrevista aberta, onde os entrevistados foram informados sobre o objetivo do trabalho e o que se pretendia obter com seus relatos de experiência sobre a realidade vivenciada pelos mesmos à época, podendo falar livremente sobre o tema abordado com interferência da entrevistadora para esclarecimentos sobre alguns pontos relatados.

As entrevistas foram feitas pela própria autora do artigo, com gravação de voz em aplicativo de celular, nos dias 12/06/2017 com o casal Antônio Sandes e Maria Ângela e 30/06/2017 com o casal Adecir Nogueira e Maria Aparecida.

A pesquisa é de cunho qualitativo e possui como objetivo relatar alguns fatos da história do campesinato da cidade, diante do cenário nacional aqui reproduzido, sob a ótica de dois profissionais que tiveram participação ativa em atividades desenvolvidas com trabalhadores rurais na luta pelo campo e do ponto de vista de dois ex-moradores de acampamento de MST.

O artigo apresenta a seguinte estrutura: inicialmente, será relatado um breve histórico quanto à origem da exclusão social do camponês no meio rural através da política de reforma agrária no Brasil; logo após, em síntese apertada, aspectos da história do meio rural de Alagoas, pelo fato de ter

participado do retrato do crescimento de latifúndio no país, através da cultura de cana-de-açúcar e por ser a Unidade de Federação que Delmiro Gouveia está inserida.

Finalizando, relata-se experiências dos entrevistados, respondendo às perguntas que levaram à construção desse trabalho sobre a história do campesinato desse Município.

AS RAÍZES HISTÓRICAS E POLÍTICAS DO RURAL BRASILEIRO

Ao longo dos séculos que marcaram a formação histórica do Brasil, uma etapa é pouco conhecida, mas muito importante para os fundamentos desse país: a luta social para reconhecimento do homem do campo. Eles não estão presentes nessa história, segundo MARTINS, 1990:

A história brasileira, mesmo aquela cultivada por alguns setores de esquerda, é uma história urbana – uma história dos que mandam e particularmente, uma história dos que participam do pacto político.

(...) A história do Brasil é a história de suas classes dominantes, é uma história de senhores e generais, não é uma história de trabalhadores e de rebeldes (MARTINS, 1990, p. 26).

Por muito tempo, não existiu uma definição de nome para o trabalhador do campo. Palavras como tabaréu, caipira, caiçara, caboclo, eram utilizadas para denominá-lo de acordo com a região que pertencia. No entanto, essas palavras eram utilizadas com teor pejorativo, ofensivo, as quais geravam xingamentos constrangedores como: preguiçoso, burro, malvestido, dentre tantas outras, um excluído. Fato que não acontecia na Europa nem em outros lugares da América Latina, pois todo homem do campo era camponês.

Martins (1990) ainda complementa sobre a exclusão do homem do campo, que por falta de um conceito, uma categoria, uma posição social com seus percalços econômicos e

políticos lhe fez um alguém que não teve participação no processo histórico do seu país:

Essa exclusão ideológica é tão profunda, tão radical, que alguns dos mais importantes acontecimentos políticos da história contemporânea do Brasil são camponeses e, não obstante, desconhecidos não só da imensa massa do povo, como também dos intelectuais, exceção feita a este ou aquele que por razões profissionais se vê obrigado a saber de certas coisas (MARTINS, 1990, p. 25).

No período colonial, não poderia ter terra ou ser dignos de herança: índios, mestiços, bastardos, agregados e excluídos pelo morgadio². Cada uma dessas classes possuía suas dificuldades para uso da terra e muitas delas levavam à pobreza extrema. Dificilmente se tornavam donos de algum lote (sesmaria).

Só posso, pois, compreender as determinações mais profundas da forma de campesinato que se desenvolveu no Brasil no período colonial, e, sobretudo a sua exclusão social, econômica e política, se compreendo que ela se determinava fundamentalmente pelo trabalho escravo e só num segundo plano pela forma de propriedade da terra que decorria da escravidão. (MARTINS, 1990, p. 38)

Após esse período, é relevante citar um período marcado por duas situações na agricultura brasileira: o fim da escravidão negra e a transferência das terras devolutas do patrimônio da União para os estados. A mão de obra escrava foi substituída por imigrantes Europeus nas lavouras de cana e café e as terras foram instituídas para a compra, não mais por

²Regime que tornava o primogênito herdeiro legal dos bens de um fazendeiro. Isso fazia dos outros herdeiros uma espécie de agregados do patrimônio herdado com base na primogenitura. (MARTINS, 1990, p.32).

títulos. Mais à frente, “os Estados desenvolvem políticas de concessão de terras, começando assim as transferências maciças de propriedades fundiárias para grandes fazendeiros e grandes empresas de colonização interessadas na especulação imobiliária” (MARTINS, 1990, p.43).

Diante desse quadro, uma das maiores dificuldades para organizar uma categoria dos trabalhadores rurais eram as mais variadas funções que surgiram ligadas ao campo: colonos, posseiros, camaradas, arrendatários, operários, etc.

Na década de 1930, quando o governo estava regularizando os direitos dos operários fabris, surgiu a possibilidade do reconhecimento da função do trabalhador rural, esse registro aconteceu na era Vargas. A organização rural foi considerada objeto de lei especial e dez anos mais tarde foi instituída uma comissão especial para o estudo de enquadramento para uma organização social, mas sem sucesso, pois o relatório do Ministério da Agricultura conclui que há deficiência intelectual e econômica do trabalhador rural para se envolver com sindicato e há dificuldade de definir o que é a profissão rural.

Quatro anos mais tarde, “o reconhecimento seria feito pelo Ministério do Trabalho. No que se refere a procedimentos para solicitação da investidura sindical, explicitavam-se alguns limites que tornavam extremamente difícil a sindicalização” (MEDEIROS, 2002, p. 154), atestados de boa conduta, de não professar ideologias contra o governo, etc., tornaram inviável o acesso dos interessados, porque alguns desses documentos deveriam ser expedidas por autoridades governamentais de difícil acesso.

A definição do termo camponês só aconteceu na década de 1950 com mediação do Partido Comunista. E a partir dessa data, houve progresso na constituição dos camponeses como categoria política.

A demanda de uma parte significativa dos trabalhadores, principalmente os dos *moradores* de engenhos de açúcar e *colonos* das fazendas de café, foi a extensão da legislação trabalhista aos trabalhadores do campo, com a introdução do registro em carteira de trabalho, jornada de oito horas, repouso remunerado, férias, fim do desconto habitação (...) a questão que produziu importantes mobilizações foi a fixação das taxas de arrendamento em vinte por cento da produção(...) Nessa medida, grupos sociais que se identificavam, num determinado momento, como *posseiros* e, portanto, demandavam a posse da terra contra as tentativas de *grileiros* se apropriarem delas, em outras situações, apareciam pagando taxas pelo uso da terra, atitude que caracterizaria o reconhecimento da propriedade por outrem. *Parceiros*, *arrendatários*, *foreiros*, *posseiros* tinham suas demandas de livre acesso à terra, traduzidas na bandeira mais geral de reforma agrária, questionando a concentração fundiária e seus efeitos sobre o desenvolvimento do país (MEDEIROS, 2002, p. 158-159).

No entanto, economicamente, o Brasil estava passando nessa mesma época por uma industrialização e modernização de sua estrutura produtiva, sem rever sua estrutura fundiária. Em 1961, o governo notou que seu sucesso econômico, trouxe consigo uma degradação social que estava retratada na desorganização das cidades devido a um acelerado ritmo de migração no sentido campo-cidade.

(...) é só nesse instante que as autoridades brasileiras reconhecem a necessidade de revisão das relações sociais de produção e distribuição do país, passando a envidar esforços e alguma seriedade no trato da questão agrária. Esse movimento inicia-se, em março de 1963, com a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural, em que o Estado assumiria a regulação da relação capital/trabalho no campo — procedimento absurdamente desconhecido entre nós até aqueles dias. No dia 13 de março de 1964, o presidente da República João Belchior Marques Goulart (Jango), em pleno comício na Central do Brasil (conhecido como comício das reformas ou dos cem mil), assinou o Decreto no 53.700, trazendo a desapropriação de

terras como elemento imprescindível para o instituto da reforma agrária no país — tratavam-se das terras localizadas numa faixa de 10 quilômetros ao longo das rodovias, ferrovias e açudes construídos pela União” (SANTOS, RIBEIRO e SANTOS, 2011, p. 146).

Estes mesmos autores citam que no mesmo ano, Jango expõe seu desejo ao Congresso Nacional de tomar providências urgentes em relação às necessidades da população. Infelizmente, é deposto por este ato e por outros de ordem econômica, social e política e mais uma vez as aspirações do público rural foram adiadas, pois a partir de então entra em cena o governo militar que governou o país até março de 1985 (p. 147).

Nesse processo, não houve desprezo aos trabalhadores rurais pela gestão militar, ao contrário, revitalizou-se as ideias iniciais sobre a sindicalização dessa classe e atendeu-se necessidades sociais principalmente em áreas conflituosas como o norte do país. Atendimentos médicos e odontológicos, encaminhamento de aposentadorias, foram exemplos das práticas dos sindicatos da época. No entanto, contavam com parcerias do poder local, o que levou a essas entidades de representação a uma prática de clientelismo e manobras políticas ao invés de uma ação em busca de lutas e conquistas.

Ainda no período militar, propostas governamentais foram introduzidas através de programas de desenvolvimento regional. Santos et.al., 2011 cita alguns:

O Programa de Integração Nacional (PIN), em 1970; o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (Proterra), em 1971; o Programa Especial para o Vale do São Francisco (Provale), em 1972; o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia), em 1974; o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste

(Polonordeste), em 1974. O braço institucional e administrativo para a consolidação dessa política foi o Instituto Nacional da Reforma Agrária, criado em 1970 (SANTOS et.al., 2011, p. 147).

Neste panorama surge um respeitável apoio na busca por conquistas para classe rural. Um segmento da igreja Católica, A Pastoral da Terra, que através de encontros comunitários, de cunho religioso, traziam leituras bíblicas do povo hebreu em busca da terra prometida como incentivo à continuação das lutas sociais, bem como ensinavam noções de direitos legais.

Foi também nesse espaço que passou a ser feita a crítica à postura assistencialista do sindicalismo, chamando a atenção para a necessidade de renovar suas práticas e estimulando a criação das chamadas oposições sindicais, portadoras de concepções distintas sobre a prática sindical, baseadas na valorização da participação e organização dos trabalhadores e das mobilizações (MEDEIROS, 2002, p. 163-164).

A crise do capitalismo, porém, chega ao Brasil e mitiga os investimentos governamentais a partir da segunda metade da década de 1970. Sem perspectiva de recuperação da economia, renascem os movimentos sociais no campo, aos moldes das resistências vividas pelas Ligas Camponesas³. Assim

³Fundadas pelo Partido Comunista do Brasil (PCB) em 1946, as Ligas Camponesas foram associações de trabalhadores rurais como representação importante de seus interesses, unindo grande parte deles e apresentando propostas para o futuro do país. Suas ideias reformistas, contudo, eram relacionadas ao socialismo, então foram abafadas pelo governo de oposição na época e voltaram a surgir em 1954 em Pernambuco. Na década de 1960 as tensões aumentaram no país e culminaram com o Golpe Militar de 1964. Vários membros de Ligas Camponesas foram presos ou assassinados,

as décadas de 1980-1990 são marcadas por intensa agitação social por reforma agrária. Nasce então, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.

HISTÓRIA RURAL DE ALAGOAS

Segundo Manuel Diégues Júnior em seu livro *O Banguê nas Alagoas* (2006), a divisão das terras alagoanas em sesmarias, deram início a colonização nesse estado. Essa afirmação foi realizada a partir de jornais, relatórios ou “falas” presidenciais de documentações do século XIX, e as mesmas registram constantes lutas sobre as questões de terra, por vezes sanguinolentas. Estes embates sociais eram diversificados, pois aconteciam no mesmo nível, entre senhores de engenho, mas também por níveis diferentes como senhores de engenho e “cabeludos e lisos” (títulos populares para quem não se enquadravam entre donos de latifúndios).

A maior parte das lutas entre Lisos e Cabeludos teve engenhos de açúcar como cenário; no meio dos canaviais, na casa-grande, na casa de engenho, é que se travaram árduos combates. (...) às vezes, os senhores de engenho separavam-se por questões políticas; outras vezes, por questões de terras. Estas avultaram, e não raro se transformaram em derramamento de sangue (DIÉGUES JÚNIOR, 2006, p.204).

O autor ainda discorre sobre a dissolução das sesmarias, as quais eram vendidas, divididas em lotes para herdeiros e dotes matrimoniais. A partir daí eram formados novos engenhos de açúcar. E com o desenvolvimento da usina no final do século XIX para início do século XX, começaram a

juntamente com lideranças do PCB. <http://www.ligascamponesas.org.br/> acessado em 03/07/2017 às 22:45h

aparecer, os interessados pelas terras vizinhas, fazendo desaparecer os pequenos proprietários para dar lugar às enormes plantações de canaviais. Algumas possuíam extensões tão grandes, que atualmente fazem parte de três ou quatro municípios. Os proprietários que resistiram, foram obrigados pela economia a plantar cana-de-açúcar para vender às usinas.

O Estado de Alagoas historicamente é analisado pela monocultura canavieira que evidencia a exploração, a violência, a submissão e a concentração de terras. Forma-se a partir da economia da cana-de-açúcar. A partir disso, subteve-se que o processo de formação do estado se deu sob a expropriação de muitos camponeses para dar lugar à expansão da economia canavieira, o que provocou impactos significativos na vida da população alagoana sentidos até hoje, pois a dependência econômica do setor sucroalcooleiro contribui para entraves na ampliação de melhores condições de vida (SANTOS, 2014, p. 83).

Ao perder seu lugar de produção no campo, os camponeses foram migrando para as regiões urbanas, formando as periferias. Ao encontrar o desemprego nas cidades, por muitos anos marginalizados, engajaram-se na luta por reforma agrária no estado, quando esse movimento ganhou força no país. Santos (2014, p. 86) acrescenta que “a luta dos movimentos sociais por terra, políticas agrícolas, direitos humanos, direitos trabalhistas, saúde, educação, expressa à ação contra a concentração e contra a injustiça e a violência no campo. Essas lutas são representadas pelos vários movimentos socioterritoriais que atuam no estado – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Fundação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado de Alagoas (FETAG/AL), Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST). É através dessa luta que os

movimentos socioterritoriais têm cobrado do poder estatal o direito a novos territórios” (SANTOS, 2014, p. 86).

A ação dos movimentos de luta pela terra empreende conquistas territoriais que procuram materializar a melhoria da condição da vida camponesa, buscando desta forma, a conquista de políticas públicas que proporcionem o seu desenvolvimento econômico, político, social e educacional.

Esses movimentos também chegam ao Sertão de Alagoas, onde se localiza o município de Delmiro Gouveia, o qual abriga o primeiro assentamento registrado do estado na década de 80, conforme o relato do entrevistado Antônio Sandes.

E segundo Flávio Gomes em seu livro *Mocambos e quilombos: Uma história do campesinato negro no Brasil*, nessa cidade também possui um quilombo.

A cidade de Delmiro Gouveia tem 63 anos de emancipação, mas sua história traz importância à região, desde quando era uma Vila e pertencia a Água Branca, município a 19 km de distância. Recebeu esse nome em homenagem a um grande empreendedor que mudou a sua história desde a sua chegada: Delmiro Gouveia, cearense, que residiu neste local no início do Século XX, tendo fundado ali uma importante indústria de linhas de costura, a Cia Agro Fabril Mercantil e construído a Vila Operária Padrão. Antes desse empreendimento, sua economia era baseada no negócio de couros de bovinos e peles de caprinos.

RELATOS DO CAMPESINATO EM DELMIRO GOUVEIA

Antônio Lima dos Santos, nascido em Olho D'água do Casado em 21/11/1962, filho de agricultores, morou apenas no campo até os 12 anos de idade até vir morar em Delmiro Gouveia, durante um tempo morou na cidade, mas voltou à vida rural indo morar no Salgado, zona rural desse município.

Até os 22 anos sua subsistência foi apenas do campo. Após essa idade, atuou em outras atividades também. Mas nunca se desligou do campo. Um exemplo disto foi quando trabalhou na construção da Usina Hidroelétrica de Xingó e ao mesmo tempo era líder da Associação Comunitária do Salgado. Nesse trabalho voluntário, conheceu sua esposa, Maria Ângela Feitoza dos Santos que na época era extensionista social da EMATER e desenvolvia atividades sociais nos assentamentos. Psicóloga, trabalhou por 32 anos na área de extensão rural, de 1983 a 2015.

Em 2002, Antônio assumiu o Sindicato Rural. E ao fim da sua gestão em 2006 foi eleito para uma nova função, dessa vez como 1º presidente da Federação das Associações Rurais do Município de Delmiro Gouveia - FEMAP. Na sua entrevista, ao ser questionado a respeito do campesinato em Delmiro Gouveia, o primeiro fato citado por ele foi sobre o primeiro assentamento fixado na região entre os anos de 84 e 85 de que se tem conhecimento como primeiro acampamento registrado do estado. Mas antes disso, por sua experiência no campo e por ser da terra, relata que na região o que sempre predominou foi a agricultura de subsistência. Quem tinha suas terras plantavam uma grande variedade de culturas para a alimentação da família.

Antônio relata que um ponto marcante na agricultura da cidade, foi na época da Vila, depois da chegada de Delmiro Gouveia e seus empreendimentos na área têxtil, porque muitos passaram a plantar algodão. A produção era intensa para fornecer a matéria prima da fábrica de linhas. E assim o campo também foi beneficiado com a vinda desse grande empreendedor para região.

Voltando para a história dos acampamentos rurais, Antônio relata que na época, as coisas eram muito difíceis pelo fato da democracia estar jovem, o país tinha acabado de sair

da ditadura e a cultura da população vinha de uma visão de soberania latifundiária.

E continua dizendo que no início, o assentamento era um aglomerado de trabalhadores rurais oriundos de vários lugares, mas logo em seguida chegaram representantes do MST e organizaram as ocupações.

O entrevistado afirma que de início houve resistência em permitir a presença dos camponeses nessas terras, através de ameaças. A terra pertencia a União Democrática Ruralista - UDR, associação de grandes ruralistas do município. Houve resistência por um tempo, mas não permaneceu, pois a terra era seca, sem produção, então cederam a desapropriação. O órgão envolvido na tramitação de transferência foi o Instituto de Terras e Reforma Agrária de Alagoas – ITERAL. Assim surgiram dois assentamentos: o do Peba, primeira região a receber um assentamento registrado de Alagoas, todavia a área não era suficiente para todas as famílias, o ITERAL providenciou mais áreas na zona rural chamada Lamerão, que abriga mais de 30 famílias.

A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER atuava com a assistência técnica nos dois assentamentos, intervindo com diversos trabalhos. Na área social, o foco principal era de apoio as mulheres e crianças. Quem relata esse fato é a Ângela, esposa de Antônio. E diz que a empresa também fez a ponte entre o assentamento e a Igreja Católica na equipe da Pastoral da Terra que tinha como representante o Padre Manoel, que também desempenhavam importante papel na comunidade assentada.

Diante do questionamento da entrevistadora sobre evasão no acampamento, Ângela relata que saíram poucas pessoas. As vezes saíam alguns líderes para dar assistência a outras ocupações e que passavam um tempo fora, mas depois retornavam.

A entrevistada confessa que gostava demais de trabalhar com eles, pois eram muito inteligentes, sabiam tanta coisa que a fazia aprender bastante. Eram homens corajosos, que não temiam nada e que defendiam seus ideais até a morte.

Quanto a comunidade assentada, Ângela lembra que eram pessoas muito carentes. Recebiam assistência com cestas básicas, mas tinha muita miséria entre eles. Sofriam com o desprezo da população de Delmiro, pois aquela situação não era comum para população delmirenses, que os viam como invasores e violentos.

Atualmente Ângela não trabalha mais como extensionista e lamenta por saber que as comunidades assentadas estão desprovidas de assistência.

O próximo casal de entrevistados é Adecir Nogueira dos Santos e Aparecida Costa Neves, participaram por 6 anos (2002-2008) do assentamento Genivaldo Moura e nele tem em torno de aproximadamente 87 famílias, divididos em três áreas, cada um com uma média de 40 tarefas.

Adecir conta que morou no acampamento durante esse tempo citado, mas cansou de esperar pela missão de posse, devido às condições do local (viviavam em casas de lona e não plantavam, dependiam das cestas básicas enviadas pela Companhia Nacional de Abastecimento – Conab), então saiu de lá para trabalhar. Com um mês da saída dele, as terras foram liberadas legalmente para a ocupação e ele ao tentar retornar não conseguiu, pois os acampados não permitiram.

Como participou do início da ocupação do Genivaldo Moura, Adecir e sua esposa foram convidados a falar sobre os conflitos que enfrentaram. Adecir relata que foi muito difícil no início, e por várias vezes a Polícia veio até o acampamento para expulsá-los e fazer a reintegração de posse. Eram momentos de grande tensão, pois estavam dispostos a resistir. Mas nunca presenciou conflitos de luta corporal, armada ou homicídios. Esse tipo de situação mais violenta já aconteceu em Piranhas e

acampamentos de cidades pernambucanas próximas⁴, mas em Delmiro Gouveia ele nunca ouviu falar.

Aparecida, sua esposa, lembra que com frequência tiveram que se deslocar para outros locais do estado para dar forças a outros acampamentos que estavam se formando ou passando por resistência. E como sempre passaram por momentos de pressão, de ameaças, de iminente violência. Contudo, não houveram danos físicos ou perdas entre eles.

Quanto a sua estadia no assentamento, Aparecida confessa ter muita saudade e considera um bom lugar para se viver, mas sob uma condição, de ter uma outra renda, como por exemplo uma aposentadoria, pois a vida lá é muito dura pra quem planta e vive apenas do seu plantio, sofre bastante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudando o histórico rural brasileiro e da reforma agrária percebe-se uma grande dificuldade do reconhecimento e da permanência do homem no campo devido à falta de incentivo de políticas de inserção de trabalhadores rurais.

Sempre existiu uma grande tendência a investimentos mais voltados para grandes propriedades e menos ações para os pequenos agricultores. E estes, quando no decorrer do tempo não passavam por expropriação, transformavam-se em proletariados, desempregados e/ou população de periferia em cidades maiores.

Lamentável é o registro histórico de conflitos sofridos pelos camponeses em situações de busca por seus direitos, mas que acabam sofrendo várias perdas de colegas de luta.

⁴Delmiro Gouveia é uma cidade de limites geográficos de Alagoas. Possui fronteiras com os estados da Bahia – Paulo Afonso, Pernambuco - Jatobá e Sergipe.

A questão das águas seja de rios, seja de nascentes é fundamental para a agricultura em pequena e em larga escala. Em 2007 ocorreram 87 conflitos e houve um “crescendo” a partir de 2013 com 93 conflitos até chegar a 172 em 2016. Nestes conflitos pela água foram registrados 13 assassinatos, nestes dez anos. Dada a importância da água, milhares de pessoas foram envolvidas: 163.735 em 2007, perseverando acima de 130.00 por anos até culminar em 2016 com 222.355 pessoas (CPT, 2016).

A história de Alagoas é marcada por muitas revoltas. Desde as disputas pelo território entre Franceses e Portugueses às brigas por terras na implantação dos latifúndios de cana-de-açúcar. E atualmente ainda persiste nessa realidade de luta pela terra e seus derivados.

Cerca de 1.500 integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ocuparam, na manhã desta quinta-feira (28), uma área no município de Delmiro Gouveia, no Alto Sertão alagoano, que fica às margens do Canal do Sertão, partição alagoana do projeto de transposição do Rio São Francisco (...) “estamos contestando a pretensão do uso da água do Canal do Sertão, cuja expectativa é que se destine prioritariamente para grande indústria na região, em contraste com a falta de políticas públicas de acesso à água para as populações mais pobres”, falou o coordenador do MST, José Roberto. A ocupação da área do Canal do Sertão faz parte da data simbólica em homenagem ao trabalhador rural Jaelson Melquíades, que foi morto durante uma emboscada no dia 29 de novembro de 2006. Ele era um dos líderes do movimento social que atuava na luta da reforma agrária em Alagoas (CPT-AL, 2016).

A cidade de Delmiro Gouveia tem uma grande importância para o Estado de Alagoas quanto as questões camponesas. Pois, como expôs-se nesse trabalho, também é cenário de lutas, resistências e conquistas.

Há uma expectativa atualmente na cidade de Delmiro Gouveia devido a uma nova gestão, com voto massivo da comunidade, principalmente por eleitores da zona rural: Padre Eraldo. O mesmo já trabalhou na Pastoral da Terra, nos primeiros assentamentos instalados na região, como conta a entrevistada Ângela Feitoza. Participa de caminhadas e programações voltadas à luta no campo, e está com a responsabilidade de trazer uma nova realidade à região.

Contudo, em todo país, espera-se que os espaços rurais sejam alvo de políticas concretas, sólidas a ponto de proporcionar saúde, educação e programas de capacitação para o desenvolvimento sócio-ambiental das comunidades do campo, criando assim um positivo marco histórico na tão sofrida história do campesinato.

REFERÊNCIAS

1. Comissão Pastoral da Terra -CPT Nacional.
Coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Thiago Valentim Pinto Andrade. *Conflitos no Campo – Brasil 2016*. Goiânia, Brasil, 2016. 232 páginas.
2. Comissão Pastoral da Terra de Alagoas – CPT-AL.
Disponível em:
<http://cptalagoas.blogspot.com.br/search?q=delmiro+gouveia> postado em quarta-feira, 2 de setembro de 2015 as 09:48h. Acesso em: 27/06/2017 as 22:20.
3. DIÉGUES JR. M. *O Banguê nas Alagoas – Traços da influência do sistema econômico de cana de açúcar na vida e na cultura regional*. Coleção Nordestina. Maceió: EDUFAL, 2006. 3ª Ed. 341p.

4. GOMES, F. dos S. *Mocambos e quilombos: Uma história do campesinato negro no Brasil*. Editora Companhia das Letras. São Paulo, 2015.
5. IBGE CIDADES. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/al/delmiro-gouveia/panorama>>. Acesso em: 27/06/2017 as 22:47.
6. MARTINS, José de Souza. *Os Camponeses e a Política no Brasil*. 4. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1990. v. 1. 233.
7. MEDEIROS, Leonilde Servulo. Os trabalhadores do campo e desencontros nas lutas por direitos. In.: André Chevitaese: *O campesinato na História*, Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2002. Acesso em 11 de agosto de 2016. Disponível em <http://w3.ufsm.br/gpet/files/Texto.pdf>
8. SANTOS, R. da S. *Terra e educação: uma análise do PRONERA em Alagoas*. Boletim GEPEP – v.03, n. 04, p. 79-107, jul. 2014.
9. SANTOS, R. S.; RIBEIRO E. M.; SANTOS, F. C. S. O problema administrativo na política de assentamentos do Brasil: o caso da fazenda Cascata na Bahia. *Revista de Administração Pública – RAP*. Rio de Janeiro 45(1): 141-57, Jan./Fev. 2011.
10. TICIANELI. *História de Alagoas*. Disponível em: <<http://www.historiadealagoas.com.br/delmiro-gouveia-a-antiga-vila-da-pedra.html>>. Acesso em: 27/06/2017 as 20:16.
11. VERAS. G. da S., Silva, F. S., Santos, G. da S., Almeida, R. S. de. Educação do campo no acampamento Nelson Mandela, Água Branca/AL e Assentamento Maria Bonita, Delmiro Gouveia/AL: rupturas e perspectivas no século XXI. *Diversitas Journal*. Vol.1, n1, Jan./Abr. 2016. Pp. 85-95.

O ASSOCIATIVISMO: MULHERES GUERREIRAS (AGRICULTORAS E PESCADORAS) DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS SAPÉ, IGREJA NOVA E TABULEIRO DOS NEGROS, PENEDO, ALAGOAS

Rita de Cássia de Lima Gouvêa⁵

Ricardo Santos de Almeida⁶

RESUMO: Este estudo objetiva-se por analisar o Associativismo como forma organizativa que viabiliza o desenvolvimento econômico e cultural, de produtores/as no campo. Neste sentido, evidenciaremos por meio da experiência exitosa da turma do Curso Associativismo, ministrado para 18 mulheres quilombolas, promovido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR/AR/Alagoas), no povoado Sapé, Igreja Nova/AL, em 2019, destacando o protagonismo feminino como força motriz para o desenvolvimento da comunidade. O Curso foi solicitado pela atual presidente da Associação, Maria Quitéria, ao Sindicato Rural de Penedo, possibilitando o fortalecimento da organização coletiva, bem como no planejamento da produção, gestão e comercialização dos

⁵Assistente Social, Instrutora e Técnica de campo do SENAR Alagoas e Pós graduanda em Educação do Campo e Sustentabilidade – UNEAL Campus III. E-mail: rita_lgouvea@hotmail.com

⁶Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria. Doutor em Educación pela Universidad Interamericana. Docente da rede pública municipal de Porto Calvo/AL. Pesquisador do: Núcleo de Estudos Agrários e Dinâmicas Territoriais (NUAGRÁRIO/UFAL) desde 2009; Grupo de Estudos e Pesquisa em Análise Regional (GEPAR/UFAL); Geoprocessamento e a Cartografia no Ensino de Geografia (GCEG/UFAL) desde 2016; Núcleo de Pesquisa e Extensão em Educação de Jovens, Adultos e Idosos e Campesinos (NUPEEJAIC/UNEAL) desde 2020; do Grupo de Pesquisa em Educação e Território (UFSM) e Grupo de Pesquisas: Estudos e Pesquisas da Educação em Paulo Freire (GPEPEPF/UFRN) desde 2021. Associado ao Centro Paulo Freire - Estudos e Pesquisas (CPFreire). E-mail: ricardosantosal@gmail.com.

produtos *in natura* e subprodutos da mandioca com receitas tradicionais, favorecendo a economia e resgatando a cultura local. Nesse tocante, compreende-se o conceito e a importância do Associativismo no meio rural a partir de Muenchen (1996); Berthome e Mercoiret (1999); Abrantes (2004); nos consubstanciando sobre o conceito e a operacionalização do Associativismo no meio rural rumo à emancipação dos povos do campo.

PALAVRAS-CHAVE: Autonomia. Coletividade. Mulheres quilombolas.

INTRODUÇÃO

O estudo tem como intuito destacar experiências ocorridas em áreas rurais dos municípios Igreja Nova e Penedo, Alagoas, Brasil. Os municípios encontram-se localizados de acordo com o IBGE (2017) na Região Geográfica Imediata de Penedo.

No que se refere às participantes, um grupo reside no Quilombo Sapé, Igreja Nova/AL, que foi certificado como remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares, Processo nº 01420.001104/2007-38, certificado pela Portaria nº 185/2009, de 19/11/2009 (IPATRIMÔNIO, 2022). E outro grupo reside no Quilombo Tabuleiro dos Negros, Penedo/AL, registrado no Livro de Cadastro Geral n. 09, Registro n. 925, fl. 39, em 01/03/2007. (Diário Oficial da União em 13/03/07), Seção 1 nº 49 – Folha 06. Nela residem 425 famílias e a Resolução de Tombamento faz jus ao Art. 216 (IPHAN, 2015).

As comunidades se constituem como patrimônio cultural brasileiro, pois os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, são portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem, segundo a Constituição Federal Brasileira de 1988:

“[...] § 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos” (IPHAN, 2015, p. 1).

Conforme o art. 2º do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003,

[...] consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. (BRASIL, 2003).

As comunidades em análise são definidas como quilombo, por seus habitantes serem descendentes originários dos negros escravizados até o final do Século XIX.

Vale ressaltar, que as comunidades remanescentes de quilombo se adaptaram a viver em áreas de difícil acesso, já que a territorialização dos quilombos desdobra-se a partir da necessidade de refúgio para os negros que conseguiam escapar da escravização. Neste sentido, seus indivíduos mantém suas tradições culturais, bem como aprenderam a tirar seu sustento a partir dos recursos naturais disponíveis em seu entorno geográfico e ao mesmo tempo os tornaram diretamente responsáveis por sua preservação, interagindo com outros povos e comunidades tradicionais e demais.

Os residentes dos quilombos são agricultores, seringueiros, pescadores, extrativistas e desenvolvem outras atividades econômicas assim como o turismo de base comunitária em seus territórios, pelos quais continuam a lutar. Assim,

[...] a comunidade remanescente de quilombo é um conceito político-jurídico que tenta dar conta de uma realidade extremamente complexa e diversa, que implica na valorização

de nossa memória e no reconhecimento da dívida histórica e presente que o Estado brasileiro tem com a população negra. (FUNDAÇÃO PALMARES, 2022).

Promover o desenvolvimento e a sustentabilidade econômica, social e cultural dos quilombos é um desafio. As comunidades quilombolas Sapé e Tabuleiro dos Negros são compostas por pequenas propriedades rurais e se destacam na produção agropecuária com as culturas: do feijão, milho, amendoim, batata doce, mandioca e macaxeira. Nesse contexto, a Associação das Mulheres Guerreiras de Igreja Nova, nasceu com o intuito de manter viva a cultura dos quilombos por meio da culinária, bem como gerar renda para as mulheres associadas e suas famílias, movimentando a economia e resgatando a cultura local. Para tanto, *“Todas as receitas têm o resgate cultural dos quilombolas. Feito com matéria prima da roça, sem agrotóxicos, de forma natural”*, explicou Maria Quitéria, presidente da Associação.

O bolo, cocada, tapioca, macasada, sequilhos, beiju, dentre outras iguarias são produtos comercializados na Feira da Agricultura Familiar, onde boa parte da produção do agricultor de Igreja Nova é escoada. Com os princípios associativos, as mulheres ganharam autonomia financeira e gestão da terra, o que anteriormente era repassado para os maridos e atravessadores, que ficavam com a margem de lucro da produção.

Vale ressaltar que atualmente a associação ganhou sede própria, cedida pelo poder público local e que todo o processo produtivo após o Curso de Associativismo, seguiu um planejamento, colhendo somente o necessário para as receitas da semana. Segundo, Maria Quitéria: *“Antes elas faziam todo o processo da farinha, mas, na hora em que enchiam o vaso, o marido delas diziam ‘sou eu que vou vender’ e elas ficavam*

quietas. Hoje são elas que chegam com o dinheiro da feira em casa...o dinheiro do PAA cai no cartão delas".

O Curso de Associativismo promovido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR)⁷ foi um divisor de águas, mostrando os benefícios de uma organização coletiva, bem como definindo padrões e procedimentos para a elaboração das receitas com vistas a comercialização, possibilitando a inserção do grupo na Feira da Agricultura Familiar, nas ações do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Palmeira dos Negros com os grupos de convivência de Jovens, Mulheres, Idosos e do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Programas de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Diante do exposto, acentuou-se o nosso interesse pelo objeto de estudo, no qual se verifica que o Associativismo rural proporciona o desenvolvimento, oportunizando o acesso de máquinas, insumos, mão de obra, crédito fundiário, habilidades, conhecimentos e outras características ligadas à produção agropecuária. Bem como, facilita parcerias com instituições e entidades ligadas ao meio rural.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa de caráter qualitativo é consubstanciada em instrumentais metodológicos que utiliza materiais, recursos e mídias. Logo, foram realizadas análises de documentos legais, reportagens e infográficos sobre as comunidades pesquisadas bem como foi realizada pesquisa exploratória *in lócus* para

⁷Fundado em 1991, o SENAR, vinculado a Confederação Nacional de Agricultura (CNA), tem por objetivo organizar, administrar e executar, no Brasil a Formação Profissional Rural e a Promoção Social de jovens e adultos que exerçam atividades no meio rural.

juntos aprendermos mais sobre a resistência das mulheres de ambos os quilombos.

A aproximação com o nosso objeto deu-se através do Curso de Associativismo promovido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR/AR/AL), com carga horária de 24 horas. No qual, utilizou-se para a sua construção o Plano Instrucional (ver quadro 1), que tem como objetivo apresentar a importância do associativismo aos participantes e seus benefícios (vantagens econômicas, conquistas relacionadas à representatividade e defesa mútua de interesses, dentre outros).

Quadro 1. Plano instrucional de ações junto às comunidades

Objetivos Específicos	Conteúdo	Técnicas Instrucionais	Recursos Instrucionais	Avaliação	Carga Horária
Eixo mobilizador	Acordo de convivência Apresentação da instituição Apresentação do instrutor / participantes	Dinâmica de apresentação: dupla Power point	Cartolina Piloto atômico Crachás Datashow	Dialogada	4h
Reconhecer a importância do associativismo para a sociedade	História do associativismo	Power point Trabalho em grupo Construção de cartazes	Datashow Copias Canetas coloridas	Expositiva Dialogada	
Apresentar o conceito de associativismo	Fatores que facilitam e dificultam o processo associativo	Trabalho em grupo	Folhas de flip-chart Piloto	Movimentação	4h
Fortalecer o processo de liderança democrática	Características e perfil de líder Tipos de liderança	Power point Dinâmica: nó humano	Data show Notebook	Expositiva	
Sensibilizar sobre a motivação	O que é motivação? Os 10 motivos para ser uma pessoa motivada	Apresentação slides Vídeo: águia ou galinha Dinâmica do barbante	Data show Notebook Barbante	Expositiva Movimentação	

OLHARES DO/NO CAMPO COM ESTUDANTES-PESQUISADORES

Ricardo Santos de Almeida; Maria Aparecida Vieira de Melo; Maria Erivalda dos Santos Torres (Orgs.)

Objetivos Específicos	Conteúdo	Técnicas Instrucionais	Recursos Instrucionais	Avaliação	Carga Horária
Apresentar o conceito e reconhecer a importância do associativismo	Vantagens da organização associativa	Power point Texto	Cartilha SENAR 153 págs. 07 -13	Expositiva Dialogada	4h
Conhecer o perfil dos associados	Tipos de associados	Texto Dinâmica do pirulito	Cartilha SENAR 153 págs. 14-20 Pirulitos	Expositiva Movimentação	
Apresentar uma experiência exitosa associativa	Vídeo: Associativismo Rural unindo agricultores https://www.youtube.com/watch?v=huQ9iJfA_DQ	Enigma: o pior cego é o que não quer ver Apresentação Vídeo	Copias Data show Caixa de som Notebook	Expositiva Dialogada	
Conhecer a ideia dos condomínios agrícolas	Conceito de condomínios agrícolas e sua importância para geração de renda na tribo.	Power point Texto	Cartilha SENAR 153 págs. 28-29	Expositiva Dialogada	4h
Apresentar as diferenças entre associação, cooperativa e sindicato	Associação Cooperativa Sindicato	Dinâmica do barbante Apresentação	Barbante Cartilha SENAR 153 págs.21-25	Movimentação Dialogada	
Compreender a importância das formas organizativas para o fortalecimento coletivo	Associação Cooperativa Sindicato	Power point Trabalho em grupo (teatro)	Notebook Data show Cartilha SENAR 153 págs.21-25	Expositiva Movimentação	
Identificar as razões para criação de uma associação	Passo- a - passo para criar uma associação	Apresentação Trabalho em grupo	Cartilha do SENAR 153 Págs. 26-27	Expositiva Dialogada	

OLHARES DO/NO CAMPO COM ESTUDANTES-PESQUISADORES

Ricardo Santos de Almeida; Maria Aparecida Vieira de Melo; Maria Erivalda dos Santos Torres (Orgs.)

Objetivos Específicos	Conteúdo	Técnicas Instrucionais	Recursos Instrucionais	Avaliação	Carga Horária
Apresentar a organização e o funcionamento da associação	Defina os objetivos da associação Formalize uma associação	Apresentação Simulação de criação de uma associação	Datashow Notebook Cartilha do SENAR págs. 30-37	Expositiva	4h
Aprender a administrar uma associação	Administre uma associação	Leitura coletiva	Datashow Notebook Cartilha do SENAR págs. 38-40	Dialogada	
Aprender a planejar as ações do dia-a-dia da associação	Conheça os aspectos importantes que envolvem uma reunião	Apresentação slides Dinâmica do barbante	Datashow Notebook Cartilha do SENAR págs. 41-49	Expositiva	
Aprender a fazer um estatuto e ata de uma assembleia geral	Estatuto da associação Ata da assembléia geral	Apresentação slides	Datashow Notebook Cartilha do SENAR (anexo págs.51-56)	Participativa	4h
Apresentar o Programa de Qualidade Total 5S	A importância da qualidade total para o desenvolvimento de uma associação	Dinâmica dos balões Vídeo: Teleaula do Programa de Qualidade Total Apresentação (slides)	Notebook Datashow Balões	Expositiva Dialogada	24h
Praticar os 5 S	Seiri, Seiton, Seiso, Seiketsu e Shitsuke	Apresentação slides Texto Enigma: Ache o ratinho	Power point Cópias Trabalho em grupo	Movimentação	
Encerramento	Avaliação final Avaliação do treinamento pelo treinando Agradecimentos	Vídeo: Ayrton Senna	Datashow Cópias da avaliação	Dialogada	

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Foi utilizada a Cartilha 153 - Associações Rurais - Práticas Associativistas, Características e Formalização (ver figura 1), que se encontra subdividida em seis tópicos em que se problematizam os seguintes temas: I. Perceber que o associativismo é parte da vida; II. Perceber o associativismo como uma forma de ação coletiva capaz de promover

transformações sociais, políticas e econômicas; III. Reconhecer comportamentos e atitudes que favorecem e dificultam o desenvolvimento do associativismo; IV. Conhecer as diferenças entre associação, cooperativa e sindicato; V. Identificar as razões para a criação de uma associação; VI. Organizar o funcionamento da associação; VII. Planejar as ações e o dia-a-dia da associação. A cartilha possui dois anexos, no primeiro disponibiliza o Modelo de estatuto de associação de produtores rurais, já no segundo, o modelo da uma Ata de assembleia geral de constituição da Associação. A organização da cartilha contribui para que a comunidade se compreenda e valorize ainda mais suas potencialidades associativistas.

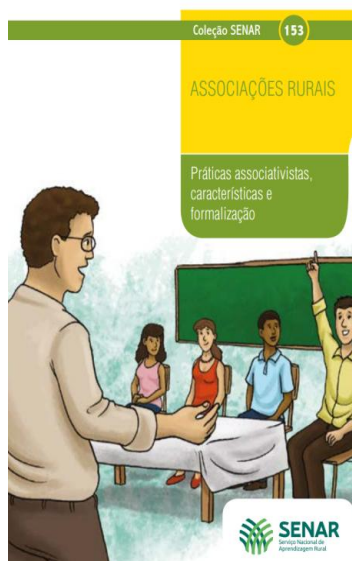


Figura 1. Cartilha utilizada.

Fonte: SENAR (2011).



Foto 2. Curso de Associativismo - Dinâmica Nó Humano.

Fonte: Rita de Cássia de Lima Gouvêa (2019).

Além do estudo dos conteúdos da cartilha, os trabalhos de grupo consistiram da prática de dramatizações. Nelas, os participantes simularam situações do cotidiano de forma lúdica, formulando coletivamente resoluções de possíveis problemas.

Outra atividade praticada contributiva à formação continuada foi dinâmica de grupo, que possibilitam desenvolvimento de estratégias individuais e coletivas dos participantes, e cada uma possuía um objetivo específico. As dinâmicas realizadas nas formações foram: A dinâmica do barbante - cujo objetivo permite a apresentação e percepção do participante sobre o Associativismo, refletindo sobre a sua participação na equipe; Dinâmica dos balões - ressalta a importância de cada participante e sua colaboração na equipe; Dinâmica do Pirulito - Reforçar aos participantes a importância da criatividade e como ela pode contribuir para resolução dos problemas e quanto o trabalho em equipe é importante para que isso ocorra; e Dinâmica Nó Humano - valorizar e compreender o processo vivido na solução de um determinado problema em equipe (ver figura 2).

Ainda nesse período, foi criado um grupo pelo aplicativo de mensagem *Whatsapp* para melhorar a comunicação da turma. Mesmo com o encerramento do Curso, continuamos interagindo, o que possibilitou acompanhar a sua evolução e nos despertando sobre a temática do Associativismo rural. Para tanto, como aporte teórico, nos reportamos a Muenchen (1996), Berthome e Mercoiret (1999) e Abrantes (2004) nos consubstanciando sobre o conceito e a operacionalização do Associativismo no meio rural rumo à emancipação dos povos do campo.

As associações rurais são entidades formada por um determinado número de produtores(as) com interesses comuns, com objetivo de resolver os problemas da comunidade de forma coletiva e com o uso de práticas solidárias (MUENCHEN, 1996). Segundo Abrantes (2004)

[...] a união de pequenos empreendedores, especialmente na área rural apresenta inúmeras vantagens, como aumento da produtividade, redução dos custos, obtenção de descontos, produção em escala, facilidades na comercialização, melhores preços na compra e venda conjunta, conhecimentos de técnicas pelos associados, eliminação dos atravessadores, redução do risco, aumento do convívio social, resolução de problemas e fortalecimento nos aspectos técnicos, econômicas e sociais.

E, a partir do momento da autonomia e representatividade da Associação rural, ela se transforma em instrumento a ser utilizado pela comunidade local para atuar externamente, influenciando nas relações sociais preexistentes (BERTHOME; MERCOIRET, 1999).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As vantagens do trabalho associativo são inúmeras, o associativismo rural proporciona condições para que o homem e a mulher do campo desenvolvam as suas atividades coletivamente, alcançando de forma mais rápida e satisfatória os seus objetivos. Neste tocante, fortalece o sentimento de união e de força desses sujeitos que passam a ter poder de compra de insumos, assistência técnica e inserção aos programas governamentais, como é o caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

A Associação das Mulheres Agricultoras, Quilombolas e Pescadoras do Povoado Sapé, através do curso de Associativismo, promovido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural ampliou seus conhecimentos e o resultado desse trabalho foi o protagonismo feminino na comunidade.



Figura 3. Mulheres quilombolas da Associação Mulheres Guerreiras de Igreja Nova e a Instrutora Rita Gouvêa do SENAR/Alagoas para a matéria jornalística do Programa Nosso Agro da BAND.

Fonte: Programa Nosso Agro, exibido pela rede de televisão BAND (2021).

A Associação iniciou com 18 mulheres, atualmente é composta por 48 mulheres trabalhando nessa perspectiva de coletividade, resgate cultural do quilombo e da sustentabilidade do mesmo a partir da fabricação de alimentos típicos regionais que estavam sendo esquecidos. Utilizam-se para a elaboração dos quitutes a mandioca, de forma *in natura*, bem como outros produtos beneficiados conhecidos na região, como: bolos (macaxeira, milho, massa puba, coco), pé de moleque, beiju, macasada de mandioca, tapioca, cocadas, sequilhos.



Figuras 4 (esquerda) e 5 (direita): Associadas da Associação Mulheres Guerreiras realizando os tratos culturais plantio da mandioca nos quintais e descascando-as na casa de farinha.

Fonte Figura 4: Programa Nosso Agro, exibido pela rede de televisão BAND (2021).

Fonte Figura 5: Presidenta da Associação, Maria Quitéria (2022).

As mandiocas são plantadas em roças comuns e também nos quintais das suas propriedades. Esses quintais anteriormente desocupados, com os projetos da associação, estão sendo aproveitados. Quanto a produção coletiva, é realizada nas casas de farinha, tradição quilombola, onde a madeira é oriunda de restos de cercas velhas.



Figura 6. Sede da Associação das Mulheres Guerreiras de Igreja Nova, Alagoas (a esquerda).

Fonte: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, SENAR/AR/ Alagoas, 2021.

Figura 7. As associadas da Associação Mulheres Guerreiras comercializando os seus produtos na Feira da Agricultura Familiar de Igreja Nova, Alagoas (a direita).

Fonte: Programa Nosso Agro da Band, 2021.

A associação das Mulheres Guerreiras conquistou o prédio da sua sede por meio de doação do poder público local, a mesma fica localizada no Povoado Sapé (anteriormente funcionava uma escola do campo que foi desativada há dez anos). A ativação da associação dá ao território uma nova significação ao espaço em que se realizava a educação do/no campo permitindo às participantes a reafirmação da práxis sobre suas lutas e resistências da culinária ao modo de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, podemos concluir que o Curso de Associativismo promovido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR/AR/Alagoas foi de suma importância para as mulheres quilombolas de Igreja Nova, no processo de planejamento, organização, produção e escoamento da produção dos quilombos através do fortalecimento dos sujeitos coletivos de forma sustentável.

O reconhecimento da importância do fortalecimento dos sujeitos coletivos foi um fator preponderante para a realização da capacitação, formação e constituição da Associação, na qual a prática do Associativismo é essencial para as mulheres resgatarem a sua tradição e desenvolverem de forma sustentável os quilombos Sapé e Tabuleiro dos Negros garantindo-lhes autonomia e desenvolvimento socioeconômico local.

REFERÊNCIAS

1. ABRANTES, José. *Associativismo e Cooperativismo: Como a União de Pequenos Empreendedores Pode Gerar Emprego e Renda no Brasil*. Rio de Janeiro: Interciência, 2004.
2. BRASIL, *Decreto n.º. 4.887, de 20 de novembro de 2003*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm>. Acesso em: 20 jan. 2022.
3. BERTHOME, J.; MERCOIRET, M. R. *Organização dos pequenos produtores*. Brasília: Embrapa, 1999. (Série Agricultura Familiar).
4. CIDADE-BRASIL.COM.BR. *Município de Igreja Nova*. Disponível em: <[51](https://www.cidade-</div><div data-bbox=)

- brasil.com.br/municipio-igreja-nova.html#>. Acesso em: 03 jan. 2022.
5. FUNDAÇÃO PALMARES. *Informações Quilombolas*. Disponível em: <https://www.palmares.gov.br/?page_id=52126>. Acesso em: 03 jan. 2022.
 6. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias*. Rio de Janeiro, Coordenação de Geografia, 2017. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100600.pdf>> Acesso em: 15 jan. 2022.
 7. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Constituição Federal Art. 216*. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/constituicao_federal_art_216.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2022.
 8. IPATRIMONIO. *Igreja Nova – Quilombo Sapé*. Disponível em: <[http://www.ipatrimonio.org/igreja-nova-quilombo-sape/#!/map=38329&loc=-IPATRIMONIO.Penedo – Quilombo Tabuleiro dos Negros](http://www.ipatrimonio.org/igreja-nova-quilombo-sape/#!/map=38329&loc=-IPATRIMONIO.Penedo-QuilomboTabuleirodosNegros)>. Disponível em: 10.107278908831828,-36.67143064169366,17>. Acesso em: 03 jan. 2022.
 9. <<http://www.ipatrimonio.org/penedo-quilombo-tabuleiro-dos-negros/#!/map=38329&loc=-10.282629198832831,-36.529300833201304,17>>. Acesso em: 03 jan. 2022.
 10. MUENCHEN, José Valdemir. *O planejamento e o controle da produção em associações de pequenos agricultores*. 109 f. Dissertação (mestrado) — Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba, 1996.

11. SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL. *Confederação Nacional da Agricultura – CNA*. Disponível em: <<https://cnabrasil.org.br/senar>>. Acesso em: 03 jan. 2022.
12. SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL. *Associações rurais: práticas associativas, características e formalização*. Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, Brasília: SENAR, 2011. 56 p. (Coleção SENAR; 153). Disponível em: <<https://www.cnabrasil.org.br/assets/arquivos/153-ASSOCIACOES-RURAIIS.pdf>> Disponível em: 03 jan. 2022.
13. SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA DE ALAGOAS. *Patrimônio cultural: o que é?* Disponível em: <<http://www.cultura.al.gov.br/politicas-e-aco-es/patrimonio-cultural/principal/textos/patrimonio-cultural-o-que-e>>. Acesso em: 20 jan. 2022.
14. CAMPOS, Juliano Bitencourt; PREVE, Daniel Ribeiro; SOUZA, Ismael Francisco de (Orgs). *Patrimônio cultural, direito e meio ambiente: um debate sobre a globalização, cidadania e sustentabilidade*. Curitiba: Multideia, 2015. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/texto_especializado.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2022.
15. SISTEMA CNA/SENAR. Nosso Agro - Mulheres quilombolas, em AL, se associam para vender alimentos feitos com mandioca. In.: YOUTUBE. *Nosso Agro*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CnHRsmLBeus>>. Acesso em: 20 jan. 2022.

BANANA: GESTO DE REBELDIA DA COMUNIDADE QUE TEM OUSADIA: I FESTIVAL DA BANANA NA SERRA DA BOA VISTA, PALMEIRA DOS ÍNDIOS/AL

Bruna Fernandes da Silva⁸
Ricardo Santos de Almeida⁹

RESUMO: O presente artigo intenta sistematizar a concretização do I festival da banana realizado no dia vinte e três de setembro ano 2021, na comunidade rural Serra da Boa Vista localizada na região serrana do município de Palmeira dos Índios. Sendo essa atividade fruto de um trabalho coletivo do grupo dos produtores articulado com os órgãos públicos, associação e as comunidades circunvizinhas. Nesse contexto, é importante ressaltar que o município de Palmeira dos Índios onde pequenos e médios produtores e produtoras que já comercializam parte da produção, em nosso comércio local e feiras livres da região gerando mais renda e emprego onde vivem, tiveram no festival a oportunidade de materializar no seu calendário um evento específico para a área da agricultura familiar e a fruticultura que vem sendo amplamente adotada

⁸Pós-graduanda da especialização de Educação do campo e sustentabilidade da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL). E-mail: fernandes.b1993@gmail.com.

⁹Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria. Doutor em Educación pela Universidad Interamericana. Docente da rede pública municipal de Porto Calvo/AL. Pesquisador do: Núcleo de Estudos Agrários e Dinâmicas Territoriais (NUAGRÁRIO/UFAL) desde 2009; Grupo de Estudos e Pesquisa em Análise Regional (GEPAR/UFAL); Geoprocessamento e a Cartografia no Ensino de Geografia (GCEG/UFAL) desde 2016; Núcleo de Pesquisa e Extensão em Educação de Jovens, Adultos e Idosos e Campesinos (NUPEEJAIC/UNEAL) desde 2020; do Grupo de Pesquisa em Educação e Território (UFSM) e Grupo de Pesquisas: Estudos e Pesquisas da Educação em Paulo Freire (GPEPEPF/UFRN) desde 2021. Associado ao Centro Paulo Freire - Estudos e Pesquisas (CPFreire). E-mail: ricardosantosal@gmail.com.

por pequenos e médios produtores e produtoras da comunidade. Os métodos de pesquisas utilizados para esses escritos foram Trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva sem a preocupação de utilização de métodos quantitativos Cartoni (2009), com abordagem qualitativa, descrevendo e identificando a natureza da atividade.

PALAVRAS-CHAVE: agricultura familiar; produção; banana.

INTRODUÇÃO

O processo de mobilização social trata-se de manifestação coletiva, porém não é único e exclusivamente, pois é sustentada por um conjunto de ações que auxiliam na expansão de uma reflexão crítica sobre a realidade, é apropriação social, político, cultural, econômica do lugar de vivência de cada ser, é a tomada de decisão para a construção de um novo paradigma. Nesta lógica, trazer de maneira sistemática o I festival da banana da Serra da Boa Vista como uma expressão de resistência de uma comunidade rural que labuta pela sua autonomia econômica na produção e a ascensão na agricultura familiar é deixar para posteridade uma herança de trabalho coletivo e pertinência do seu território.



Figura 2. Barraca com produtos derivados da banana.
Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Essa ideia do festival começou a partir de um grupo que foi desenvolvido pela Assistência Técnica Rural (ATER) do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) Alagoas, onde uma extensionista está desenvolvendo esse trabalho com as famílias, são 30 famílias de agricultores, neste caso específico são 30 bananicultores.

A partir da observação o SENAR começou a atuar em dezembro de 2020 e percebendo toda a dinâmica como acontecia na comunidade, essa questão da comercialização, de produção e de plantio.

E nessa perspectiva surgiu à ideia de fortalecer os sujeitos coletivos, fortalecer a associação, mas que isso, não só fazer a assistência técnica com vista na qualidade da produção, mas no beneficiamento e escoamento da produção que atualmente tem sido um grande desafio da agricultura familiar do nosso município é, justamente, o escoamento da produção devido a essa questão de atravessadores e também pelo não beneficiamento da fruta *in natura*.



Figura 1. Mesa de abertura do I festival da Banana, Serra da Boa Vista – Palmeira dos Índios/AL.

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Os bananicultores ficam na dependência das feiras livres do município de Palmeira dos Índios e dos municípios circunvizinhos. Então, o beneficiamento e o escoamento eles vem, justamente, para agregar valor ao produto.



Figura 3. Extensionista com representantes da secretaria de educação.
Fonte: Dados da pesquisa (2021).



Figura 4. Bananicultor da Serra da Boa Vista.
Fonte: Dados da pesquisa (2011).

O processo de mobilização social, em sentido amplo move, motiva a coletividade em prol de uma causa, logo, a mobilização social precede a construção segmentada da organização para uma causa comum, que nesse contexto a organização das famílias de produtores e produtoras.

O caminho foi trilhado, primeiramente, com a ATER do SENAR trabalhando tudo desde o plantio e a produção e depois acontecer o beneficiamento com os cursos de Formação Profissional Rural (FPR) do SENAR. Teve um curso de industrialização de doces e recentemente teve o curso de beneficiamento da banana, inclusive esse curso não tinha no SENAR Alagoas, porém foi uma demanda criada pelos bananicultores ao final desse curso foi realizado o I festival da banana que veio coroar essa comercialização, trazendo pessoas de outros municípios Maceió, Olha D'água Grande, Arapiraca.

E com essa estrutura formativa e de visibilidade consegue-se fomentar a economia criativa, pois lês acabam vendendo os produtos derivados da banana. Alicerçados de autonomia percebem-se seguros e preparados para vender os seus produtos e fortalecer os vínculos culturais, pois o festival pode se tornar uma data comemorativa para celebrar os avanços.

MATERIAIS E MÉTODOS DE PESQUISA

O ponto de egresso de uma pesquisa é o planejamento das etapas metodológicas que conduzirão a conclusão da mesma. Neste ensaio buscou-se acomodar e familiarizar de maneira flexível uma percepção dilatada do objeto estudado, caracterizando-se a priori como uma pesquisa exploratória, pois são apreciados os mais variados aspectos que se relacionam com o fato estudado (GIL, 2002), trilhando o roteiro metodológico planejado em três fragmentos, o primeiro ato assumiu uma natureza teórica com a pesquisa bibliográfica fazendo um reparo no que já existe de dados para subsidiar o estudo.

A técnica de coleta de dados Lakatos e Marconi (2010) utilizada será a observação participante que permitirá a inserção da pesquisadora no mundo social do grupo a ser

estudado e contribuirá em anotações mais detalhadas, entrevistas podendo ser gravadas em vídeos e\ou áudios e registros fotográficos, que com os devidos termos de autorização de imagens dos moradores e moradoras poderão ser utilizado como forma de captar acontecimentos da vida comum e cotidiana da comunidade pesquisada.

Buscando a compreensão da subjetividade do espaço íntimo do indivíduo a ser pesquisado, para as reflexões das entrevistas será utilizada a leitura interpretativa para que o material coletado seja analisado e correlacionado com o problema. Nesta perspectiva, esse processo traz uma riqueza de informações contidas no cotidiano.

DESENVOLVIMENTO

A estratégia primeira nasce à mobilização social, como se percebe nessa ocasião, ou seja, a convocação dos/as bananicultores para criar elos de afirmação, escolher produzir nessa região com perspectivas para o futuro, mobilização neste sentido é gradual e contínua. Requer internalizar e contextualizar todos os aspectos particulares que englobam uma comunidade ou família é necessário levar em consideração a história cultural, as estruturas educacionais, ambientais, econômicas, políticas, religiosas e sociais.

Dentre as áreas da agricultura, a fruticultura vem sendo amplamente adotada por pequenos e médios produtores e tem fortalecido significativamente a agricultura familiar do nosso estado. Nesse contexto, destacamos no município de Palmeira dos Índios onde pequenos e médios produtores que já comercializam parte da produção, em nosso comércio local e feiras livres da região gerando mais renda e emprego onde vivem.

Com vistas, a fomentar a economia e a cultura local, foi idealizada a 1ª edição do Festival da Banana, no próximo dia

23 de setembro, que foi realizada na Serra da Boa Vista, às 13h com a programação que contou com: celebração religiosa, atrações musicais (Orquestra Graciliano Ramos e os Meninos da Serra), gincana com as provas: o maior cacho de banana, o mais rápido despencador e o mais rápido comedor de bananas, culinária específica de derivados da banana, a participação dos indígenas da etnia Xucurus-Kariris que comercializarão seus produtos. O evento contará com parceiros como a SENAR/Alagoas, outros órgãos.

A sensibilização construída na comunidade envolvida não se restringe em compreendê-lo no seu prisma ambiental e produtivo, mas compreendê-lo com dimensões estruturantes que vai além da relação com a terra no sentido produtivo. “desenvolvimento solidário e sustentável que estamos construindo passa por processos que vão da mobilização à implantação de estruturas (BAPTISTA; CAMPOS, 2013, p. 78).” Incentivar a agricultura familiar pautada na autonomia econômica dos grupos, exerce o papel de fio condutor para desenvolvimento da reflexão crítica da realidade, o empoderamento político e práticas sustentáveis, pois a maneira de formação é contínua e predisposta a partir do acúmulo de vida que cada um tem.

É importante ressaltar foram articuladas parcerias com o poder público, secretaria de agricultura, secretaria de cultura e também com a Escola Municipal Belarmino Teixeira Cavalcante, onde foi desenvolvida com os alunos uma atividade tempo comunidade.

Durante o evento houve a visita da Escola Estadual Indígena Yapi Leanawã Xucuru Kariri.

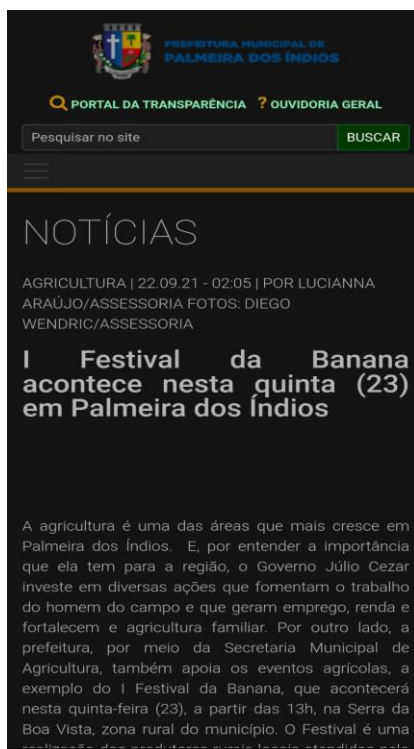


Figura 7. I Festival da Banana aconteceu noticiado no site da prefeitura de Palmeira dos Índios/AL.

Fonte: Dados da pesquisa (2021).



Figura 8. Palmeira dos Índios sedia o primeiro festival da banana, noticiado no site Globoplay.

Fonte: Dados da pesquisa (2011).

Programação do I Festival da Banana

13:30h – Terço na Capela Nossa Senhora de Lourdes da Serra da Boa Vista

14:30h – Abertura oficial do Festival da Banana (Orquestra Graciliano Ramos)

- Rita Gouvêa - Técnica de campo do SENAR/AL
- Luana Torres - Coordenadora da AteG/AL
- Graziela Freitas – Coordenadora pedagógica do SENAR
- José Cícero – Secretário de Agricultura
- Cássio Júnior – Secretário de Cultura
- Edjane Duarte – Diretora da Escola
- Josefa Adriana - Professora da UNEAL
- Madson Monteiro - Vereador
- Representante da Secretaria de Educação
- Zé de zoga - Líder comunitário
- Lívia - Cordel

16h – Apresentação da Orquestra Graciliano Ramos

17:30h - Apresentação dos Meninos da Serra (Ailton Paulo e Vandinho)

18h Gincana

- Degustação dos produtos derivados da banana.

Os meios formativos que perpassam a organização e mobilização social criam indicativos de uma formação emancipadora.

CONCLUSÃO

As grandes transformações eu perpassam o território brasileiro irão sempre para além dos processos produtivos e relação pré-capitalista da terra. Exige-se uma compreensão longínqua em suas estruturas, pois possui suas marcas religiosas, culturais, sociais, econômicas e ambientais, nesse contexto pensar e ruminar a mobilização social dentro de uma articulação comunitária de um evento, não somente para a produção de banana, mas por uma nova vivência de empoderamento, autonomia e afirmação do povo que por diversas construções ideológicas sofre e resiste, estão dispostos

(as) a construir um processo histórico, onde os protagonistas serão o povo que hoje convive nesse ambiente e produz.

A vivência a partir da realização do I Festival da banana da Serra da Boa Vista em Palmeira dos Índios, provoca a comunidade a construir a consciência de que é necessário nutrir-se dos seus direitos fundamentais, para compreender que outros direitos existem e compõem um conjunto de medidas estruturantes para a região.

Um povo gerindo a sua própria água, terra e habilidades de produzir seus alimentos têm consciência do lugar que ocupa na sociedade. A Serra da Boa vista é formada também, por sujeitos capazes de edificar outro tipo de sociedade, autossuficiente e sustentável, ao agrupamento dos bananicultores e a visibilidade da sua produção são alguns dos primeiros passos nessas veredas estreitas da região agreste de Palmeira dos Índios.

A partir do I Festival da banana, promovido na Serra da Boa Vista, o local a região pode ter mais visibilidade e nessa perspectiva, ter o maior reconhecimento como a terra da banana. O evento abriu portas para novos nichos através do beneficiamento da produção, no caso, da fruta a banana, pois vendia somente in natura, apoiado nos treinamentos e no festival houve essa comercialização.

A aspiração atualmente é criar uma marca com Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), para fornecer no município de Palmeira dos Índios.

REFERÊNCIAS

1. BAPTISTA, Naidison de Quitella. CAMPOS, Carlos Humberto. Formação, organização emobilização social no Semiárido brasileiro. In: CONTI, Irio Luiz. SCHROEDER, Edni Oscar. (Org). *Convivência com o*

- Semiárido Brasileiro Autonomia e Protagonismo Social*. Editora IABS, Brasília, 2013.
2. SEVERINO, Antônio Joaquim. A busca do sentido da formação humana: tarefa da Filosofia da Educação. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 32, n.3, p. 619-634, set/dez. 2006.
 3. GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.
 4. LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.
 5. SEVERINO, Antônio Joaquim. A busca do sentido da formação humana: tarefa da Filosofia da Educação. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 32, n.3, p. 619-634, set/dez. 2006.
 6. LORENA, D. R. *Produtividade e qualidade de bananas das cultivares 'Grand Naine' e 'BRS Tropical' em função de irrigação e adubação na região do Distrito Federal*. Brasília: Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, 2015, 118p.
 7. ALVES, E. J.; LIMA, M. B.; CARVALHO, J. E. de; BORGES, A. L. Tratos culturais e colheita. In: BORGES, A. L.; SOUZA, L. da S. (ed.). *O cultivo da bananeira*. Embrapa Mandioca e Fruticultura. Cruz das Almas, BA. 2004. p. 107-130.
 8. COSTA, F. da S.; SUASSUNA, J. F.; MELO, A. S. de; BRITO, M. E. B.; MESQUITA, E. F. de. Crescimento, produtividade e eficiência no uso da água na bananeira irrigada no semiárido paraibano. *Revista Caatinga*. Mossoró, v. 25, n. 24, p. 26-33. 2012.
 9. PETTAN, K. B. *A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater): percepções e tendências*. 2010. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

10. OLIVEIRA, M. M. As circunstâncias da criação da extensão rural no Brasil. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 16, n. 2, p. 97-134, 1999.

DIFERENTES EXPRESSÕES DA RESISTÊNCIA E LUTA PELA TERRA: RELATOS DE MORADORES DO ASSENTAMENTO DOURADA, VIÇOSA/AL

Flávia Ferreira da Silva¹⁰
Ricardo Santos de Almeida¹¹

RESUMO: Aqui se relatam a resistência e a luta pela terra e consubstanciamos-nos a partir de entrevistas realizadas com dois moradores do Assentamento Dourada, Viçosa/AL. Objetiva-se por identificar e evidenciar as origens e formas de trabalho campesino no assentamento rural. Para tal, realizou-se pesquisa exploratória respeitando-se protocolos de segurança sanitária referente à pandemia da Covid-19. Identificaram-se moradores ganham ou complementam sua renda mensal a partir da agricultura. Constatou-se que, um dos entrevistados(as) planta para consumo próprio e fornece parte da produção a familiares e vizinhos. São poucos moradores que têm suas próprias terras e muitos deles se sustentam trabalhando em outras terras.

PALAVRAS-CHAVE: Terra; Agricultores; Plantio; Trabalho; Sobrevivência.

¹⁰Pós-graduanda da especialização de Educação do campo e sustentabilidade da UNEAL. Graduada no curso de Pedagogia/UNEAL. E-mail: flavia26.ferreira2021@gmail.com.

¹¹Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria. Doutor em Educación pela Universidad Interamericana. Docente da rede pública municipal de Porto Calvo/AL. Pesquisador do: Núcleo de Estudos Agrários e Dinâmicas Territoriais (NUAGRÁRIO/UFAL) desde 2009; Grupo de Estudos e Pesquisa em Análise Regional (GEPAR/UFAL); Geoprocessamento e a Cartografia no Ensino de Geografia (GCEG/UFAL) desde 2016; Núcleo de Pesquisa e Extensão em Educação de Jovens, Adultos e Idosos e Campesinos (NUPEEJAIC/UNEAL) desde 2020; do Grupo de Pesquisa em Educação e Território (UFSM) e Grupo de Pesquisas: Estudos e Pesquisas da Educação em Paulo Freire (GPEPEPF/UFRN) desde 2021. Associado ao Centro Paulo Freire - Estudos e Pesquisas (CPFreire). E-mail: ricardosantosal@gmail.com.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa refere-se as diferentes expressões de resistência e luta pela terra, com o objetivo de averiguar as diferentes relações de propriedade e das rendas pré-capitalistas, com base nessas questões o trabalho esta voltado para o Assentamento Dourada no município de Viçosa/AL. O método usado para o determinado trabalho foi uma pesquisa exploratória de campo, conhecendo a rotina de dois moradores do assentamento. Foi usado um questionário com perguntas referentes ao trabalho e relações sociais de cada um como agricultor/a.

O conceito de agricultura chega ser muito amplo, sendo que o agricultor tem o poder de construir sua própria história, se modernizando com o passar do tempo, se tornando um sujeito social que leva seu trabalho para mesa de muitas pessoas, em forma de alimentação. E terão sempre seus conhecimentos, diante deles podem ser úteis para outros agricultores.

Em um de seus significados a agricultura tem como: Atividade de cultivo do solo; ações que buscam produzir vegetais consumíveis ou para serem usados como matérias-primas na indústria; lavoura (DICIO, 2021).

A luta pela terra no Brasil ocorre desde a colonização, nos anos de 1500. De acordo com Fernandes (1999) “a luta pela terra é uma ação desenvolvida pelos camponeses para entrar na terra e resistir contra a expropriação. A resistência do campesinato é uma lição admirável. (...) Desde as lutas messiânicas ao cangaço. Desde as Ligas Camponesas ao MST, a luta nunca cessou, em nenhum momento. Lutaram e ainda estão lutando (...). Desde as capitânicas hereditárias até os latifúndios modernos a estrutura fundiária vem sendo mantida pelos mais altos índices de concentração do mundo. Esse

modelo insustentável sempre se impôs por meio do poder e da violência”.

Foram muitas as conquistas pelos direitos da terra, sendo que ainda há muito que se conquista, a resistência é continua para conseguir um pedaço de terra e poder reproduzir no mesmo.

MATERIAIS E MÉTODOS DE PESQUISA

SITUANDO O LOCAL DE PESQUISA: ASSENTAMENTO DOURADA NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO VIÇOSA/AL

O Assentamento Dourada também conhecido como fazenda dourada fica situado no município de Viçosa/AL. Viçosa é uma cidade do estado de Alagoas. Seus nativos se chamam Viçosenses. É uma cidade historicamente marcada por lutas políticas. Foi território de habitação indígena (pelos índios caambembes, que viviam em lutas com os índios cariris e outras tribos tapuias). Pela sua posição topográfica e excelentes condições físicas: riqueza de matas, cursos de água e terras férteis - o município de Viçosa aparece como um dos pontos do estado onde houve mais lutas entre índios. (CIDADE-BRASIL, 2021).

O município se estende por 343,4 km² e contava com 25.655 habitantes, no último censo. A densidade demográfica é de 74,1 habitantes por Km² no território do município. Vizinha dos municípios de Chã Preta, Pindoba e Capela, Viçosa se situa a 29 km a Norte-Oeste de Atalaia, a maior cidade nos arredores, e a 65 km de Maceió, capital alagoana. (CIDADE-BRASIL, 2021).

O Assentamento Dourada tem um total de 448 endereços encontrados em sua zona rural e em média de 946 moradores nesse logradouro. Tem 1 estabelecimento de ensino e contêm 5 estabelecimentos sendo eles (comercial, religioso entre outros). (CIDADE-BRASIL, 2021).

OS PERCURSOS DA PESQUISA

Inicialmente, foram realizadas as visitas nas casas de dois moradores do Assentamento Dourada, no dia 20 de setembro de 2021, é importante destacar que teve todo o procedimento de cuidado em questão ao covid-19. De início expliquei o motivo da entrevista e eles(as) concordaram em serem entrevistados(as).



Figura 1. Plantação de mamões.

Fonte: Flávia Ferreira da Silva (2021).



Figura 2. Plantação de maracujás.

Fonte: Flávia Ferreira da Silva (2011).

No dia 23 de setembro de 2021, obtiver as fotos dos produtos dos agricultores entrevistados. Eles(as) concordaram de terem seus nomes expostos na referente pesquisa.

Os participantes são: Maria Augusta é natural de Viçosa/AL, nasceu na zona rural de viçosa em um lugar

chamado Gerebra, e atualmente vive no Assentamento Dourada, e outro é Manoel Messias é natural da cidade de Paulo Jacinto, e atualmente mora na cidade de viçosa-AL, no Assentamento Dourada.

Quadro 1. Participantes da entrevista

Entrevistados(as)	Produções	Destino da produção
Maria Augusta	Milho; Feijão; Batata; Macaxeira; Abóbora e Fava.	Consumo próprio
Manoel Messias	Milho; Inhame; Maracujá; Feijão; Fava; Laranja, Coentro; Cebolinha; Abóbora; Batata; Banana; Couve e Cana.	Venda e consumo próprio

Fonte: Flávia Ferreira da Silva (2021).

MATERIAIS DE PESQUISA

Nessa seção do trabalho apresento as entrevistas realizadas com os participantes desta pesquisa. Esta pesquisa pode ser classificada como qualitativa, que tem como objeto a investigação, a descrição, a compreensão e o significado. Godoy (1995, p.58) afirma que:

Uma pesquisa qualitativa considera o ambiente como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento chave; possui caráter descritivo; o processo é o foco principal de abordagem e não o resultado ou o produto; a análise dos dados foi realizada de forma intuitiva e indutivamente pelo pesquisador; não requereu o uso de técnicas e métodos estatísticos; e, por fim, teve como preocupação maior a interpretação de fenômenos e a atribuição de resultados.

Inicialmente, trarei algumas falas da entrevistada Maria Augusta. Na pergunta sobre quanto tempo você trabalhar como agricultora e o que você produz, em sua fala ela diz:

“Deste solteira trabalhei na plantação, eu e meus irmãos ajudavam meus pais na roça, ele plantava para consumo e para vender na feira, antigamente o plantio era vasto de várias qualidades de plantação, hoje só planto o essencial para meu próprio consumo.”¹²



Figura 3. Plantação de bananeiras.

Fonte: Flávia Ferreira da Silva (2021).

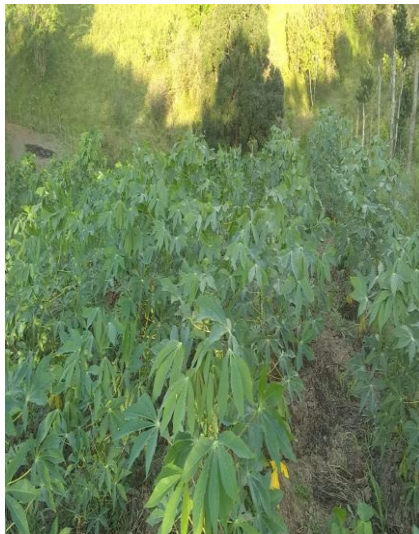


Figura 4. Plantação de macaxeiras.

Fonte: Flávia Ferreira da Silva (2011).

A terra que você planta atualmente é de sua prioridade, onde ela ressalta:

“Não, nós arredamos para plantar durante 1 ano, após isso prestamos conta com o proprietário.”

¹²Nessa parte do texto usaremos esse formato para destacar as falas dos participantes da pesquisa.

Ainda a mesma fala que hoje está muito difícil ter condições para comprar um pedaço de terra. É importante relatar que no tempo da Maria Augusta, alguns pais não permitiam que os filhos fossem a escola, e grande maioria ajudavam seus pais na plantação.



Figura 5. Plantação de milhos e favas.
Fonte: Flávia Ferreira da Silva (2021).



Figura 6. Plantação de couves; abóboras; cebolinhas e batatas.
Fonte: Flávia Ferreira da Silva (2011).

E nas falas de Manoel Messias ele relatar que:

“Está entre 14 e 15 anos que comecei a trabalhar na agricultura, quando mais novo participou de alguns movimentos

sem-terra, onde foi útil com seus aprendizados e pode ajudar muita gente com seus conhecimentos agrícolas.”²



Figura 7. Plantação de abóboras.
Fonte: Flávia Ferreira da Silva (2021).



Figura 8. Plantação de laranjas.
Fonte: Flávia Ferreira da Silva (2011).

Em questão de a terra ser ou não dele, ele respondeu¹³:

“Hoje em dia tenho minhas próprias terras que está situada na Quinta da Serra, aqui mesmo no município, trabalho lá a 5 anos, equivale em 3 hectares que chega a 7 ou 8 tarefas de terra, é uma terra muito boa e produtiva.”

¹³Nessa parte do texto usaremos esse formato para destacar as falas dos participantes da pesquisa.



Figura 9. Rio e água utilizada para regar as plantações.
Fonte: Flávia Ferreira da Silva (2021).



Figura 10. Plantação de canas.
Fonte: Flávia Ferreira da Silva (2011).

Ele relata que atualmente trabalhar nas suas terras produzindo diversos produtos, como também trabalha para outros proprietários de terra.

Ele declara que usar adubos orgânicos como os esterco de animais como de gado e ovelhas, onde ganhar de seus conhecidos.

CONCLUSÃO

O referente trabalho mostra que com o decorrer do tempo a luta pela terra não para, enquanto alguns podem ter

um pouco de terra para plantar, outros não tem nenhum, a importância que a terra tem na vida dessas pessoas é de grande valência para seu meio. A terra para muitos é de onde se vêm o sustento de cada dia.

Os participantes da pesquisa relataram que trabalham com a agricultura orgânica, onde mantêm o equilíbrio de suas determinadas terras do plantio, fazendo com que tenham seus alimentos de boa qualidade.

Quadro 2. Quadro explicativo sobre os vegetais/frutos cultivados pelos entrevistados.

Nomes dos vegetais/frutos	Informações dos vegetais/frutos
Abóbora	O plantio é feito mês de março e sua colheita é feita a partir dos meses de agosto e setembro. Observação: a abóbora passa a chegar até 7 meses de colheita após o seu plantio.
Batata	O plantio da batata é entre os meses de agosto e setembro, sua colheita é feita entre os meses de dezembro e janeiro.
Banana	Não tem tempo certo para plantação da laranja, após o primeiro plantio a colheita só acontece com 1 ano, depois da primeira colheita, podemos ter bananas a partir dos 2 meses.
Cana	O plantio da cana é feito entre os meses de março e abril. Sua raiz pode se renovar até mesmo em 5 ou 10 anos.
Cebolinha	Não tem mês certo para o plantio, sua colheita pode ser feita em 1 mês.
Coentro	Não tem mês certo para o plantio, sua colheita pode ser feita sua colheita pode ser feita em 1 mês.
Couve	Não tem tempo certo para sua plantação sua colheita é feita em até 45 dias.

OLHARES DO/NO CAMPO COM ESTUDANTES-PESQUISADORES

Ricardo Santos de Almeida; Maria Aparecida Vieira de Melo; Maria Erivalda dos Santos Torres (Orgs.)

Fava	Período de plantação do feijão é entre os meses de março e abril, a partir do mês de junho começam as colheitas.
Feijão de arranca Feijão de corda	Período de plantação do feijão é entre os meses de março e abril, a partir do mês de junho começam as colheitas dos feijões de arranca. Observação: o melhor plantio para o feijão de corda é no mês de agosto, para fazer a colheita no verão. São dois plantios de feijões de corda feita no ano.
Inhame	O plantio do inhame é feito conforme o tempo de chuva, dependendo da chuva plantamos em janeiro ou fevereiro ou até mesmo em março, sua colheita pode ser feita entre os meses de junho, julho e setembro.
Laranja	Não tem tempo certo para plantação da laranja, após o primeiro plantio a colheita só acontece com 2 anos, depois da primeira colheita sempre tem laranja.
Macaxeira	O plantio é feito no mês de março e sua colheita é feita no verão no mês de outubro.
Maracujá	O plantio é feito nos meses de abril e maio, e sua colheita é feita entre os meses de novembro e dezembro. Observação: o maracujá se renova na mesma raiz até 4 anos.
Milho	Período da plantação é a partir do dia 19 de março e a colheita é feita a partir do dia 20 de junho, a colheita do milho é feita para as vendas das festas juninas, e o milho que seca, é guardado para a próxima plantação e até mesmo vendido algumas sacas.

Fonte: Flávia Ferreira da Silva (2021).

É importante ressaltar que as plantações dos vegetais/frutos acima citadas não são regadas com irrigação, os

agricultores desta pesquisa relataram que esperam o tempo da chuva para poder começar suas plantações. A relação dessas pessoas com a terra é direta, as mesmas trabalham para si próprio fazendo o plantio e a colheita, entre dá todo o cuidado que a terra precisar para receber novos plantios.

O referente trabalho foi feito em base do plantio, pois me identifico com esse tema, porque sou filha de agricultor e resido em um assentamento rural, onde no mesmo consegui acompanhar o trabalho do meu pai em relação as plantações, onde eram mais frequente a plantação de bananas e laranjas. Muitas famílias que moram aqui no assentamento dependem da agricultura para sobreviverem, sendo que algumas já têm algum tipo benéfico e a agricultura só é uma renda extra para suas famílias. Os moradores que trabalham com a agricultura, alguns deles vendem seus produtos tanto na feira de Viçosa-AL, que ocorre nos dias de sábado como também vende a domicílio.

A agricultura familiar emerge, portanto, do modelo camponês que possui como algumas características básicas de seu conceito clássico: acesso a terra, seja em forma de propriedade, seja mediante algum tipo de usufruto; trabalho predominantemente familiar, o que não exclui o uso de força de trabalho externa, de forma adicional; auto-subsistência combinada a uma vinculação ao mercado, eventual ou permanente; certo grau de autonomia na gestão das atividades agrícolas, ou seja, nas decisões sobre o que e quando plantar, como dispor dos excedentes, entre outros (CARDOSO, 1987, p. 56; apud ALTAFIN, 2007, p.2).

Alguns moradores do assentamento dourada tem sua terra própria, sendo que outros não têm, e por terem vontade de trabalhar com a terra, acabam ganhando um espaço para poderem fazer suas plantações tanto para consumo como para venda.

REFERÊNCIAS

1. ALTAFIN, Iara. *Reflexões Sobre o Conceito de Agricultura Familiar*. 2007. Disponível em: Acesso em: 29/11/21.
2. AGRICULTURA. In: *Dicio*, Dicionário online de Português. Porto: 7 Graus, 2021. Disponível em: <https://www.dicio.br/agricultura/> Acessado em: 02/10/2021
3. FERNANDES, B. M. Brasil: 500 anos de luta pela terra. In: *Revista Cultura e Vozes*, número 1, ano 93. Editora Vozes, Petrópolis, 1999.
4. GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *RAE - Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 35, n. 2, 1995.
5. IBGE CIDADES. *História de Viçosa*. Disponível em: <https://www.cidades.ibge.gov.br/brasil/al/vicosa/historico>; acesso em: 02-10-2021

APÊNDICE 1 – ROTEIROS DAS ENTREVISTAS



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE ALAGOAS - UNEAL
CAMPUS III – PALMEIRA DOS ÍNDIOS
ROTEIRO DE ENTREVISTA FEITO PARA OS AGRICULTORES
DO ASSENTAMENTO DOURADA

- QUAL SUA ORIGEM?
- O QUE VOCÊ PRODUZ?
- QUAL O DESTINO DA SUA PRODUÇÃO?
- AS TERRAS QUE VOCÊ PRODUZ É SUA?
- VOCÊ USAR ALGUM TIPO DE AGROTOXICO?

FIQUE A VONTADE CASO QUEIRA FALAR MAIS ALGUMA
COISA!

AS CONTRIBUIÇÕES DOS PROJETOS CAT - CONHECER, ANALISAR E TRANSFORMAR, E BAÚ DE LEITURA PARA VALORIZAÇÃO DAS IDENTIDADES CAMPESINAS EM PALMEIRA DOS ÍNDIOS/AL

Maria Rayne Silva de Sá¹⁴
Ricardo Santos de Almeida¹⁵

RESUMO: Este estudo objetiva-se por identificar e valorizar atividades relacionadas à Educação contextualizada em uma escola pública de Palmeira dos Índios/AL, que se encontra em reforma, destacando que as ações convergem para o fortalecimento das identidades campesinas e vínculo com a terra reduzindo dicotomias entre campo e cidade na busca por uma educação com qualidade e vínculo com o lugar.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Metodologias de ensino; Contextualização.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa trata-se de uma análise realizada na escola do campo Santa Terezinha, situada no povoado

¹⁴Pós-graduanda da especialização de Educação do campo e sustentabilidade da UNEAL. E-mail: raynesa29@gmail.com.

¹⁵Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria. Doutor em Educación pela Universidad Interamericana. Docente da rede pública municipal de Porto Calvo/AL. Pesquisador do: Núcleo de Estudos Agrários e Dinâmicas Territoriais (NUAGRÁRIO/UFAL) desde 2009; Grupo de Estudos e Pesquisa em Análise Regional (GEPAR/UFAL); Geoprocessamento e a Cartografia no Ensino de Geografia (GCEG/UFAL) desde 2016; Núcleo de Pesquisa e Extensão em Educação de Jovens, Adultos e Idosos e Campesinos (NUPEEJAIC/UNEAL) desde 2020; do Grupo de Pesquisa em Educação e Território (UFSM) e Grupo de Pesquisas: Estudos e Pesquisas da Educação em Paulo Freire (GPEPEPF/UFRN) desde 2021. Associado ao Centro Paulo Freire - Estudos e Pesquisas (CPFreire). E-mail: ricardosantosal@gmail.com.

Lagoa da areia dos marianos, zona rural de Palmeira dos índios/AL. A respectiva escola atende, de modo geral, 13 turmas, sendo estas divididas em 04 turmas de educação infantil, 05 do ensino fundamental anos iniciais (1º e 5º anos) e 04 turmas do fundamental II anos finais (do 6º ao 9º ano). Atendendo cerca de 320 alunos da própria comunidade e adjacências.

Esta unidade de ensino possui 6 salas de aula, sendo que uma sala funciona como biblioteca e sala de professores, e outra é a sala da educação infantil, também possui uma sala pequena para atendimento especializado. A cozinha e secretária funcionam casa a parte alugada pelo município. A escola também funciona com uma extensão no povoado Luciana e o povoado riacho santo para melhor atender os estudantes.



Figura 1. Escola Municipal Santa Terezinha.

Fonte: Maria Rayne Silva de Sá (2021).

Em 2019 a escola foi contemplada com a construção de uma nova escola, para atender melhor as crianças e jovens da

comunidade Lagoa da areia dos Marianos. A nova escola denominada Escola Municipal Mauro Tavares, encontra-se em fase de conclusão para inauguração, por enquanto as atividades pedagógicas ainda acontecem no prédio da Escola Municipal Santa Terezinha (ver figura 1).

A atual análise realizada nesta escola mencionada, tem por finalidade um estudo de compreensão acerca do projeto CAT- CONHECER, ANALISAR E TRANSFORMAR e o BAÚ DE LEITURA, a fim de verificar se a escola estudada é atendida pelo projeto cisternas nas escolas desenvolvidas em parceria pela Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), Associação de Agricultores Alternativos (AAGRA) e Rede de Educação Contextualizada para o Agreste e Semiárido (RECASA), e entender como a escola observa o projeto bem como quais atividades são desenvolvidas estando contextualizadas com o benefício do uso da água, e como foi desenvolvido o projeto nesta unidade de ensino, quais foram as dificuldades e os avanços.

DESENVOLVIMENTO

Esta pesquisa foi realizada na escola municipal Santa Terezinha, situada na zona rural no município Palmeira dos Índios. A instituição é atendida pelo projeto cisternas na escola promovida pela RECASA (ver figura 2). Com a implantação do projeto, a instituição observou que esta seria uma oportunidade para desenvolver várias ações, contribuindo para unir a escola e a comunidade, fortalecendo o vínculo escola e família, realizando práticas pedagógicas com metodologias mais dinâmicas e ativas, levando para as salas de aula vivências voltadas para a vida do estudante.

A instituição foi ainda contemplada com formações totalmente relacionadas ao tema água, possibilitando o desenvolvimento de projetos aos quais contemplaram toda a

comunidade escolar, seguindo esta temática a instituição desenvolveu o projeto Consciência ecológica: captação das águas, onde foram desenvolvidas atividades práticas, as quais eram realizadas com os alunos, levando-os a análise crítica do uso da água para benefícios de sustentabilidade, incentivando-os a cultivar, além de proporcionar oficinas, onde os alunos participaram de maneira ativa na realização das atividades propostas pelos professores.



Figura 2. Imagem da cisterna da Escola Municipal Santa Terezinha.

Fonte: Maria Rayne Silva de Sá (2021).

Além deste, foi desenvolvido o projeto Horta na escola: Laboratório verde, este foi criado através do projeto sustentabilidade, que já existia na escola, que fora realizado juntamente com a realização do curso Jovens empreendedores, primeiros passos, este possibilitou que os alunos analisassem a realidade a qual estão inseridos, enxergando-a como problema e transformando-os em soluções, focando em ações que fossem efetivadas em prol do bem comum.

Em uma entrevista com um professor desta instituição, ele pôde nos relatar a maneira que foram trabalhados estes projetos na instituição, segundo este relatou que ao observar o entorno da escola, bem como a comunidade que os alunos vivem, eles observaram muitos problemas, não só de cunho social, mas também ambiental, cultural, no que diz respeito a saúde e ao lazer.

Diante desta realidade críticos, e contagiados com o espírito empreendedor social, os alunos da turma do 8º ano levantaram essa bandeira e apresentaram à ideia do projeto a equipe diretiva da instituição. Daí surgiu à necessidade de um processo intenso de estudos e reflexões, a qual todos os alunos se empenharam em realizar levantando os seguintes questionamentos: Por que construir uma horta na escola? Quais problemas serão solucionados? Quem serão os beneficiados?

Foi observado que a escola é um espaço que produz bastante lixo, os próprios alunos notaram que este era jogado a céu aberto em um terreno baldio próximo a escola. Isso foi um fator indispensável para a implantação do projeto. Com isto, as práticas pedagógicas passaram a acontecer de maneira contextualizada com a realidade através de práticas voltadas para a sustentabilidade que valorizassem o trabalho do campo, e assim foi desenvolvido o projeto, e a criação da horta, esta ficou sob os cuidados dos alunos através das orientações dos professores.

Os alunos passaram a ter aula prática, ao ar livre, onde passaram a desenvolver práticas e consciência de cuidados e cultivo do meio ambiente, toda semana eram realizadas atividades no campo com os alunos, estes que, através do uso da água que a instituição fora contemplada com a implantação da cisterna na escola, irrigavam a horta e faziam todos os cuidados necessários com o solo, assim as aulas de ciências passaram a ter mais sentido, acontecendo diretamente na prática.

Com isto também fora contemplado o projeto cultivando e colhendo saberes e sabores, onde para revitalizar a horta a horta escolar tiveram que construir uma estufa para cultivar mudas, e assim, manter o cultivo de hortaliças fora da época de inverno, bem como implantar tecnologias sustentáveis para diminuir o desperdício de água, e reaproveitamento das águas cinza, já que a escola é afetada com escassez de água, e assim foi desenvolvido o laboratório verde e inclusão de tecnologias sustentáveis.

CONCLUSÃO

Com base nos estudos realizados foi possível compreender o quanto a escola santa Terezinha desenvolveu práticas significativas para os alunos e toda a comunidade, e o quanto o projeto cisternas na escola beneficiou a todos que fazem parte desta instituição de ensino, mesmo com os obstáculos pela frente, toda a equipe pedagógica e diretiva juntamente com os discentes e comunidades, não mediram esforços para desempenharem atividades que contemplariam o bem comum de todos.

Isto nos leva a refletir acerca da colocação de Caldart:

Uma das contribuições das práticas e reflexões da educação do Campo para se pensar a transformação da escola e talvez a mais significativa, relaciona-se à rediscussão de suas finalidades educativas, desencadeada pelo reconhecimento da especificidade dos sujeitos concretos a que estas práticas se destinam (CALDART, 2010).

Dessa forma, compreendemos que é necessário mais práticas no que diz respeito a educação do campo, para que esta de fato aconteça de maneira significativa, que favoreça aos

sujeitos envolvidos, que seja prática e vivenciada pelos alunos, que haja esta integração com o todo.

REFERÊNCIAS

1. CALDART, R. S. et al. Dicionário da Educação do campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de saúde Joaquim Venâncio, 2012.

AGRICULTURA FAMILIAR NA COMUNIDADE SÃO JOSÉ DE BAIXO, PALMEIRA DOS ÍNDIOS/AL

Felipe Lima Duarte¹⁶
Ricardo Santos de Almeida¹⁷

RESUMO: Este estudo objetiva-se por compreender a prática da agricultura familiar, que além do levantamento teórico pauta-se também na observação do trabalho realizado por uma família residente na comunidade São José de Baixo, zona rural de Palmeira dos Índios, Alagoas. Observou-se que a prática de agricultura familiar vem ganhando espaço nos movimentos sociais rurais do Brasil para além da sobrevivência e em alguns setores da academia a análise sobre a produção de subsistência contribui significativamente para reafirmarmos a resistência dos povos do/no campo para além do mero ato de se residir, mas na busca por qualidade de vida. A metodologia utilizada utilizou-se da pesquisa exploratória e consistiu em estudo bibliográfico e observações de campo, com os procedimentos metodológicos de levantamento de dados, através de questionário e fotos.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura; Comunidade; Família.

¹⁶Pós-Graduando em Educação do Campo e Sustentabilidade da UNEAL. E-mail: felype.sc@hotmail.com.

¹⁷Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria. Doutor em Educación pela Universidad Interamericana. Docente da rede pública municipal de Porto Calvo/AL. Pesquisador do: Núcleo de Estudos Agrários e Dinâmicas Territoriais (NUAGRÁRIO/UFAL) desde 2009; Grupo de Estudos e Pesquisa em Análise Regional (GEPAR/UFAL); Geoprocessamento e a Cartografia no Ensino de Geografia (GCEG/UFAL) desde 2016; Núcleo de Pesquisa e Extensão em Educação de Jovens, Adultos e Idosos e Campesinos (NUPEEJAIC/UNEAL) desde 2020; do Grupo de Pesquisa em Educação e Território (UFSM) e Grupo de Pesquisas: Estudos e Pesquisas da Educação em Paulo Freire (GPEPEPF/UFRN) desde 2021. Associado ao Centro Paulo Freire - Estudos e Pesquisas (CPFreire). E-mail: ricardosantosal@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Este estudo apresenta um breve contexto da agricultura familiar, na comunidade rural São José de Baixo, da cidade de Palmeira dos Índios, Alagoas. Levando em considerações os aspectos socioeconômicos, cultural, educacional e social da população da já citada comunidade. Fazendo a interlocução com a construção teórica sobre a agricultura familiar no Brasil.

A agricultura familiar tem grande importância econômica, uma vez que consegue gerar empregos, reduzir o êxodo rural, ser fonte de recursos para as famílias com menor renda e produzir alimentos. Contrário dos grandes produtores, a agricultura familiar volta-se para o consumo interno, tendo em vista, que sua produção é menor e utiliza menos tecnologia. São os pequenos e médios produtores, os responsáveis por milhões de estabelecimentos rurais, que produzem alimentos distribuídos e consumidos pela população brasileira.

Assim sendo, isso significa que, no Brasil, apesar de existir pequenas propriedades onde as pessoas vivem em péssimas condições de higiene e alimentação, com um alto índice de analfabetismo e baixa qualidade de vida. Geralmente essas propriedades estão em regiões assoladas pela seca, sem acesso à tecnologia como irrigação, fertilização e recuperação do solo.

Sabe-se ainda que os grandes produtores agrícolas estejam organizados em uma estrutura bem diferente da agricultura familiar. Muitos desses estabelecimentos fazem o beneficiamento industrial, no mesmo local da produção agrícola, as chamadas agroindústrias ou próximo desses locais. Sendo assim, essas empresas tornam-se responsáveis, principalmente pela produção destinada à exportação. Empresas que investem em tecnologia, no uso de máquinas modernas, como as colhedoras, e na compra de fertilizantes e sementes selecionadas para aumentar sua produtividade.

Com isso, nessas propriedades, a produção é armazenada em modernos silos, até serem transportadas para atender aos interesses do mercado interno ou externo. Esse esquema de produção, estoque e comercialização exige alta demanda de energia e logística de transporte.

A proposta do artigo é apresentar um breve contexto da agricultura familiar, na comunidade rural São José de Baixo, da cidade de Palmeira dos Índios, Alagoas. Levando em considerações os aspectos socioeconômicos, cultural, educacional e social da população da já citada comunidade.

A AGRICULTURA ESTÁ SOB O MODO CAPITALISTA DE PRODUÇÃO

O capitalismo é justamente uma resposta histórica da evolução do homem na busca pelo domínio da natureza, com a superação do homem feudal e de suas relações de produção, acompanhado do surgimento de novas relações necessárias para o desenvolvimento do novo modo de produção.

A agricultura sob o modo capitalista de produção, tendo como base teórica o processo de desenvolvimento do modo capitalista, que tem necessariamente que ter entendido no seio das realidades históricas concretas, ou seja, no seio da formação econômico-social capitalista. Sabendo, que o modo capitalista de produção não está circunscrito de mercadorias por dinheiro e, obviamente de dinheiro por mercadorias.

O estudo da agricultura sob o modo capitalista de produção tem-se caracterizado pelo debate político entre as muitas correntes de pensamento que dedicam atenção especial ao campo. Dentre essas correntes, o objetivo comum a elas é entender as inúmeras transformações que o campo vem sofrendo, transformações essas que redefinem toda a estrutura socioeconômica e política no campo.

Entre as correntes estão os que entendem essa realidade de transformações através da destruição dos camponeses e a modernização dos latifúndios, outros defendem a permanência das relações feudais, e por último e não menos importantes estão os que defendem a criação e recriação do campesinato e do latifúndio.

Sabe-se que o valor está na produção que a mais valia é gerada. Entretanto, seu real circunstancia só se dá no momento que o capitalista converte a mercadoria em dinheiro, e, portanto, apropria-se da mais valia, que é o trabalho social não pago. Sabendo que, a primeira etapa do desenvolvimento do capitalismo, não foi necessariamente uma etapa principalmente de produção de mercadorias e que a circulação de tal mercadoria está subordinada a produção, ora a produção está subordinada à circulação.

Contudo, o desenvolvimento industrial e o conseqüente crescimento das cidades, fez com que, a agricultura fosse se transformando, adaptando-se. De modo geral, ela desenvolveu-se de duas formas: uma onde existia a agricultura especificamente capitalista, baseada no trabalho assalariado, nos arrendamentos, e a outra agricultura, baseada na articulação com as formas de produção não capitalistas.

METODOLOGIA

A pesquisa bibliográfica foi realizada, a partir de estudiosos de uma perspectiva de valorização do modo de vida camponês e a observação de campo aconteceu no município de Palmeira dos Índios, na comunidade rural de São José de baixo, o local foi escolhido, pois é notória a participação das famílias em atividades agrícolas na região, as mesmas fazem o uso de suas terras para a produção de alimentos e pequenas criações de animais, a maioria para consumo próprio.

Durante a realização da pesquisa foi feita abordagens a população da comunidade rural analisada, com o propósito de conhecer as famílias ali inseridas, através de dados qualitativos e quantitativos, para a obtenção de informações, que fossem possíveis o desenvolvimento da pesquisa e saber os fatores que motivam a permanência desse grupo no meio rural.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A princípio, sabe-se que o ambiente rural no agreste alagoano é o reflexo dos principais fenômenos históricos, políticos, sociais e econômicos que ocorrem ainda no cenário nacional. É urgente a necessidade do surgimento de uma nova geração de agricultores, que conte com a participação dos jovens como agricultores ou como profissionais que promovam no campo uma atuação empreendedora, no sentido de potencializar os desafios surgidos pelas novas dinâmicas do cenário rural, como as novas rurais idades, a sustentabilidade e as políticas públicas de crédito, beneficiamento e comercialização.

Na oportunidade foi feito algumas perguntas a uma família tradicional e das mais antigas da região, a Família Caetano, tendo como genitor o senhor José Caetano da Silva, 57 anos, agricultor e sua esposa Luísa Antero da Silva 57 anos, agricultora. Família composta por 04 pessoas que vivem da agricultura e de uma pequena criação de galinhas e porcos para próprio consumo, também por serem de baixa renda, recebe o auxílio do programa do governo federal Bolsa Família, auxílio essencial para o complemento da renda familiar.

O que excede da produção agrícola a família vende na feira livre da cidade em varejo, pois a produção é baseada na agricultura familiar, produtos orgânicos de boa qualidade. Na residência da família Caetano, eles contam com algumas espécies de árvores frutíferas como o mamão, banana,

seriguela, acerola, jabuticaba, pinha, cajueiros, mangueiras e coco. Assim foi possível observar algumas das plantações frutíferas da residência, em seu período de produção, levando em consideração o período que está propício para apenas algumas das espécies acima citado. Vejamos então:



Figura 1. Bananeiras – Sítio São José de Baixo, Palmeira dos Índios/AL.

Fonte: Felipe Lima Duarte (2021).

Nessa foto podemos observar as bananeiras com alguns cachos de banana, que para produzir, bastam ter pelo menos uma irrigação diária, frutas orgânicas, saudáveis para o bem-estar do consumidor.



Figura 2. Pé de mamão com frutos e ao fundo um cajueiro sem frutos no Sítio São José de baixo, zona rural de Palmeira dos Índios, AL.

Fonte: Felipe Lima Duarte (2021).

Nessas imagens podemos ver frutas 100% orgânicas, sem uso de agrotóxicos, forma tradicional da agricultura familiar, que enriquece e diferencia das demais formas de produção agrícola. Sendo assim, compreende-se que, a agricultura orgânica é um processo produtivo comprometido com a organicidade e sanidade da produção de alimentos vivos, para garantir a saúde dos seres humanos, razão pela qual usa e desenvolve tecnologias apropriadas à realidade local de solo, topografia, clima, água, radiações e biodiversidade própria de cada contexto, mantendo a harmonia de todos esses elementos entre si e com os seres humanos.

Sabe-se que esse modo de produção assegura o fornecimento de alimentos orgânicos saudáveis, mais saborosos

e de maior durabilidade; não utilizando agrotóxicos, preserva a qualidade da água usada na irrigação e não polui o solo nem o lençol freático com substâncias químicas tóxicas; por utilizar sistema de manejo mínimo do solo assegura a estrutura e fertilidade dos solos evitando erosões e degradação, contribuindo para promover e restaurar a rica biodiversidade local; por esse conjunto de fatores a agricultura orgânica viabiliza a sustentabilidade da agricultura familiar e amplia a capacidade dos ecossistemas locais em prestar serviços ambientais a toda a comunidade do entorno, contribuindo para reduzir até mesmo o aquecimento global.

Nesse contexto, podemos ainda observar algumas outras formas dessa prática da agricultura desenvolvida pela família da comunidade São José de Baixo, como por exemplo, o cultivo de horta orgânica que a família Caetano também produz em suas terras, imagens a seguir.



Figura 3. Horta no Sítio São José de baixo, zona rural de Palmeira dos Índios, AL.

Fonte: Felipe Lima Duarte (2021).



Acervo da pesquisa, 2021.

Figura 4. Fruticultura no Sítio São José de baixo, zona rural de Palmeira dos Índios, AL.

Fonte: Felipe Lima Duarte (2021).

O esforço da produção na agricultura familiar é determinado conforme a necessidade da família. Portanto, não há perspectiva de lucro na produção familiar, diferenciando-se da empresa nos moldes capitalistas. Na agricultura familiar cada membro exerce um papel importante na produção. Conforme mencionado, a produção da agricultura familiar visa o atendimento das necessidades do trabalhador e de sua família. Em outras palavras, os níveis de produção são determinados pelas necessidades, pois a tendência produtiva da agricultura familiar será proporcional ao tamanho da distância dos objetivos estabelecidos pela família.

Sendo assim, a obtenção de dinheiro representa meio e não uma finalidade na agricultura familiar, haja vista que a conversão da mercadoria em dinheiro se destina a compra de novas mercadorias. Em outras palavras, o objetivo é vender para comprar e assim satisfazer as necessidades do grupo. Todavia, com as transformações que se dá nomeio rural, dando-lhe uma nova roupagem, a satisfação do agricultor familiar poderia incluir outros anseios além do suprimento das necessidades básicas.

Ainda caracterizando outras atividades de produção da família em estudo, estes criam animais para engorda e consumo próprio, no caso galinhas de capoeira e porcos, que quando excede vendem em varejo para vizinhos, amigos e familiares. A seguir algumas evidências dessa prática de criação.



Figura 5. Criação de galinhas de capoeira da família Caetano no Sítio São José de baixo, zona rural de Palmeira dos Índios, AL.

Fonte: Felipe Lima Duarte (2021).



Figura 6. Criação de porcos da família Caetano no Sítio São José de baixo, zona rural de Palmeira dos Índios, AL.

Fonte: Felipe Lima Duarte (2021).

Como é notória a criação de animais é de pequena proporção, o que confirma a produção para sua subsistência. A forma que os agricultores têm para manter os animais é da própria terra, no caso as galinhas são da produção agrícola do milho e sobras de alimentos, e os porcos também das sobras de alimentos da família e de vizinhos próximos que juntam e sedem a quem cria. Vejamos a seguir o plantio agrícola da família Caetano.



Figura 7. Roça de mandioca no Sítio São José de baixo, zona rural de Palmeira dos Índios, AL.

Fonte: Felipe Lima Duarte (2021).



Figura 8. Roça de milho no Sítio São José de baixo, zona rural de Palmeira dos Índios, AL.

Fonte: Felipe Lima Duarte (2021).

A mandioca por sua vez tem por finalidade a produção de farinha, tapioca, bolos, e outras, o milho por sua vez, produz o fubá, bolos, diversos tipos de alimentos, típicos da cultura nordestina e que alimentam e saciam a família.

Durante a pesquisa, foram analisadas também, as dificuldades enfrentadas pela família em manter a produção e a criação, de acordo com Lamarche (1993),

[...] a agricultura familiar, erroneamente, esteve sempre associada à pobreza no meio rural e a ineficiência no uso dos fatores produtivos, o que não corresponde à verdade, pois esta modalidade de produção agrícola, na maioria das vezes, é extremamente eficiente na combinação de seus fatores produtivos. Apesar de não possuir renda elevada, em razão dos limites físicos de suas áreas (em geral pequenas), da baixa escolaridade e ausência de poupança mínima.

Assim sendo, não podemos deixar de assinalar as dificuldades que a agricultura familiar enfrenta: menores indicadores de escolaridade, dificuldade de acesso à energia elétrica e aos meios de comunicação, descompensada forma de acesso à terra, falta de investimentos em infraestrutura e serviços públicos no meio rural. Embora, a agricultura familiar seja responsável por 70% da produção de alimentos, é base de 90% dos municípios brasileiros, responde por 35% do PIB nacional, abrigando 40% da população economicamente ativa, mantendo emprego de milhões de brasileiros (ROSA COUTO, 1999).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados deste estudo reforçam uma série de estudos já realizados em outras regiões no Brasil, que têm como

foco as dinâmicas da agricultura familiar ao longo do tempo e o comportamento das famílias diante desse processo.

Os resultados aqui obtidos, apenas ajudam a entender a importância estratégica da agricultura familiar, destacando que, além de seu fundamental papel social na mitigação do êxodo rural e da desigualdade social do campo e das cidades, este setor deve ser encarado como um forte elemento de geração de riqueza, não apenas para o setor agropecuário, mas para a própria economia do país.

Torna-se pertinente mencionar que é meio a lutas entre as classes sociais envolvidas que a história da agricultura familiar vai sendo construída. Nos países capitalistas centrais o desenvolvimento da categoria foi significativo para o crescimento econômico, contribuindo também para a expansão urbana no mundo. Nos países tidos como “subdesenvolvidos” ou em “desenvolvimento” a promoção da agricultura familiar, inclusive no ambiente urbano, representa uma alternativa para o suprimento alimentar em muitas cidades e povoados.

Contudo, situar o papel da agricultura familiar foi fundamental para entender que a relevância da categoria para a manutenção das famílias rurais da comunidade São José de Baixo, visto que, essa prática garante a sustentabilidade agrícola, econômica e social. Portanto, constitui-se em tema a ser debatido pelos diferentes segmentos da sociedade, inclusive objetivando o alcance do desenvolvimento regional sustentável.

Mesmo diante, da existência de uma série de dificuldades enfrentadas pelos agricultores da região do agreste alagoano, compreendemos que ainda é sólida a forma de organização produtiva entorno de práticas tradicionais locais.

REFERÊNCIAS

1. ALTAFIM, Iara. *Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar*. Brasília: UnB, 2008.

2. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 6022: Informação e documentação: Artigo em publicação periódica científica impressa: apresentação*. Rio de Janeiro, 2003.
3. BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização de texto: Centro de Documentação e informação. 19ª ed. Brasília: Coordenação a Publicação, 2002.
4. _____. Presidência da República. *Decreto n. 1946, de 28 de junho de 1996*. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, e dá outras providências. Disponível em: www.pronaf.gov.br. Acesso em 24 set. 2021.
5. _____. *Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006*. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Lex: Casa Civil, Brasília, jul. 2006. Legislação Federal.
6. KARNOPP, Erica. *Desafios e perspectivas para o desenvolvimento de uma agricultura familiar sustentável: o caso da região do Vale do Rio Pardo (Brasil)*. Local _____. Actas L. Tomo 26, 2003.
7. LAMARCHE, H. *A agricultura familiar*. Campinas: UNICAMP, 1993. 336 p.
8. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária*. São Paulo: Labur Edições, 2007, 184p.
9. ROSA-COUTO, S.L. Agricultura familiar e desenvolvimento local sustentável. *37º Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural - SOBER*, Foz dos Iguaçu, 1999.

10. SILVA, Sóstenes E. V. da. *A agricultura familiar no Brasil e as transformações no campo no início do século XXI*. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. PPGSS/UFAL. Maceió, 2010.
11. VERAS, Edimilson Correia. AMARAL, Maria Virginia Borges, (orgs). *Capital X trabalho no campo: questão agrária, agricultura familiar e trabalho no setor sucroenergético*. In: VERAS, Edimilson Correia. *Agricultura familiar em Alagoas: elementos para discussão*. Maceió: Edufal, 2011.

FAMÍLIAS EM SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE SOCIAL QUE HABITAM NA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DO ASSENTAMENTO SEMENTENTEIRA DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS/AL

Janaína Balbino Pereira¹⁸

Ricardo Santos de Almeida¹⁹

RESUMO: Este estudo objetiva-se por problematizar a vulnerabilidade como um tema que afeta boa parte da sociedade, pois muitas vezes as pessoas não possuem condições para ter uma melhor qualidade de vida, tanto para si mesmo, como também para dos demais integrantes da família. Isso também inclui a possibilidade de não possuir um local próprio para morar, ou seja, as famílias nesse tipo de estado, na maioria das vezes ocupam espaços de alguma entidade pública, pois muitas das vezes esses espaços encontram-se em estado de abandono. E com isso, essas pessoas, que passaram a habitar nestes locais, são chamadas de assentados. A partir daquele local as famílias que ali estão morando, passam a tirar o seu sustento das terras daquela propriedade, através prática da agricultura familiar, onde,

¹⁸Pós-Graduando em Educação do Campo e Sustentabilidade da UNEAL. E-mail: janaina.pereira.pospropep@alunos.uneal.edu.br.

¹⁹Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria. Doutor em Educación pela Universidad Interamericana. Docente da rede pública municipal de Porto Calvo/AL. Pesquisador do: Núcleo de Estudos Agrários e Dinâmicas Territoriais (NUAGRÁRIO/UFAL) desde 2009; Grupo de Estudos e Pesquisa em Análise Regional (GEPAR/UFAL); Geoprocessamento e a Cartografia no Ensino de Geografia (GCEG/UFAL) desde 2016; Núcleo de Pesquisa e Extensão em Educação de Jovens, Adultos e Idosos e Campesinos (NUPEEJAIC/UNEAL) desde 2020; do Grupo de Pesquisa em Educação e Território (UFSM) e Grupo de Pesquisas: Estudos e Pesquisas da Educação em Paulo Freire (GPEPEPF/UFRN) desde 2021. Associado ao Centro Paulo Freire - Estudos e Pesquisas (CPFreire). E-mail: ricardosantosal@gmail.com.

toda mão de obra usada no trabalho é realizada por membros das famílias que ali moram. Apesar de todas essas condições, de não terem um trabalho fixo, não terem uma moradia própria e em terem uma renda familiar fixa que proporcionem uma melhor qualidade de vida. O poder público, muitas vezes prestam serviços a essas famílias, como por exemplo: distribuição de cestas básicas contendo produtos alimentícios, distribuição de leites desnatados através de programas sociais, além do programa bolsa família, como também prestação de serviços através da saúde, educação para todos e visita de assistentes sociais, para avaliarem as condições de vida dessas famílias.

PALAVRAS-CHAVE: Resistência; Vulnerabilidade socioespacial; Campesinato.

INTRODUÇÃO

No que refere-se a vulnerabilidade social das pessoas que vivem em assentamentos, pode-se afirmar que trata-se de situações que precisam ser vistas pelo poder público, tanto municipal, quanto estadual, como também federal. Nesse caso, vale destacar a importância da visão como um todo para a sociedade, pois se pode observar, a dificuldade que as pessoas em situação de vulnerabilidade social possuem.

Como funcionária que presta serviço para Secretária de Assistência Social, tive como objetivo principal dessa pesquisa avaliar as situações enfrentadas pelas famílias que moram na Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Sementeira do Município de Palmeira dos Índios, que fica localizado no Agreste de Alagoas.

OLHARES DO/NO CAMPO COM ESTUDANTES-PESQUISADORES

Ricardo Santos de Almeida; Maria Aparecida Vieira de Melo; Maria Erivalda dos Santos Torres (Orgs.)



Figura 1. Vista da BR 316. Parte da frente Parque de exposições (atual: assentamento).

Fonte: <https://url.gratis/Sy6oT4> .

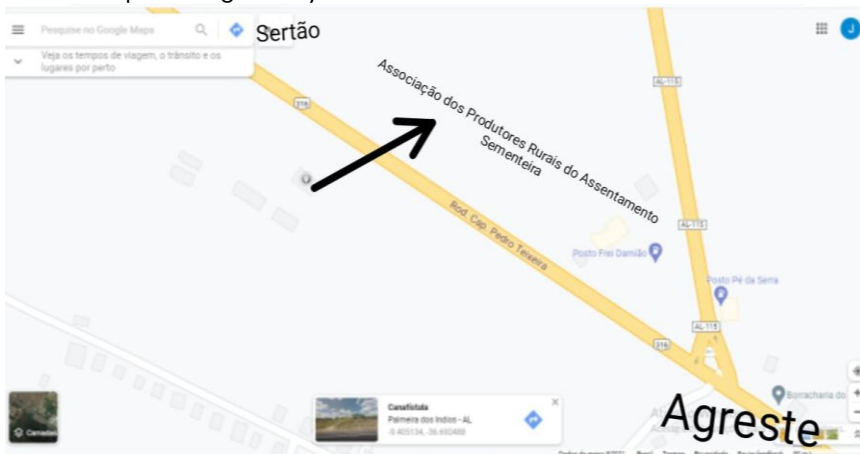


Figura 2. Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Sementeira do Município de Palmeira dos Índios, situada na zona rural de Palmeira dos Índios, às margens da BR 316, no sentido agreste – Sertão.

Fonte: <https://url.gratis/Sy6oT4> .

OLHARES DO/NO CAMPO COM ESTUDANTES-PESQUISADORES

Ricardo Santos de Almeida; Maria Aparecida Vieira de Melo; Maria Erivalda dos Santos Torres (Orgs.)



Figura 3. Localização do assentamento.

Fonte: <https://url.gratis/hBHwhd>

Vista da BR 316. Parte da frente Parque de exposições (atual: assentamento).

Fonte: <https://url.gratis/Sy6oT4>.

DESENVOLVIMENTO

A pesquisa foi realizada, com o intuito de observar o estado de vulnerabilidade dessas famílias, no assentamento Sementeira, que fica situado às margens da BR 316, próximo do trevo que dá acesso a AL 115 sentido Pernambuco. Lá moram duas famílias, uma família com seis (4) pessoas e a outra família é composta por oito (8) pessoas. Nos anos anteriores no local que atualmente é o referido assentamento, funcionava um parque de exposições, tendo como responsável a Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária de Alagoas (ADEAL), órgão público do estado de Alagoas.

Ricardo Santos de Almeida; Maria Aparecida Vieira de Melo; Maria Erivalda dos Santos Torres (Orgs.)



Figura 4. Parte da frente Parque de exposições (atual: assentamento). Disponível em: <https://url.gratis/Sy6oT4> .

As duas famílias recebem ajuda do governo, tanto municipal, estadual e federal, onde essas famílias também recebem ajuda de outras pessoas através de doações de roupas, calçados, produtos alimentícios, entre outros produtos. Além disso, essas famílias possuem no assentamento uma horta, que é feita pelas próprias pessoas que integram ali. Nessa horta (ver figura 5), elas plantam verduras e legumes que são usados para sua alimentação. Além disso, o trabalho é feito todo de forma manual.

OLHARES DO/NO CAMPO COM ESTUDANTES-PESQUISADORES

Ricardo Santos de Almeida; Maria Aparecida Vieira de Melo; Maria Eivalda dos Santos Torres (Orgs.)



Figura 5. Diferentes paisagens da horta do assentamento.
Fonte: Janaína Balbino Pereira (2021).

Na horta, existe uma diversidade de plantas, como: cebola verde, alface, coentro, tomate, e plantas medicinais, como: capim santo e hortelã da folha miúda e hortelã da folha grande, entre outras.

Pensou-se nas hortas comunitárias como um espaço de convivência e integração, no qual vários conceitos e atitudes sobre sustentabilidade e segurança alimentar são exercidos na prática, recriando a paisagem e realizando novas funções sociais no espaço que antes estava em desuso.

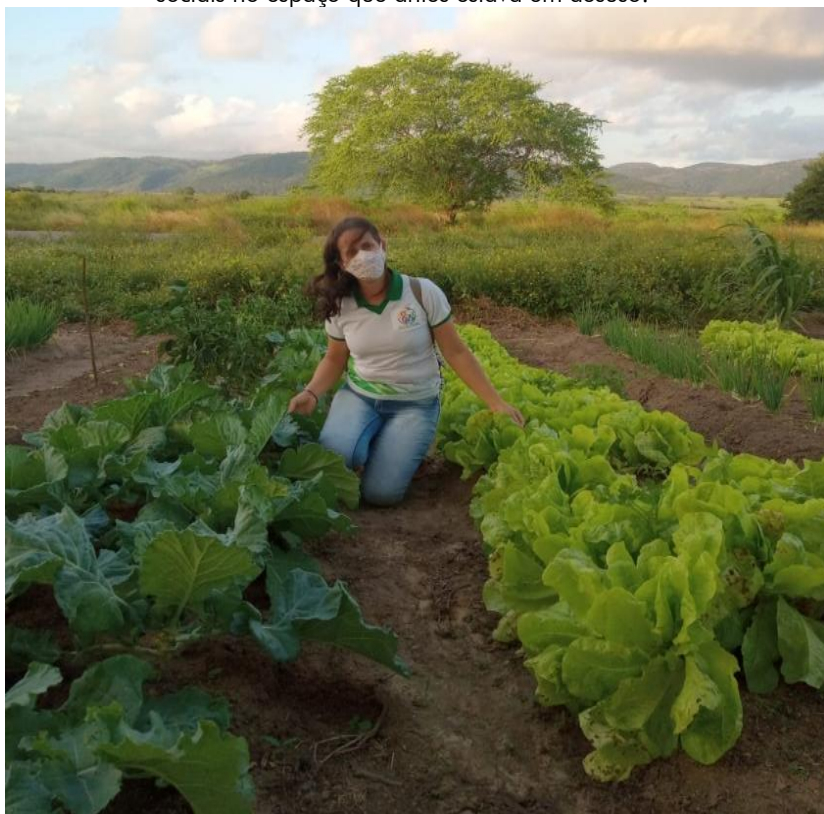


Figura 5. A pesquisadora na horta do assentamento.
Fonte: Janaína Balbino Pereira (2021).



Figura 6. Uma das moradoras do assentamento.

Fonte: Janaína Balbino Pereira (2021).

Como foi relatado anteriormente no assentamento existe uma pequena horta, usada para a alimentação das duas famílias que ali moram. No entanto, não é o suficiente, pois totalizando são 12 pessoas que moram nesse assentamento. Além disso, as condições físicas do prédio

estão em más condições. No prédio possui: telhas quebradas (possuindo pingueiras em dias e noites chuvosos), a porta não é fixada na parede, ficando somente encostada na parede, não possui janelas nas paredes, entre outras características.



Figura 7. Parte da frente do prédio principal do Assentamento.
Fonte: Janaína Balbino Pereira (2021).

As atividades desenvolvidas permitiram a construção de espaços de socialização onde é possível processos de construção, reconstrução e manutenção da identidade pessoal e na constituição de vínculos grupais (SEABRA et al., 2010). Isso se deve porque, para que as atividades do grupo prosperem, é necessário que o mesmo ande unido em busca do mesmo objetivo, caso contrário se tornará um ambiente de conflitos onde uma disputa com o outro ao invés de cooperarem entre si. (GOLYNSKY et al., 2012).

As condições físicas do assentamento não são as melhores. No local possui energia elétrica, como também água enganada. No entanto, nos tempos de seca, quando não chega água nos canos da rua, essas pessoas usam água de uma barragem que fica próximo ao assentamento (por trás).

Nesse sentido, vale destacar que é preciso que as autoridades públicas olhem mais para os assentamentos, pois essas pessoas que vivem nesses tipos de locais passam por muitas dificuldades em vários sentidos, como dificuldades financeiras, falta de saneamento básico, falta de oportunidades no mercado de trabalho.

Na visão de Cardoso (2010) os assentamentos precários apresentam várias configurações: irregularidade, precariedade, vulnerabilidade e carência social. De uma forma geral, as prefeituras concentram as suas ações sobre as questões das irregularidades e das precariedades, e mesmo assim, ainda existem problemas para estabelecer procedimentos objetivos para avaliar, em cada caso de assentamento, a abrangência da sua irregularidade (se fundiária, urbanística ou de padrão e procedimentos de construção), pois em cada território a realidade é diferenciada.

Os assentamentos precários são, portanto, porções do território urbano com dimensões e tipologias variadas, que têm em comum: - o fato de serem áreas predominantemente residenciais, habitadas por famílias de baixa renda; - a precariedade das condições de moradia, caracterizada por inúmeras carências e inadequações, tais como: irregularidade fundiária; ausência de infraestrutura de saneamento ambiental; localização em áreas mal servidas por sistema de transporte e equipamentos sociais; terrenos alagadiços e sujeitos a riscos geotécnicos; adensamento excessivo, insalubridade e deficiências construtivas da unidade habitacional; - a origem histórica, relacionada às diversas estratégias utilizadas pela população de baixa renda para viabilizar, de modo autônomo,

solução para as necessidades habitacionais, diante da insuficiência e inadequação das iniciativas estatais dirigidas à questão, bem como da incompatibilidade entre o nível de renda da maioria dos trabalhadores e o preço das unidades residenciais produzidas pelo mercado imobiliário formal. (BRASIL, 2010, p. 9).

Além de todos esses problemas que foram citados anteriormente, vale destacar as dificuldades que são encontradas em relação a saúde, saneamento, depósito de lixo entre outros. Pois quando não possuem condições de procurarem um posto de saúde da comunidade mais próxima, tentam medicar-se em próprio assentamento. Fazendo chás de ervas medicinais que podem ser encontradas em uma parte do terreno do assentamento.



Figura 8. Hortelã da folha miúda.
Fonte: Janaína Balbino Pereira (2021).



Figura 9. Pitangueira.
Fonte: Janaína Balbino Pereira (2021).



Figura 9. Capim santo.
Fonte: Janaína Balbino Pereira (2021).



Figura 10. Pé de arruda.
Fonte: Janaína Balbino Pereira (2021).



Figura 11. Erva cidreira.
Fonte: Janaína Balbino Pereira (2021).



Figura 12. Hortelã da folha grande.
Fonte: Janaína Balbino Pereira

(2021).



Figura 13. Mastruz.

Fonte: Janaína Balbino Pereira (2021).



Figura 14. Mertiolate.

Fonte: Janaína Balbino Pereira (2021).



Figura 15. Pé de amora.

Fonte: Janaína Balbino Pereira (2021).



Figura 16. Hortelã da folha grande (amargoso).

Fonte: Janaína Balbino Pereira (2021).

Todas as partes vegetais foram indicadas para o preparo de remédios, as folhas foram a parte mais utilizada no preparo medicinal (45,7%), seguidas pela planta inteira (19,2%), casca e látex (8,4% cada), raízes (7,2%), frutos e sementes (6%) e flores (4,8%). A preferência pela folha no preparo dos remédios caseiros é um bom indicativo da conservação do recurso vegetal. Esse tipo de coleta não mata ou causa grandes danos à planta se não for feita de forma excessiva, pois não compromete o desenvolvimento e reprodução da planta.

Todas essas plantas medicinais apresentadas são usadas para o preparo de remédios das pessoas que vivem nesse assentamento, uma vez que, muitas vezes não possuem condições de procurar assistência médica. Sendo assim, eles procuram medicar-se por conta própria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destaca-se com este estudo a importância de se observar mais as condições de vida dessas pessoas, pois talvez seja possível que a visão política melhore esse cenário. Através de projetos para melhorar as condições nos assentamentos. Como também reforçar a importância da oferta de oportunidades de empregos para essas pessoas, pois elas não possuem um trabalho fixo, são trabalhadores alugados, ou seja, trabalham em roças de outras famílias.

REFERÊNCIAS

1. ANJOS, Eliene Gomes dos; JESUS, Vivânia Santos de; VIRGINELLI, Murilo César Figueredo. *Os dilemas e os desafios enfrentados no processo de organização coletiva em assentamentos do MST: uma experiência na incubadora da UFRB*. Disponível em:

- <http://base.socioeco.org/docs/santoamaro.pdf> . Acesso em: 12 out. 2021.
2. PEREIRA, Maria Ingrity Lima. *Execução do plano de manejo orgânico na horta comunitária do Assentamento Terra da Liberdade, Petrolina – PE*. Instituto Federal de educação, ciência e tecnologia do sertão Pernambucano. Campus Petrolina zona rural. Trabalho de Conclusão de Curso para o título de Engenharia Agrônoma. Disponível em: <https://releia.ifsertao-pe.edu.br/jspui/bitstream/123456789/397/1/TCC%20-%20EXECUC%3%87%C3%83O%20DO%20PLANO%20DE%20MANEJO%20ORG%3%82NICO%20NA%20HORTA%20COMUNIT%3%81RIA%20DO%20ASSENTAMENTO%20TERRA%20DA%20LIBERDADE%2C%20PETROLINA%20-%20PE.pdf> Acesso em: 10 out. 2021.
 3. PIERINI, Alexandre José; CORREA, Aline de Lima. Tipologias de assentamentos precários do município de Itapetininga. *Revista UNIARA*. Disponível em: <https://www.revistarebram.com/index.php/revistauniara/article/view/328/295>. Acesso em: 11 out. 2021.
 4. ZENATTI, Francieli Aparecida; CAMACHO, Rodrigo Simão. As dificuldades dos camponeses assentados de permanecer e produzir na terra em lotes irregulares no assentamento São Judas: uma análise sobre avanços e limites da reforma agrária. *Fórum Ambiental*. Disponível em: https://publicacoes.amigosdanatureza.org.br/index.php/forum_ambiental/article/download/2187/2030/4452 Acesso em: 11 set. 2021.
 5. FERREIRA, Romário Machado; COELHO, Tatiana Costa. As dificuldades encontradas dos movimentos sociais: barreiras na disseminação do conhecimento. *Composição Revista de Ciências Sociais da UFMS*. Disponível em:

<https://periodicos.ufms.br/index.php/compcs/article/view/5929>. Acesso em: 05 set. 2021.

A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS PARA A SUBSISTÊNCIA NA COMUNIDADE SÍTIO CÁGADO, PASSO DE CAMARAGIBE/AL

Jairo José Silva²⁰

Ricardo Santos de Almeida²¹

RESUMO: Este artigo pretende levantar informações sobre a comunidade Cágado, localizada no município de Passo de Camaragibe e desenvolver um debate sobre a produção agrícola para a subsistência de famílias moradoras de pequenas propriedades rurais no litoral norte de Alagoas. As dificuldades vivenciadas por estes pequenos produtores rurais e apontar as possíveis alternativas para a melhoria das condições de trabalho e geração de renda das famílias.

PALAVRAS-CHAVE: Formação do território brasileiro; Modo de vida; Autoconsumo; Campesinato.

INTRODUÇÃO

Analisar os processos produtivos no campo, seus avanços e suas dificuldades requer também desenvolver um olhar sobre a formação do território nacional e seus

²⁰Pós-Graduando em Educação do Campo e Sustentabilidade da UNEAL. E-mail: jotasal1974@gmail.com.

²¹Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria. Doutor em Educación pela Universidad Interamericana. Docente da rede pública municipal de Porto Calvo/AL. Pesquisador do: Núcleo de Estudos Agrários e Dinâmicas Territoriais (NUAGRÁRIO/UFAL) desde 2009; Grupo de Estudos e Pesquisa em Análise Regional (GEPAR/UFAL); Geoprocessamento e a Cartografia no Ensino de Geografia (GCEG/UFAL) desde 2016; Núcleo de Pesquisa e Extensão em Educação de Jovens, Adultos e Idosos e Campesinos (NUPEEJAIC/UNEAL) desde 2020; do Grupo de Pesquisa em Educação e Território (UFSM) e Grupo de Pesquisas: Estudos e Pesquisas da Educação em Paulo Freire (GPEPEPF/UFRN) desde 2021. Associado ao Centro Paulo Freire - Estudos e Pesquisas (CPFreire). E-mail: ricardosantal@gmail.com.

desdobramentos sobre a formação econômica e social. País agroexportador desde a origem, o Brasil foi dominado por diversos ciclos econômicos ligados a agricultura, cujas culturas introduzidas se tornaram artigos de exportação, ou no jargão das bolsas de valores, país produtor de 'commodities'. Diferente de outros países que eram colônias e se tornaram independentes, a formação do território e o processo de independência não se deu necessariamente através de um projeto claro de 'nação brasileira', e sim, de um arranjo de projeto elitista que manteve e mantém o viés agroexportador.

A formação do território brasileiro passa pelo processo de formação do próprio povo brasileiro na conscientização de sua participação no território. Desde o período colonial o país possuía uma párea delimitada, porém sem uma consciência de território propriamente dito. Somente em meados do século XX no governo Vargas foi criada a Fundação Brasil Central que pregava "a marcha para o Oeste" a fim de ocupar uma parte do território brasileiro ainda desocupado – a região Norte do país. Com a construção de Brasília no planalto central do Brasil, planejada e inaugurada no governo de Juscelino Kubitschek proporcionou uma política de integração maior entre as regiões mais remotas do país. De acordo com Andrade (2004)

Com a transferência da capital federal para o Planalto | Central Juscelino Kubitschek proporcionou não só uma grande transferência de população, como fez abrir estradas ligando Brasília aos mais diversos pontos do território nacional, procurando desenvolver uma política de integração, política esta que foi continuada pelos governos militares, ao promover aberturas de estradas nas áreas mais isoladas para implantar núcleos coloniais. (ANDRADE, 2004. p. 20).

Já em relação entre produção agropecuária, emprego de capitais estrangeiros e mão-de-obra no Brasil colonial nos

primeiros anos de colonização do Brasil a atividade econômica era voltada apenas para a exploração da natureza como o pau-brasil e a busca por metais preciosos. Em relação às especificidades envolvendo o campesinato, a organização de trabalhadores rurais e o capitalismo no Brasil podem dizer que o quadro fundiário no Brasil sempre foi marcado pela acumulação de terras e de poder político nas mãos de poucas pessoas ou famílias. As mudanças de regime político – colônia, império e república – pouco influenciaram para uma maior distribuição democrática das propriedades agrícolas no país.

É que a agricultura brasileira não é um edifício homogeneamente arcaico. Por um lado, o latifúndio que surgiu da primitiva fazenda de escravos, embora caracterizado, a princípio, sob o ponto de vista interno, por relações de tipo nitidamente feudal, isto é, arcaico, para as presentes condições gerais da economia do país, teve sempre, e tem, cada vez mais, um lado moderno, visto como, em suas relações com o resto da economia, comporta-se como uma empresa comercial, submetida às normas jurídicas correspondentes. Quer isso dizer que nada impede que, cumpridas certas condições, as normas vigentes para suas relações externas invadam em maior ou menor medida o campo das relações internas de produção, como parte do processo geral de modernização da estrutura (STÉDILLE, 2011. p.185).

Formado a partir da colonização de exploração e depois passando pelos ciclos econômicos de culturas agrícolas para exportação (*plantation*). O processo de industrialização no país, em meados do século XIX fez com que escravos que sobreviviam nas plantações de café e cana de açúcar fossem ‘libertados’ e jogados nas ruas e vielas, formando as atuais favelas, principalmente no Rio de Janeiro e Salvador. Tentando acomodar interesses diversos das elites econômicas vigentes, o governo republicando que surgia buscou na constituição de

1891 estabelecer a propriedade de terras públicas passando para as mãos do estado. Para Andrade (2004)

A Constituição republicana de 1891, em seu artigo, estabeleceu que as terras públicas passariam à propriedade dos estados e que estivessem situadas, contribuindo assim para a sua apropriação pelos 'coronéis' que, com os seus 'currais eleitorais', elegiam os deputados, os senadores e os governadores. Assim, em vez de trazer uma contribuição à solução do problema agrário, a fim de atenuar a pressão das classes menos favorecidas que necessitavam de terras para cultivar, a Constituição dificultava-lhes o acesso à propriedade da terra (ANDRADE, 2004. p. 57).

Em Alagoas, o debate sobre o modelo econômico baseado na monocultura, a discussão sobre a agricultura torna-se relevante já que a estrutura fundiária na formação do estado tem esta base econômica como um dos pilares que molda a sua identidade, sendo impossível fazer o debate sobre o estado, sua economia, sua política e sua cultura sem discutir a agricultura e seu papel na sociedade alagoana.

Neste contexto onde uma das principais fontes de geração de trabalho e renda em Alagoas é a atividade agrícola, o debate sobre a agricultura familiar e a produção agrícola no campo, que será realizado no 6º Congresso Estadual do MSTTR/AL, torna-se relevante para o entendimento sobre a construção das relações de poder, de sociedade e de formação cultural do movimento sindical rural em Alagoas. Por sua vez, o perfil da agricultura familiar em Alagoas apresenta-se de forma heterogênea, no que consiste a cultura, perfil produtivo e perfil dos estabelecimentos agropecuários e o acesso as políticas públicas referentes á agricultura familiar.

Em recente artigo publicado pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL) intitulado **"Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Em Alagoas: Um Olhar a partir do**

Censo Agropecuário de 2017 é feita uma análise sobre o potencial da agricultura em Alagoas e em especial, da Agricultura Familiar. De acordo com o artigo, *“o ambiente rural de Alagoas passa por um processo de transformação que se intensificou a partir dos anos 2000. [...] Nesse processo, a agropecuária e, principalmente, a agricultura familiar, ainda se apresentam como elementos essenciais ao processo de desenvolvimento socioeconômico estadual”*. Ainda segundo o mesmo artigo,

Diante dos números, é possível afirmar a importância da agricultura familiar para a segurança alimentar local, devido ao seu potencial de abastecimento alimentar. Assim em Alagoas falta mais incentivo, seja decorrente de cobrança dos consumidores ou, principalmente, de políticas de fomento por parte dos gestores públicos para que a agricultura familiar preserve os recursos naturais. Com incentivo e fomento poderiam possibilitar um reposicionamento de alguns agricultores em mercados mais lucrativos, como o orgânico, ou recebendo novas rendas ligadas a serviços ambientais (BARBOSA; BRANDÃO, 2020. p. 186).

Outro estudo, este desenvolvido pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (Fapeal) intitulado **“Diversificação Agrícola na Zona Canavieira de Alagoas – Mesorregião Leste/Zona da Mata”** aponta para o potencial da Agricultura Familiar e também para o processo de diversificação das culturas agrícolas desenvolvidas, sobretudo na região da Zona da Mata do estado, em detrimento da monocultura da cana de açúcar, cuja área de plantio vem se reduzindo ano após ano, na última década. De acordo com o estudo,

O caminho da diversificação agrícola já vinha se delineando a pouco mais de 10 anos, mas é em 2015, que o setor da cana sofre uma brusca redução em sua área de plantação (-22,53%) e, conseqüentemente, na produção (-19,21%) chegando,

respectivamente, a uma diminuição em 90 mil hectares e em 4,5 milhões de toneladas no ano de 2016. Os dados do IBGE em 2016 apontam para a existência de 311 mil hectares, dos mais de 400 mil anteriores e 19 milhões de toneladas, dos mais de 23 milhões antecedentes, números que se consolidam nos anos de 2017 e 2018. Com isso, essas áreas foram sendo, paulatinamente, substituídas por novas culturas (FAPEAL, 2019, p. 05).

METODOLOGIA DA PESQUISA

Para o desenvolvimento deste artigo em meio a uma pandemia mundial de corona vírus, que atingiu o Brasil e o todo estado de Alagoas, e somente no Brasil já vitimou mais de 590 mil pessoas, foi utilizada uma metodologia de pesquisa e análise de documentos à distancia, bem como contatos telefônicos e busca por imagens através de lideranças locais. Para o desenvolvimento deste artigo a pesquisa bibliográfica e a observação em campo, num formato diferente devido à pandemia, foram utilizadas enquanto metodologia de elaboração do artigo, já que a escolha da pesquisa para o desenvolvimento do trabalho foi por uma pesquisa qualitativa.

As pesquisas qualitativas na Sociologia trabalham com: significados, motivações, valores e crenças e estes não podem ser simplesmente reduzidos às questões quantitativas, pois que, respondem a noções muito particulares. Entretanto, os dados quantitativos e os qualitativos acabam se complementando dentro de uma pesquisa (BONI; QUARESMA, 2005. p.70).

A escolha do município e da comunidade deu-se devido ao fato do município ser um dos integrantes da rede de sindicatos filiados a Federação dos Trabalhadores da Agricultura familiar de Alagoas (FETAG/AL) cujas interações sindicais e de militância possibilitaram a obtenção de

informações sobre o município e principalmente sobre a comunidade Cágado de forma eletrônica – e-mail, celular e *Whatsapp* – capazes de serem socializadas a tempo para a elaboração deste artigo. Através de entrevistas semi-estruturadas com moradores via telefone, por conta da pandemia mundial de Covid-19, foi possível a obtenção das informações necessárias (depoimentos e fotos) para que o artigo retratasse a realidade vivida ali por agricultores e agricultoras da região da Zona da mata de Alagoas.

Em conjunto com o dialogo e entrevistas semi-estruturadas com os agricultores e agricultoras foi desenvolvida uma pesquisa a cerca de artigo e livros sobre a agricultura familiar em Alagoas. Após ampla pesquisa e seleção, houve uma leitura dos materiais que serviram de subsídio para a produção deste artigo.

PASSO DE CAMARAGIBE E A PRODUÇÃO DA COMUNIDADE SÍTIO CÁGADO

O município de Passo de Camaragibe está localizado na região leste do Estado de Alagoas, limitando-se a norte com o município de Porto de Pedras, a sul com São Miguel dos Milagres e o Oceano Atlântico, a leste com o Oceano Atlântico e a oeste com São Miguel dos Milagres. A área municipal ocupa 187,20 km², inserida na região intermediária de Maceió e na região imediata Porto Calvo-São Luís do Quitunde.

O Município foi criado em 1852, desmembrado de Porto de Pedras. De acordo com o censo do IBGE (2000), a população total residente é de 13.755 habitantes, dos quais 7.071 do sexo masculino (51,40%) e 6.684 do sexo feminino (48,60%). São 5.751 os habitantes da zona urbana (41,80%) e 8.004 os da zona rural (58,20%). A densidade demográfica é de 73,48 hab/km².

A rede pública de saúde dispõe de 01 Hospital e 29 Leitos Hospitalares, além de 06 Unidades Ambulatoriais, 01 Posto de Saúde e 01 Centro de Saúde. Na área educacional, são 14 escolas de ensino pré-escolar, com 669 alunos matriculados, 25 escolas de ensino fundamental, com 3.366 alunos matriculados e 02 escolas de ensino médio, com 268 alunos. No município, existem 5.518 habitantes alfabetizados com idades acima de 10 anos (40,10% da população). Existem 7.723 eleitores cadastrados no município (56,10% da população).

As principais atividades econômicas do município são a Agropecuária e Comércio. Atualmente conta com 41 empresas com CNPJ, atuantes (1998), ocupando 179 pessoas (1,40% da população).

Na área agrícola é desenvolvida as seguintes atividades: Banana – 20 ha (22.000 cachos); Coco-da-baía – 700 ha (2.755.000 frutos); Laranja –10 ha (610.000 frutos); Maracujá – 05 ha (410.000 frutos); Arroz –15 ha (29 t); Batata Doce – 11 ha (109 t); Cana-de-açúcar – 8.200 ha (594.500 t); Feijão – 48 ha (29 t); Mandioca – 167 há (2.099 t) e Milho –40 ha (29 t).

Com o levantamento de dados bibliográficos e a realização das entrevistas semiestruturadas com agricultores e agricultoras da comunidade, lideranças sindicais e professores municipais que atuam na comunidade fica evidente que as famílias camponesas que ali residem sobrevivem da pesca e da plantação de alimentos para subsistência em pequenas áreas rurais.

Uma parte desses produtos que é plantado e colhido termina sendo consumido pelos próprios camponeses e outra parte deles é comercializada para complementar a renda. A produção de alimentos para o consumo próprio prevalece e mostra sua relevância na melhoria da qualidade de vida das famílias camponesas. Os produtos alimentícios produzidos pelos camponeses são diversificados, como a macaxeira, o

feijão, o milho, a batata doce, o inhame, o coco, o peixe entre outros. A agricultura é muito importante tanto para os camponeses quanto para as pessoas da cidade. Ambos dependem dela para viver. Além disso, a geração de riquezas, por estar em harmonia com o meio ambiente, desfrutando de uma boa qualidade de vida e com uma alimentação saudável.

O Sítio Cágado é composto aproximadamente por 50 famílias que trabalham na indústria açucareira, mais precisamente na Usina Santo Antônio, como cortadores de cana, motorista e adubadores.



Figura 1. Agricultoras da comunidade Cágado no cultivo da mandioca e da banana.

Fonte: Jairo José da Silva (2021).

A maioria das mulheres trabalha no campo, e uma delas como funcionária contratada (merendeira/serviçal) pela prefeitura, lotada na escola local. A comunidade é abastecida com água vinda de poços artesianos na região, que são utilizados pelos moradores para beber, lavar roupas, lavar pratos, e tomar banho. Todas as residências da comunidade são abastecidas com rede elétrica.

A agricultura que é desenvolvida e praticada na comunidade é basicamente para a alimentação das famílias sem a produção em escala para a comercialização, ou seja, uma agricultura familiar de subsistência realizada em pequenos lotes de terra. A produção, mesmo sendo diversificada, ainda não é suficiente para que as famílias possam consumir os alimentos e também comercializar os excedentes da produção na feira da cidade.

A CONTRIBUIÇÃO DA EDUCAÇÃO NO CAMPO PARA A COMUNIDADE

Na comunidade intitulada sitio Cágado há uma escola de ensino fundamental mantida em funcionamento pela prefeitura de Passo de Camaragibe. A Escola Municipal Conselheiro Cícero de Siqueira Torres, está situada no Sítio Cágado que fica aproximadamente a 15 km de do centro da cidade de Passo de Camaragibe, AL. A escola atende a Educação Infantil e Ensino Fundamental I. (ambas as turmas são multisseriadas) e Educação de Jovens e Adultos – EJA I Segmento.

A escola atende a 28 alunos, sendo 02 estudantes da Educação Infantil, 10 estudantes do Ensino Fundamental I e 16 estudantes da Educação de Jovens e Adultos – EJA I Segmento.



Figura 2. Escola Municipal Conselheiro Cícero de Siqueira Torres (fechada principal).

Fonte: Jairo José da Silva (2021).

A escola funciona com 06 profissionais sendo eles: 01 diretora, 01 coordenador, 03 professoras, e 01 merendeira/serviçal. Possui uma infraestrutura modesta com 01 sala de aula, 02 banheiros, 01 cozinha, e 01 pátio grande interno. Abaixo, segue um quadro com a relação dos profissionais da escola:

OLHARES DO/NO CAMPO COM ESTUDANTES-PESQUISADORES

Ricardo Santos de Almeida; Maria Aparecida Vieira de Melo; Maria Erivalda dos Santos Torres (Orgs.)

**QUADRO DOS PROFESSORES DA ESCOLA MUNICIPAL
CONSELHEIRO CÍCERO DE SIQUEIRA TORRES**

Nº	FUNCIÓNARIOS	ESCOLARIDADE DO FUNCIONÁRIO	ANO DE CONCLUSÃO DE ENSINO	SITUAÇÃO DO FUNCIONÁRIO	FUNÇÃO EXERCIDA PELO FUNCIONÁRIO	ANO QUE ATUA
1	Erlândia Tais dos Santos	Ensino médio	2014	Contratada	Professora	Ensino Fundamental I (Multisseriado)
2	Maria Gabriela dos Santos	História	Cursando	Contratada	Professora	EJA I Segmento
4	Maria Patrícia dos Santos	Magistério Pedagogia	1998 2015	Contratada	Professora	Educação Infantil
5	Nalym Soares Ferreira Lima	Magistério Administração MBA Gestão de Pessoas Letras Administração Escolar	1993 2009 2017 2020 Cursando	Efetiva	Diretora	-----
6	Roberto José dos Santos	Magistério Pedagogia Psicopedagogia Institucional	2000 2013 2015	Efetivo	Coordenador	-----

Fonte: Jairo José da Silva (2021).

Um ponto que merece destaque na relação entre a escola municipal e a comunidade sítio Cágado é o projeto de compostagem para o reaproveitamento de resíduos orgânicos. A Escola Municipal Conselheiro Cícero de Siqueira Torres elaborou um projeto para mobilizar e dialogar com comunidade, mostrando a importância da compostagem, apresentando essa alternativa para o plantio. Esse projeto tem o objetivo de promover a educação ambiental na comunidade local e na escola e, por meio do destino correto dos resíduos orgânicos através da compostagem, transformando-os em composto para o desenvolvimento da horta escolar orgânica.

O projeto do “Lixo à Horta” surgiu com o intuito de levar para a comunidade campesina, práticas sustentáveis e eficazes na redução de resíduos gerados, e conseqüentemente, na propagação de doenças ocasionadas pelos vetores e a quantidade de problemas ambientais como a contaminação da água e do solo. Como a comunidade não é beneficiada com o serviço de coleta de lixo percebe-se a relevância da implantação da compostagem e horta escolar, como práticas sustentáveis, modelo para minimizar os impactos negativos gerados pela produção excessiva de resíduos sem destino adequado. Barros e Zago (2015) destacam a importância da compostagem e do aproveitamento dos resíduos orgânicos pela sociedade

Com volume e qualidade, o composto orgânico produzido a partir de resíduos orgânicos, previamente separados na fonte, pode ser utilizado tanto na agricultura como na recuperação de solos. Muitos países têm adotado a agricultura urbana como parte da gestão das cidades (KUMAR & HUNDAL, 2016). A agricultura urbana, associada à compostagem, pode contribuir, além da produção de alimentos, para o reflorestamento das cidades, a manutenção das áreas verdes e o aumento da permeabilidade do solo (RIBEIRO *et al.*, 2012). (BARROS & ZAGO, 2019. p. 226).

CONCLUSÃO

Após a análise das informações obtidas e leitura da bibliografia selecionada, é possível perceber que as famílias da comunidade do sítio Cágado estão entre os pequenos agricultores que produzem para sua própria subsistência, restando pouco alimento para a comercialização.

No debate sobre a formação do território e do modelo econômico agroexportador de ‘commodities’ no Brasil e em Alagoas, a cultura dominante da monocultura estiveram presentes nas definições de políticas e de investimentos na

agricultura. A diversificação da cultura agrícola somente acontece no estado nos anos 2000, com a expansão do plantio da cana de açúcar para outras regiões do estado, permitindo aos trabalhadores rurais e os agricultores familiares terem acesso as terras antes destinadas à monocultura.

Devido à realidade geográfica, econômica e social da comunidade, onde um percentual dos homens ainda se submetem ao trabalho assalariado na Usina Santo Antonio, enquanto as mulheres e também mães e agricultoras cultivam em suas pequenas propriedades, a monocultura da cana de açúcar para a produção de commodities continua a avançar sobre as terras alagoanas na região. É mesmo com o estudo da Fapeal que aponta para a diversificação da produção agrícola na região e em boa parte do estado de Alagoas, o que se observa é a manutenção do formato econômico que perdura até os dias atuais, da concentração de terras para a produção da monocultura da cana.

Ocorre que o latifúndio capitalista é, neste momento, o porta-bandeira do progresso, que seus interesses “fundamentais” coincidem com os interesses gerais da sociedade brasileira e, naturalmente, das massas trabalhadoras, cujos interesses tendem, “sempre” a se identificar com os do desenvolvimento. (STÉDILLE, 2011. p. 177)

É importante ressaltar o empenho dos profissionais da escola municipal Conselheiro Cícero de Siqueira Torres na tentativa de proporcionar aos moradores da comunidade a devida destinação dos resíduos domésticos orgânicos através da compostagem para a utilização na horta escolar. Este tipo de iniciativa que envolve pais, alunos e professores ajuda a comunidade a vislumbrar e também construir outro tipo de relação com o meio ambiente, com a atividade escolar e com a produção de alimentos para a subsistência, já que a destinação

final do alimento não utilizado ou descartado não é o lixo e sim a horta, fechando uma cadeia de produção comunitária.

Amanhã, com esgotamento dos solos, com o desenvolvimento da técnica agronômica, também essas formas de pequenas explorações familiares em terras próprias ou nos quadros do latifúndio feudal – tornar-se-ão antieconômicas como já o são as do Nordeste oriental, e formas novas, superiores, capazes de resolver os problemas suscitados pela destruição da floresta e pela laterização dos solos, deverão emergir (STÉDILLE, 2011. p. 180).

E mesmo com o esforço coletivo dos profissionais da educação da escola municipal Conselheiro Cícero de Siqueira Torres para desenvolver um projeto sustentável de utilização dos resíduos orgânicos gerados pela comunidade e transformá-lo em adubo, é necessário o apoio governamental seja através das prefeituras, governo do estado ou governo federal para que a comunidade possa desenvolver de forma sustentável, uma agricultura que vá além da plantação para subsistência.

Políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) são políticas que podem impulsionar a produção agrícola que hoje serve basicamente para alimentação das famílias gerando renda, ajudando a fixar as famílias no campo e evitando o êxodo rural, tão presente na região nordeste.

Uma longa experiência, transmitida de geração em geração e consubstanciada em normas práticas de conduta, comuns ao grupo social e inculcadas pela família, que as converte numa segunda natureza, empresta desconcertante acuidade e firmeza a essas decisões, cujo sentido econômico profundo escapa a mais de um agudo analista econômico. [...] Urge, assim, tomá-lo tal qual é, até que, por efeito das mudanças em sua práxis cotidiana e da educação, que só pode ser eficaz na medida em

que corresponda e explique essa práxis, ele comece a mudar.
(STÉDILLE, 2011. p. 195)

Num momento histórico em que o governo federal diminui ou mesmo extingue políticas governamentais de apoio à agricultura familiar e as pequenas produções agrícolas favorecendo o *agrobuniness* torna-se salutar desenvolvermos estudos de viabilidade e de diversidade agrícola que potencializem a produção agrícola através de pequenas propriedades e da agricultura familiar, associados a processos de educação no campo e educação popular.

REFERÊNCIAS

1. ANDRADE, Manoel Correia. *A Questão do Território no Brasil*. Segunda Edição. São Paulo – SP: Ed. Hucitec, 2004.
2. BARBOSA, Luciano Celso Brandão Guerreiro; BRANDÃO, Tatiana Frey Biehl. Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Em Alagoas: Um Olhar a Partir do Censo Agropecuário de 2017. *Rev. Econ. NE*, Fortaleza, v. 51, suplemento especial, p. 173-194, agosto, 2020.
3. BARROS, Raphael Tobias de Vasconcelos; ZAGO, Valéria Cristina Palmeira. Gestão dos resíduos sólidos orgânicos urbanos no Brasil: do ordenamento jurídico à realidade. Belo Horizonte: *Revista Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental*, v. 24, n. 02,; Março/Abril 2019.
4. BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia*

- Política da UFSC*. v. 2 n. 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80.
5. CPRM - Serviço Geológico do Brasil. *Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea. Diagnóstico do município de Passo de Camaragibe, estado de Alagoas*. Organizado [por] João de Castro Mascarenhas, Breno Augusto Beltrão, Luiz Carlos de Souza Junior. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005.
 6. FAPEAL. *A Diversificação Agrícola na Zona Canavieira - Relatório - Vi3.1 – FAPEAL 2019 (2)*.
 7. IPEA. *Políticas Sociais: Acompanhamento e análise | BPS | n. 28 - Livraria Ipea, SBS – Quadra 1 - Bloco J - Ed. BNDES, Térreo - Brasília – DF. 2021*
 8. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária*. São Paulo: Labur Edições, 2007, 184p.
 9. SILVA, José Graziano da. *O progresso técnico na Agricultura*. Cad. Dif. Tecnol., Brasília, 7(1/3) : 12-46, jan/dez 1990
 10. STEDILE, João Pedro (org). *A questão agrária no Brasil: O debate tradicional – 1500-1960; 2. ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2011. 304 p.*

OLHARES DO/NO CAMPO COM ESTUDANTES-PESQUISADORES

Ricardo Santos de Almeida; Maria Aparecida Vieira de Melo; Maria Erivalda dos Santos Torres (Orgs.)

ANEXOS

TABELA – 01

**DIVERSIFICAÇÃO – CULTURAS NOS 52 MUNICÍPIOS COM
BASE NAS AGÊNCIAS DO NOTÍCIAS E NA PAM-IBGE – 2016**

Nº.	Município	Principais Culturas - Agências de Notícias	Destaque IBGE-PAM	Toneladas 2016	Área destinada (ha) 2016	Produtividade Ton/ha (2016)
	Microrregião Serrana dos Quilombos					
1	Chã Preta	SOMENTE IBGE	Banana	1.661	135	12,30
2	Ibateguara	Maracujá, mandioca, milho, laranja lima e pimentão	Mandioca	1.350	135	10,00
	Ibateguara	Banana	1.440	120	12,00	
3	Pindoba	SOMENTE IBGE	Batata-doce	52	8	6,50
4	Santana do Mundaú	Laranja Lima	L-aranja	72.000	4.000	18,00
	Santana do Mundaú	SOMENTE IBGE	Banana	3.816	240	15,90
5	São José da Lage	SOMENTE IBGE	Banana	1.229	97	12,67
	São José da Lage	SOMENTE IBGE	Laranja	700	70	10,00
6	União dos Palmares	horticultura e tubérculos	Mandioca	2.270	227	10,00
	União dos Palmares	banana e laranja	Banana	17.120	1.320	12,97
	União dos Palmares	laranja lima, laranja ponkan, laranja pera, milho, feijão e macaxeira	Laranja	6.800	680	10,00
7	Viçosa	SOMENTE IBGE	Batata-doce	780	120	6,50

OLHARES DO/NO CAMPO COM ESTUDANTES-PESQUISADORES

Ricardo Santos de Almeida; Maria Aparecida Vieira de Melo; Maria Erivalda dos Santos Torres (Orgs.)

Viçosa	Principal: Inhame (hortaliças e frutas em menor quantidade)	Mandioca	791	70	11,30	
Microrregião Mata Alagoana	Toneladas 2016	Área destinada (ha) 2016	Produtividade Tom/ha (2016)			
8	Atalaia	Eucalipto	Eucalipto	não há no IBGE	não há no IBGE	#VALOR!
Atalaia	SOMENTE IBGE	Banana	738	60	12,30	
9	Branquinha	SOMENTE IBGE	Laranja	15.000	1.500	10,00
10	Cajueiro	Abacaxi	Abacaxi	não há mediação	não há mediação	#VALOR!
11	Capela	Milho	Milho	não há mediação	não há mediação	#VALOR!
Capela	Macaxeira	Mandioca	1.900	200	9,50	
12	Campestre	SOMENTE IBGE	Banana	320	40	8,00
13	Colônia Leopoldina	SOMENTE IBGE	Banana	5.910	480	12,31
14	Flexeiras	Banana, abacaxi, verduras, macaxeira e mudas	Mandioca	1.320	120	11,00
15	Jacuípe	Laranja, laranja Pokan e Laranja Avermelhada	Laranja	1.800	130	13,85
16	Joaquim Gomes	maracujá, mamão, banana e hortaliças	Banana	2.720	220	12,36
Joaquim Gomes	alface, banana, tangerina, macaxeira, melancia, batata, coco verde, mamão e abacaxi	Mandioca	9.130	830	11,00	
17	Jundiá	Pimenta do reino	Pimenta-do reino	257	70	3,67
18	Matriz de Camaragibe	Abacaxi, Banana e hortaliças	Abacaxi	57	3	19,00

OLHARES DO/NO CAMPO COM ESTUDANTES-PESQUISADORES

Ricardo Santos de Almeida; Maria Aparecida Vieira de Melo; Maria Erivalda dos Santos Torres (Orgs.)

Matriz de Camaragibe	SOMENTE IBGE	Coco-da baía	136	43	3,16	
19	Messias	Frutas, Macaxeira e Verduras	Mandioca	2.200	170	12,94
20	Murici	Legumes, frutas e verduras	Mandioca	850	85	10,00
21	Novo Lino	Inhame, Macaxeira e Legumes	Mandioca	680	68	10,00
22	Porto Calvo	Grãos - Soja	Soja	não há mediação	não há mediação	#VALOR!
Porto Calvo	SOMENTE IBGE	Coco-da baía	323	90	3,59	
23	São Luís do Quitunde	Laranja	Laranja	80	10	8,00
Microrregião Litoral Norte	Toneladas 2016	Área destinada (ha) 2016	Produtividade Tom/ha (2016)			
24	Japaratinga	Mangaba e Coco	Coco-da baía	3.290	1.040	3,16
25	Maragogi	SOMENTE IBGE	Coco-da baía	4.560	1.590	2,87
Maragogi	SOMENTE IBGE	Mandioca	16.088	825	19,50	
26	Passo de Camaragibe	SOMENTE IBGE	Coco-da baía	3.376	875	3,86
27	Porto de Pedras	banana, macaxeira, inhame e hortaliças	Coco-da baía	2.098	668	3,14
28	São Miguel dos Milagres	SOMENTE IBGE	Coco-da baía	2.676	865	3,09
Microrregião Maceió	Toneladas 2016	Área destinada (ha) 2016	Produtividade Tom/ha (2016)			

OLHARES DO/NO CAMPO COM ESTUDANTES-PESQUISADORES

Ricardo Santos de Almeida; Maria Aparecida Vieira de Melo; Maria Erivalda dos Santos Torres (Orgs.)

29	Barra de Santo Antônio	SOMENTE IBGE	Coco-da baía	2.480	530	4,68
30	Barra de São Miguel	SOMENTE IBGE	Coco-da baía	436	65	6,71
31	Coqueiro Seco	SOMENTE IBGE	Coco-da baía	1.154	312	3,70
32	Maceió	SOMENTE IBGE	Coco-da baía	1.660	370	4,49
33	Marechal Deodoro	SOMENTE IBGE	Coco-da baía	2.237	788	2,84
34	Paripueira	SOMENTE IBGE	Coco-da baía	1.300	275	4,73
35	Pilar	hortaliças, feijão e raízes	Mandioca	345	23	15,00
36	Rio largo	SOMENTE IBGE	Mandioca	160	10	16,00
37	Santa Luzia do Norte	SOMENTE IBGE	Mandioca	827	43	19,23
38	Satuba	SOMENTE IBGE	Mandioca	30	6	5,00
Microrregião São Miguel dos Campos	Toneladas 2016	Área destinada (ha) 2016	Produtividade Tom/ha (2016)			
39	Anadia	Feijão, milho e sorgo	Mandioca	2.030	140	14,50
40	Boca da Mata	Amendoim	Amendoim (Casca)	125	50	2,50

OLHARES DO/NO CAMPO COM ESTUDANTES-PESQUISADORES

Ricardo Santos de Almeida; Maria Aparecida Vieira de Melo; Maria Erivalda dos Santos Torres (Orgs.)

41	Campo Alegre	Mamão; Banana	Mamão	2.100	70	30,00
Campo Alegre	Macaxeira	Mandioca	1.420	110	12,91	
Campo Alegre	Grãos - Soja	Soja	162	54	3,00	
42	Teotônio Vilela	Macaxeira	Mandioca	15.488	1.118	13,85
Teotônio Vilela	Batata doce, feijão de corda e maracujá	Feijão	780	1.300	0,60	
43	São Miguel dos Campos	Soja e Milho	Milho	65	130	0,50
São Miguel dos Campos	SOMENTE IBGE	Feijão	93	155	0,60	
44	Jequiá da Praia	Coco	Coco	1.590	300	5,30
45	Junqueiro	Milho e soja	Soja	419	135	3,10
Junqueiro	batata doce, mandioca, macaxeira, inhame, abacaxi e maracujá.	Mandioca	12.500	700	17,86	
46	Roteiro	SOMENTE IBGE	Coco-da baía	965	160	6,03
47	Coruripe	Grãos - milho	Milho	5.966	1.243	4,80
Coruripe	Abacaxi e maracujá	Abacaxi	5.175	150	34,50	

OLHARES DO/NO CAMPO COM ESTUDANTES-PESQUISADORES

Ricardo Santos de Almeida; Maria Aparecida Vieira de Melo; Maria Eivalda dos Santos Torres (Orgs.)

Coruripe	Banana - diversos tipos e Macaxeira	Mandioca	4.060	290	14,00	
Coruripe	Coco	Coco-da baía	28.200	5.000	5,64	
Microrregião Penedo	Toneladas 2016	Área destinada (ha) 2016	Produtividade Tom/ha (2016)			
48	Feliz Deserto	SOMENTE IBGE	Coco-da baía	4.530	1.506	3,01
49	Igreja Nova	Arroz	Arroz	6.000	1.500	4,00
50	Penedo	SOMENTE IBGE	Mandioca	5.600	500	11,20
51	Porto Real do Colégio	Arroz	Arroz	8.700	1.160	7,50
52	Piaçabuçu	Coco	Coco-da baía	7.021	2.330	3,01

Fonte: Elaboração própria com base na PAM-IBGE 2016 e levantamento em portais de notícias oficiais

TABELA 2:

TABELA 02

ÁREA PLANTADA OU DESTINADA À COLHEITA, ÁREA COLHIDA, QUANTIDADE PRODUZIDA, RENDIMENTO MÉDIO E VALOR DA PRODUÇÃO DAS LAVOURAS TEMPORÁRIAS E PERMANENTES

Tabela 5457 - Área plantada ou destinada à colheita, área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção das lavouras temporárias e permanentes					
Ano - 2017					
Município	Produto das lavouras temporárias e permanentes	PAM 2017		DESTAQUE PAM 2016	
		Área colhida (Hectares)	Quantidade produzida 2017 (Toneladas)	2016 TONELADAS	% 2016-2017 (Toneladas)
ALAGOAS					
Anadia (AL)	Total	3.201	..		
	Cana-de-açúcar	2.760	154.320	184.160	-19,34%
	Mandioca	150	2.180	2.030	6,88%
Atalaia (AL)	Total	12.511	..		#VALOR!
	Banana (cachos)	75	922	738	19,96%
	Cana-de-açúcar	12.000	612.000	976.787	-59,61%
Barra de Santo Antônio (AL)	Total	2.276	..		#VALOR!
	Cana-de-açúcar	1.700	96.300	113.945	-18,32%
	Coco-da-baía	530	2.255	2.480	-9,98%

OLHARES DO/NO CAMPO COM ESTUDANTES-PESQUISADORES

Ricardo Santos de Almeida; Maria Aparecida Vieira de Melo; Maria Erivalda dos Santos Torres (Orgs.)

Barra de São Miguel (AL)	Total	908	#VALOR!
	Cana-de-açúcar	870	49.570	64.284	-29,68%
	Coco-da-baía	35	158	436	-175,95%
Boca da Mata (AL)	Total	8637	#VALOR!
	Amendoim (em casca)	150	225	125	44,44%
	Cana-de-açúcar	7.000	400.000	670.047	-67,51%
Branquinha (AL)	Total	9393	#VALOR!
	Cana-de-açúcar	4.150	231.000	203.401	11,95%
	Laranja	2.000	32.000	15.000	53,13%
Cajueiro (AL)	Total	529	#VALOR!
	Banana (cacho)	75	900	132	85,33%
	Cana-de-açúcar	100	5.500	16.140	-193,45%
Campestre (AL)	Total	2.932	#VALOR!
	Banana (cacho)	52	540	320	40,74%
	Cana-de-açúcar	2.800	130.000	155.025	-19,25%
Campo Alegre (AL)	Total	15.610	#VALOR!
	Cana-de-açúcar	13.000	715.000	742.395	-3,83%
	Mandioca	650	6.825	1.420	79,19%
Capela (AL)	Total	2.951	#VALOR!
	Cana-de-açúcar	2.500	125.000	306.360	-145,09%
	Mandioca	200	1.900	1.900	0,00%
Chã Preta (AL)	Total	1.024	#VALOR!
	Banana (cacho)	135	1.809	1.661	8,18%
	Cana-de-açúcar	15	500	0	100,00%
Colônia Leopoldina (AL)	Total	10.835	#VALOR!
	Banana (cacho)	470	5.640	5.910	-4,79%
	Cana-de-açúcar	10.000	500.000	335.052	32,99%
Coqueiro Seco (AL)	Total	703	#VALOR!
	Cana-de-açúcar	300	18.000	21.923	-21,79%
	Coco-da-baía	342	1.274	1.154	9,42%
Coruripe (AL)	Total	46.399	#VALOR!
	Cana-de-açúcar	38.000	1.740.000	1.956.660	-12,45%
	Milho (em grão)	1.243	4.972	5.966	-19,99%
Feliz Deserto (AL)	Total	3998	#VALOR!
	Cana-de-açúcar	2.500	169.090	138.480	18,10%
	Coco-da-baía	1.406	5.500	4.530	17,64%
Flexeiras (AL)	Total	5.108	#VALOR!
	Cana-de-açúcar	4.340	245.000	241.688	1,35%
	Mandioca	220	2.200	1.320	40,00%
Ibateguara (AL)	Total	3.135	#VALOR!
	Cana-de-açúcar	2.330	131.000	114.282	12,76%

OLHARES DO/NO CAMPO COM ESTUDANTES-PESQUISADORES

Ricardo Santos de Almeida; Maria Aparecida Vieira de Melo; Maria Erivalda dos Santos Torres (Orgs.)

	Mandioca	120	1.560	1.350	13,46%
Igreja Nova (AL)	Total	9.319	..		#VALOR!
	Arroz (em casca)	433	1.354	6.000	-343,13%
	Cana-de-açúcar	8.000	450.000	528.226	-17,38%
Jacuípe (AL)	Total	2794	..		#VALOR!
	Cana-de-açúcar	2.000	100.000	119.509	-19,51%
	Laranja	200	2.972	1.800	39,43%
Japaratinga (AL)	Total	2.221	..		#VALOR!
	Cana-de-açúcar	700	44.800	65.945	-47,20%
	Coco-da-baía	900	4.050	3.290	18,77%
Jequiá da Praia (AL)	Total	15.692	..		#VALOR!
	Cana-de-açúcar	14.000	790.000	580.080	26,57%
	Coco-da-baía	1.500	6.750	1.590	76,44%
Joaquim Gomes (AL)	Total	4.790	..		#VALOR!
	Cana-de-açúcar	2.480	145.000	114.949	20,72%
	Mandioca	1.160	11.600	9.130	21,29%
Jundiá (AL)	Total	2.384	..		#VALOR!
	Cana-de-açúcar	2.200	105.600	112.106	-6,16%
	Pimenta-do-reino	50	125	257	-105,60%
Junqueiro (AL)	Total	9838	..		#VALOR!
	Cana-de-açúcar	7.160	350.000	649.100	-85,46%
	Soja (em grão)	230	700	419	40,14%
Maceió (AL)	Total	7.378	..		#VALOR!
	Cana-de-açúcar	7.000	346.850	455.796	-31,41%
	Coco-da-baía	370	1.661	1.660	0,06%
Maragogi (AL)	Total	8.337	..		#VALOR!
	Cana-de-açúcar	4.400	222.800	230.437	-3,43%
	Coco-da-baía	2.000	9.000	4.560	49,33%
Marechal Deodoro (AL)	Total	6.043	..		#VALOR!
	Cana-de-açúcar	5.200	262.400	774.840	-195,29%
	Coco-da-baía	788	3.538	2.237	36,77%
Matriz de Camaragibe (AL)	Total	5.701	..		#VALOR!
	Abacaxi	35	665	57	91,43%
	Cana-de-açúcar	5.000	273.750	456.704	-66,83%
Messias (AL)	Total	4.277	..		#VALOR!
	Cana-de-açúcar	4.000	235.000	349.731	-48,82%
	Mandioca	200	2.650	2.200	16,98%
Murici (AL)	Total	8.196	..		#VALOR!
	Cana-de-açúcar	7.000	425.000	518.650	-22,04%
	Mandioca	155	1.550	850	45,16%
Novo Lino (AL)	Total	5.143	..		#VALOR!

OLHARES DO/NO CAMPO COM ESTUDANTES-PESQUISADORES

Ricardo Santos de Almeida; Maria Aparecida Vieira de Melo; Maria Erivalda dos Santos Torres (Orgs.)

	Cana-de-açúcar	4.460	260.000	222.141	14,56%
	Mandioca	150	1.800	680	62,22%
	Total	1.304	#VALOR!
Paripueira (AL)	Cana-de-açúcar	1.000	58.000	102.975	-77,54%
	Coco-da-baía	275	1.130	1.300	-15,04%
	Total	8.734	#VALOR!
Passo de Camaragibe (AL)	Cana-de-açúcar	7.000	333.000	47.519	85,73%
	Coco-da-baía	750	3.000	3.376	-12,53%
	Total	28.334	#VALOR!
Penedo (AL)	Cana-de-açúcar	25.000	1.407.799	1.382.502	1,80%
	Mandioca	1.378	14.400	5.600	61,11%
	Total	2.458	#VALOR!
Piaçabuçu (AL)	Coco-da-baía	2.315	11.943	7.021	41,21%
	Total	3.691	#VALOR!
Pilar (AL)	Cana-de-açúcar	3.500	206.000	364.650	-77,01%
	Mandioca	90	1.350	345	74,44%
	Total	248	#VALOR!
Pindoba (AL)	Batata-doce	8	120	52	56,67%
	Cana-de-açúcar	204	11.220	16.200	-44,39%
	Total	7.506	#VALOR!
Porto Calvo (AL)	Cana-de-açúcar	7.000	350.000	450.016	-28,58%
	Laranja	70	840	144	82,86%
	Total	8.778	#VALOR!
Porto de Pedras (AL)	Cana-de-açúcar	4.500	225.000	91.657	59,26%
	Coco-da-baía	3.000	12.000	2.098	82,52%
	Total	3.308	#VALOR!
Porto Real do Colégio (AL)	Arroz (em casca)	2.360	17.120	8.700	49,18%
	Cana-de-açúcar	35	2.300	7.851	-241,35%
	Total	11.063	#VALOR!
Rio Largo (AL)	Cana-de-açúcar	11.000	645.000	781.393	-21,15%
	Mandioca	50	600	160	73,33%
	Total	9.522	#VALOR!
Roteiro (AL)	Cana-de-açúcar	8.500	416.500	192.120	53,87%
	Coco-da-baía	950	3.575	965	73,01%
	Total	1.138	#VALOR!
Santa Luzia do Norte (AL)	Cana-de-açúcar	900	47.400	86.589	-82,68%
	Mandioca	78	1.042	897	13,92%
	Total	7.028	#VALOR!
Santana do Mundauí (AL)	Cana-de-açúcar	134	5.547	6.305	-13,67%
	Laranja	6.000	96.000	72.000	25,00%
São Luís do Quitunde (AL)	Total	20.619	#VALOR!

OLHARES DO/NO CAMPO COM ESTUDANTES-PESQUISADORES

Ricardo Santos de Almeida; Maria Aparecida Vieira de Melo; Maria Erivalda dos Santos Torres (Orgs.)

	Cana-de-açúcar	18.000	900.000	932.415	-3,60%
	Laranja	80	425	80	81,18%
	Total	16.305	#VALOR!
São Miguel dos Campos (AL)	Cana-de-açúcar	16.000	875.000	828.720	5,29%
	Soja (em grão)	60	180	65	63,89%
	Total	3.347	#VALOR!
São Miguel dos Milagres (AL)	Cana-de-açúcar	1.200	78.000	68.759	11,85%
	Coco-da-baía	2.000	10.000	2.676	73,24%
	Total	613	#VALOR!
Satuba (AL)	Cana-de-açúcar	600	30.900	71.673	-131,95%
	Mandioca	6	64	30	53,13%
	Total	16.155	#VALOR!
Teotônio Vilela (AL)	Cana-de-açúcar	10.000	530.000	498.745	5,90%
	Mandioca	5.000	50.000	15.488	69,02%
	Total	14.282	#VALOR!
União dos Palmares (AL)	Cana-de-açúcar	11.000	640.000	542.683	15,21%
	Laranja	680	10.105	6.800	32,71%
	Total	989	#VALOR!
Viçosa (AL)	Cana-de-açúcar	90	4.950	53.940	-989,70%
	Mandioca	165	1.368	791	42,18%
Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal					

REGISTROS FOTOGRÁFICOS:



Frente da escola municipal Conselheiro Cícero de Siqueira Torres – comunidade sítio Cágado
Passo de Camaragibe - AL
Fonte: Jairo José da Silva (2021).

OLHARES DO/NO CAMPO COM ESTUDANTES-PESQUISADORES

Ricardo Santos de Almeida; Maria Aparecida Vieira de Melo; Maria Erivalda dos Santos Torres (Orgs.)



Residência em pequena propriedade agrícola – comunidade sítio Cágado
Passo de Camaragibe – AL
Fonte: Jairo José da Silva (2021).



Estrada de terra de acesso à comunidade sítio Cágado
Passo de Camaragibe - AL
Fonte: Jairo José da Silva (2021).

OLHARES DO/NO CAMPO COM ESTUDANTES-PESQUISADORES

Ricardo Santos de Almeida; Maria Aparecida Vieira de Melo; Maria Eivalda dos Santos Torres (Orgs.)



Agricultor cuidando da
plantação em pequena
propriedade agrícola –
comunidade sítio Cágado
Passo de Camaragibe – AL.
Fonte: Jairo José da Silva
(2021).



Agricultor cuidando da
plantação em pequena
propriedade agrícola –
comunidade sítio
Cágado
Passo de Camaragibe – AL
Fonte: Jairo José da Silva
(2021).

A AUTONOMIA DAS FAMÍLIAS COM A AGRICULTURA FAMILIAR NA CIDADE DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ELIEGE FARIAS

Juliana Valões da Silva²²

Ricardo Santos de Almeida²³

RESUMO: O presente artigo traz o relato de experiência de Eliege Farias da Silva moradora da Comunidade Mote Alegre, situada em Palmeira dos Índios. Retrata também o impacto da inserção das tecnologias sociais, que foi imprescindível para a valorização da agricultura familiar e autonomia das famílias beneficiadas nas comunidades. Refletiremos sobre o processo de produção que se dá através da articulação da família e do pensar agroecológico. Este trabalho utilizou para sua construção a metodologia pautada em entrevista estruturada e o levantamento bibliográfico, a ferramenta de entrevista foi realizada pelos aplicativos de mensagem instantânea.

PALAVRAS-CHAVE: agricultura familiar; hortaliça; cisterna.

²²Pós-graduanda da especialização de Educação do campo e sustentabilidade da Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL. E-mail: juliana.valoes62@gmail.com

²³Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria. Doutor em Educación pela Universidad Interamericana. Docente da rede pública municipal de Porto Calvo/AL. Pesquisador do: Núcleo de Estudos Agrários e Dinâmicas Territoriais (NUAGRÁRIO/UFAL) desde 2009; Grupo de Estudos e Pesquisa em Análise Regional (GEPAR/UFAL); Geoprocessamento e a Cartografia no Ensino de Geografia (GCEG/UFAL) desde 2016; Núcleo de Pesquisa e Extensão em Educação de Jovens, Adultos e Idosos e Campesinos (NUPEEJAIC/UNEAL) desde 2020; do Grupo de Pesquisa em Educação e Território (UFSM) e Grupo de Pesquisas: Estudos e Pesquisas da Educação em Paulo Freire (GPEPEPF/UFRN) desde 2021. Associado ao Centro Paulo Freire - Estudos e Pesquisas (CPFreire). E-mail: ricardosantosal@gmail.com.

INTRODUÇÃO

As tecnologias sociais hídras exercem o papel de fio condutor para desenvolvimento da reflexão crítica da realidade, o empoderamento político e práticas sustentáveis, pois a maneira de formação é contínua e predisposta a partir do acúmulo de vida que cada um tem. Desta maneira, a experiência trazida trata do empoderamento produtivo construído em um simples fato de cultivar uma horta.

A Segurança alimentar é compreendida como a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (CONSEA, 2004).



Figura 1. Canteiro do Terreno de Eliege, Sítio Boa Vista e sua busca por segurança alimentar são tema deste artigo.

Fonte: Acervo de Eliege Farias- Agricultora (2021).

Neste artigo trago um relato de experiência de uma jovem agricultora, moradora da Sitio Monte Alegre, zona rural da cidade de Palmeira dos Índios/AL. Em sua experiência ela nos trás o valor afetivo que se tem no cultivo de frutas e hortaliças quando se tem um trabalho em conjunto dentro da própria família, e como a produção desses alimentos pode trazer uma renda a mais para a família.



Figura 2. Canteiro da horta.

Fonte: Acervo de Eliege Farias-Agricultora (2021).



Figura 3. Bananas.

Fonte: Acervo de Eliege Farias-Agricultora (2021).

Vale destacar que toda a produção realizada por ela é livre de qualquer tipo de agrotóxico fazendo da produção desses alimentos mais saboroso e visivelmente ainda mais bonito.

MATERIAIS E MÉTODOS DE PESQUISA

A construção da pesquisa iniciou, primeiramente, com a pesquisa bibliográfica que auxilia a articular o pensamento do pesquisador com os diversos escritos que existe sobre a temática.

“A partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto.” (FONSECA, 2002, p. 32).

No processo de investigação foi utilizada a entrevista estruturada, realizada de forma online, onde o contato foi feito totalmente de forma virtual, foi repassado um questionário com simples perguntas para que a informante respondesse. Esse contato foi realizado com a ajuda do aplicativo *Whatsapp*, onde a mesma utilizou o recurso de áudio para responder o questionário. Nesse sentido, entende-se que as perguntas foram direcionadas para a questão da temática.

Destaco que recursos utilizados nessa entrevista foi o uso do celular com acesso a internet, aplicativo de mensagem *Whatsapp* para o envio de áudios e fotografias e um Notebook para a descrição dos textos e outras pesquisas.

Esse método foi utilizado devido aos contra tempos que minha pessoa como pesquisadora teve no decorrer na produção desse artigo e também para se ter todo o cuidado na

tomada de medidas de distanciamento para evitar a contaminação do COVID-19.

DESENVOLVIMENTO

O cultivo de terra administrada por uma família ou outros membros que habitam e são empregadas é conhecido como agricultura familiar. Esse tipo de trabalho é realizado em pequenas propriedades de terra e o cultivo de alimentos é para subsistência do grupo e o excedente. Nesta gleba o processo produtivo serve para alimentar a família e também para ajudar na renda do mesmo, sendo esses alimentos comercializados e atribuídos a ele um valor, justo e solidário.



Figura 4. Pimentão vermelho.
Fonte: Acervo de Eliege Farias-Agricultora (2021).



Figura 5. Pimentão verde.
Fonte: Acervo de Eliege Farias- Agricultora (2021).

Toda comida que chega às mesas de nossas casas passa pela mão de um agricultor ou agricultora, a valorização e a busca por alimentos saudáveis são grandes, pois nos dias de hoje são poucas as famílias que utilizam os métodos tradicionais no cultivo de verduras e legumes.



Figura 6. Pimenta.

Fonte: Acervo de Eliege Farias-Farias- Agricultora (2021).



Figura 7. Morango.

Fonte: Acervo de Eliege Farias-Agricultora (2021).

Segundo a Organização das Nações Unidas- ONU, A agricultura familiar é de suma importância para assegurar a segurança alimentar e nutricional da população brasileira, uma vez que é responsável por 70% dos alimentos consumidos no país.

Destaca-se ainda na luta global contra a fome que atinge “mais de 800 milhões de pessoas no mundo, que não têm acesso a alimentação saudável e nutricional”. O cultivo de

alimentos realizados pela agricultura familiar respeita a biodiversidade, esses alimentos são livres de agrotóxicos e seu plantio disponibiliza uma boa qualidade no sabor e também na diversidade que cada fruto pode obter.

Como experiência de agricultura familiar trago neste escrito a Eliege Farias da Silva, 25 anos de idade moradora do Sitio Monte Alegre localizada na zona rural de Palmeira dos Índios – Alagoas. Essa comunidade está localizada na divisa com o estado de Pernambuco e Alagoas ficando entre a conhecida Serra das Pinhas.



Figura 8. Couve.

Fonte: Acervo de Eliege Farias- Agricultora (2021).



Figura 9. Alface.

Fonte: Acervo de Eliege Farias- Agricultora (2021).

Nascida e criada na mesma comunidade Eliege nunca sentiu interesse em vim morar na zona urbana, toda sua família

sempre morou no Sítio Monte Alegre, para aqueles que tiveram oportunidade como ela teve, vinha estudar nas escolas da zona urbana.

O cultivo da horta se deu através de sua mãe quando a mesma foi contemplada com a Cisterna de Calçadão, programa de incentivo federal através do P1+2, O nome do programa faz jus à estrutura mínima que as famílias precisam para produzirem – o espaço para plantio e criação animal, a terra, e a água para cultivar e manter a vida das plantas e dos animais. O P1+2 integra o Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido, da ASA. Esse programa-guarda-chuva congrega também o Programa Um Milhão de Cisternas, o P1MC.



Figura 10. Abobrinha.
Fonte: Acervo de Eliege Farias-Agricultora (2021).



Figura 11. Beringela.
Fonte: Acervo de Eliege Farias-Agricultora (2021).



Figura 12. Limões.
Fonte: Acervo de Eliege Farias-Agricultora (2021).

Antes da cisterna de calçadão a família tinha apenas a cisterna de 16 mil litros, a água que a cisterna tinha era mais utilizada para beber e cozinhar os alimentos. Eliege relata que às vezes no período de inverno a água era utilizada apenas quando a cisterna transbordava- *"quando ela tá cheia mesmo praticamente ela é usada pra tudo no período de inverno que ela enche e transborda, ela é usada pra tudo"*.

Após a construção da cisterna de calçadão e com a capacidade de água maior, veio a ideia da horta. No início ela afirma que o cultivo dos alimentos da horta era apenas para o próprio consumo da família, após a uma grande e boa safra de hortaliças veio o incentivo de revender os alimentos excedentes cultivados por ela.

A seis anos, desde dia da construção da cisterna de calçadão Eliege e sua família tem horta em sua casa. Os cuidados com a horta são realizados pela própria Elieze, pela sua mãe e também pelo seu marido, Eliege não tem com exatidão a medida de sua horta, e os alimentos por ela e sua família cultivados são pimentão, repolho, pimenta, alface, coentro, morango entre outras.

Antes da revenda dos produtos cultivados na horta, Eliege diz que os alimentos eram consumos por ela e sua mãe ou mesmo distribuídos para os parentes e vizinhos da comunidade. Logo depois surgiu a oportunidade de ser comercializado nas feiras agroecológicas realizadas pela Secretaria Municipal de Agricultura do município, onde ela e a mãe se dividiam no trabalho de comercialização, uma vendia na feira e a outra na residência em que moram.

Atualmente elas vendem na feira da COPCAM que são os/as camponeses e camponesas que praticam a agricultura familiar camponesa e estão organizados no Movimento dos Pequenos Agricultores -MPA, a cooperativa e uma organização jurídica do movimento.

CONCLUSÃO

A prática do cultivo de hortas em pequenas residências, em quintais de casa consiste na produção de alimentos tradicionais e dependendo do local pode trazer uma grande variedade de produtos situação que a difere da agricultura industrial e também das formas de comercialização.

Apesar da existência de diferentes formas de comercialização de produtos, os agricultores reconheceram o comprometimento da sua autonomia em relação aos mercados, devido às questões de atores intermediários no processo de mercantilização. O pequeno cultivo de hortaliças dentro da sua própria residência faz com que se busque uma alimentação saudável, livre de conservantes e busque ainda mais o verdadeiro sabor dos alimentos. Esse cultivo vai do valor nutricional até o valor do trabalho familiar e em conjunto com a comunidade local.

Eliege reafirma a importância do cultivo desses alimentos dentro da sua residência, incentivando para aqueles que não têm um quintal ou terreno, seja ele/ela em qualquer lugar, a realização do cultivo de pequenas mudas de plantas independente da sua localidade, desta forma ela enfatiza a diferença dos sabores, da cor e até mesmo o incentivo da boa alimentação para a família.

A agricultura familiar beneficia o campo ambiental, adotando práticas ambientais mais sustentáveis em função da produção em pequena escala, que permite a adoção de sistemas produtivos e para além disso respeita a harmonia ambiental e as espécies, aproveita as sinergias naturais, utilizam modos de produção orgânica e agroecológica, que conferem aos produtos da agricultura familiar diferencial competitivo na busca por qualidade e responsabilidade socioambiental.

REFERÊNCIAS

1. FONSECA, J. J. S. *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.
2. BAPTISTA, Naidison de Quitella. CAMPOS, Carlos Humberto. Formação, organização emobilização social no Semiárido brasileiro. In: CONTI, Irio Luiz. SCHROEDER, Edni Oscar. (Org). *Convivência com o Semiárido Brasileiro Autonomia e Protagonismo Social*. Editora IABS, Brasília, 2013.
3. Articulação do Semiárido Brasileiro – ASA. *Declaração do Semiárido: Propostas da Articulação no Semiárido Brasileiro para convivência com o semiárido e combate à desertificação*. Recife, Novembro de 1999. Documento capturado em http://www.asabrasil.org.br/images/UserFiles/File/DECLARACAO_DO_SEMI-ARIDO.pdf acesso em 30/11/2015.
4. ASA. *Série de manuais da ASA, Articulação no Semiárido Brasileiro, para o P1MC, Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido: Um milhão de Cisternas Rurais. Mãos à Obra: Cisterna em 10 passos*. Elaboração Equipe Assessoria e Comunicação da ASA. Recife, Novembro de 2003.
5. GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.
6. SEVERINO, Antônio Joaquim. A busca do sentido da formação humana: tarefa da Filosofia da Educação. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 32, n.3, p. 619-634, set/dez. 2006.
7. RUSCHEINSKY, Aloísio. Novos atores sociais na luta pelo direito à água. In: II Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade- ANPPAS, 2., 2004.Indaiatuba – SP. *Anais...*

- São Paulo, 2004. Documento captura em http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT03/aloisio_ruscheinsky.pdfAcesso em 30/11/2015.
8. MDS, *Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome*. Documento capturado em 31/11/2015 <http://mds.gov.br/assuntos/cadastro-unico/o-que-e-e-para-que-serve/programas-cisternas> acesso em 31/11/2015. Acesso em 31/11/215.
 9. CÁRITAS BRASILEIRA, *Fundo Rotativo Solidário incentiva o desenvolvimento econômico de mais dez mil famílias brasileiras*. Documento capturado em 26/12/2015 em <http://caritas.org.br/fundo-rotativo-solidario-incentiva-desenvolvimento-economico-de-mais-dez-mil-familias-brasileiras/13299> acesso em 26/12/2015.
 10. CABRAL, João Francisco Pereira. A Filosofia da Ciência em Thomas Kuhn. *Brasil Escola*. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/filosofia/a-filosofia-ciencia-thomas-kuhn.htm>>. Acesso em 08 de janeiro de 2016.
 11. MALVEZZI, Roberto. *Semi-árido - uma visão holística*. Brasília:CONFEA, 2007.

UM BREVE RELATO DO ASSENTAMENTO CACHOEIRINHA NO MUNICÍPIO DE IGACI/AL

Maria Aparecida Marques da Silva²⁴

Ricardo Santos de Almeida²⁵

Resumo: A história da reforma agrária é uma luta incansável que já passou por muitas lutas e ainda continuam nos dias atuais levando em conta o direito da sobrevivência das pessoas precisam de um pequeno pedaço de terra para sobreviver e neste caso travam uma luta com os grandes proprietários de terras para desapropriação e estes mesmo brigam por uma indenização junto aos órgãos públicos, ao passar por todos estes processos dar então o nascimento dos assentamentos que para o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) é uma conquista adquirida. Para tanto conhecer o assentamento da Cachoeirinha desde o nascimento do mesmo, quantos assentados de famílias beneficiadas existem e o que produzem lá e como se deu esta conquista.

PALAVRAS-CHAVE: Assentamento; Reforma Agrária; Luta pela Terra.

²⁴Pós-graduanda da especialização de Educação do campo e sustentabilidade da UNEAL

²⁵Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria. Doutor em Educación pela Universidad Interamericana. Docente da rede pública municipal de Porto Calvo/AL. Pesquisador do: Núcleo de Estudos Agrários e Dinâmicas Territoriais (NUAGRÁRIO/UFAL) desde 2009; Grupo de Estudos e Pesquisa em Análise Regional (GEPAR/UFAL); Geoprocessamento e a Cartografia no Ensino de Geografia (GCEG/UFAL) desde 2016; Núcleo de Pesquisa e Extensão em Educação de Jovens, Adultos e Idosos e Campesinos (NUPEEJAIC/UNEAL) desde 2020; do Grupo de Pesquisa em Educação e Território (UFSM) e Grupo de Pesquisas: Estudos e Pesquisas da Educação em Paulo Freire (GPEPEPF/UFRN) desde 2021. Associado ao Centro Paulo Freire - Estudos e Pesquisas (CPFreire). E-mail: ricardosantal@gmail.com.

INTRODUÇÃO

É importante falar da importância dos assentamentos voltada para o fortalecimento da agricultura das famílias que reside nos mesmos, pois é desta terra que são retiradas grande parte de sua alimentação, pois é necessário compreendermos a Reforma Agrária que vem crescendo a cada dia sendo assim como também perceber a importância dos assentamentos no campo como uma maneira de garantir e proporcionar a alimentação das famílias que lá residem, durante a visita ao assentamento pôde-se perceber a felicidade daquelas pessoas em ter seu lugar pra morar legalmente.

Ainda neste contexto De acordo com a entrevista feita no assentamento com o senhor Manoel Elias que foi a primeira pessoa a lutar por a conquista do assentamento nos relatou a história desta comunidade se divide entre antes e depois da chegada deste Assentamento Unidos pela Terra que se deu no ano 2006 com o Projeto Minha Primeira Terra teve o apoio do ITERAL e do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA/Governo Federal juntos consolidou o sonho de poder dar o acesso à terra de então 28 famílias, cada uma delas obteve um lote de 20 tarefas de terra que era destinando 20% deste quantitativo para área de reserva florestal.

MATERIAIS E MÉTODOS DE PESQUISA

A partir da produção deste artigo foi necessário fazer uma pesquisa bibliográfica com um levantamento de obras publicadas de autores que trazem estas discussões para então ter uma direção para a produção do mesmo assim como também as leituras que já possuía foi preciso também fazer uma análise de uma pesquisa de campo até o assentamento com o objetivo de realizar uma entrevista através de um questionário.

Na condução da entrevista realizaram-se as seguintes perguntas:

- 1- Você tem alguma função na organização do assentamento ou no MST?
- 2- Quantas famílias vivem no assentamento?
- 3- No início do assentamento qual era a principal fonte e renda dos assentados atualmente?
- 4- A criação do assentamento ocorreu em que ano/? Houve demora nessa criação?
Se sim qual a razão se justifica?
- 5- Vocês estão assentados definitivamente?
- 6- Fale um pouco sobre esse processo de criação, como foi a passagem do assentamento assentamento?
- 7- Como era a sua vida antes do assentamento? E hoje como é a sua vida e de sua família?
- 8- Como se deu a luta pela construção das casas?
- 9- Como você avalia a atuação do INCRA no assentamento

HISTÓRIA E FORMA DE SUBSISTÊNCIA DO ASSENTAMENTO CACHOEIRA

A priori é importante entendermos a “Reforma Agrária” que por sua vez é uma distribuição das terras privadas que são adquiridas pelo Estado essas terras pertencem aos grandes latifúndios dono dessas terras que são improdutivas, esta reforma Agrária depende de muitas lutas por parte do trabalhador rural que tanto precisa destas terras sendo assim estas lutas são constante entre essas classes dominadas sempre em busca do poder e a classe dos latifundiário tentando apenas garantir sua sobrevivência.

A execução de uma reforma agrária, efetivamente democrática e progressista, só poderia ser alcançada à base da mais ampla e vigorosa ação, organizada e decidida, das massas

trabalhadoras do campo, fraternalmente ajudadas em sua luta pelo proletariado das cidades, os estudantes, a intelectualidade e demais forças nacionalistas e democráticas do patriótico povo brasileiro (STÉDILE, 2005, p. 75).

A história da luta pela terra no Brasil como se deu, assim como também percebermos todo este o processo de caráter político outra questão que também favoreceu foi o desenvolvimento do setor rural a Lei de Terras que foi estabelecida no ano de 1850 está mesma regulamentou o modelo da propriedade existente no Brasil. Neste sentido Stédile (2005) afirma que:

Sua característica principal é, pela primeira vez, implantar no Brasil a propriedade privada de terras. Ou seja, a lei proporciona fundamento jurídico à transformação da terra – que é um bem da natureza e, portanto, não tem valor do ponto de vista da economia política – em mercadoria, em objeto de negócio, passando, portanto, a partir de então, a ter preço. A lei normatizou, então, a propriedade privada da terra. (STÉDILE, 2005, p. 22-23).

Sendo assim percebe-se que a modernização da agricultura teve início na década de 1950 momento em que houve a expansão do meio industrial que estava ocorrido no mundo em geral. No Brasil, a modernização da agricultura desenvolve-se justamente para acumulação de capital de renda produzida por as indústrias, que estavam situadas com maior força no sudeste e no sul do Brasil.

Soberania alimentar é um território do campesinato. Ela gera um conjunto de conflitualidades que possibilita ao campesinato a disputa territorial tanto no campo das políticas públicas quanto no campo da produção agrícola. Ela exige outra escala geográfica da produção e da comercialização para que tenhamos alimentos saudáveis em nossas casas. A soberania

alimentar se transforma a cada dia num movimento mundial em defesa de nossos territórios. A nossa mesa, onde comemos, também é nosso território. (FERNANDES, 2005, p. 15).

Esta modernização dentro da agricultura passou a seguir o modelo capitalista, e com isso, foram beneficiados, os produtores que passaram a cultivar monoculturas, e também alguns produtos, como os insumos agrícolas e os maquinários para fazer a produção dessas monoculturas na terra.

[...] a terra representa um sonho para os camponeses expropriados, quando o acesso a ela converte-se em acesso ao território, a terra tanto sonhada tornasse o meio que possibilita ampliar e materializar os sonhos da família, em diferentes planos, dimensões e escalas temporais (RAMOS FILHO, 2013, p. 7).

O que se percebe é que o camponês foi quem saiu prejudicado por que não conseguiu se instalar dentro da dinâmica do capitalismo, pois não conseguiu obter a modernizar-se para que desta maneira pudesse aumentar a produção, o que nota-se é que a modernização desta agricultura beneficiou apenas uma parcela de produtores do meio rural, que foram os grandes latifundiários, tais como possuem a maior parte do capital e podem dispor da tecnologia para então aumentar sua produção, tendo uma maior renda e capital, ou seja, o problema tá aí quem lucra mas são os grandes produtores que já tem o capital e cada vez mais aumentam sua renda e pequeno agricultor sofre por que não tem o mesmo acesso nestas modernizações para progredir no meio.

É relevante tratarmos da importância dos assentamentos voltada para o fortalecimento da agricultura das famílias que reside nos mesmos, pois é desta terra que são retiradas grande parte de sua alimentação. Neste caso se faz necessário compreendermos a Reforma Agrária que vem crescendo a cada

dia sendo assim como também perceber a importância dos assentamentos no campo como uma maneira de garantir e proporcionar a alimentação das famílias que lá residem.

As lutas dos movimentos campestres não se restringem a lutas pela propriedade fundiária e pela manutenção de valores tradicionais, transcendendo a luta pelo acesso aos meios de produção (dimensão econômica) e se transformou em um processo de construção de sujeitos políticos, recriação de relações sociais e transformação do espaço rural na constituição de uma nova ruralidade, verdadeiras lutas por libertação e emancipação humana (dos vínculos de dependência, submissão e subalternidade). (AZEVEDO, 2012, p. 6).

Ainda nesta perspectiva se faz necessário mencionarmos questão da concentração da riqueza onde ocorre justamente a má distribuição de renda, ou seja, das terras no mundo onde uns tem a maior parte das terras e outros não tem nada como é caso do que acontece em grande parte do território e a concentração fundiária são estes fatores que semeiam a desigualdade social, no entanto referente a população do meio urbano e rural de modo campo-cidade estão interligados relacionados neste sentido Bukharin (1933), que ressalta:

A própria estrutura social, em uma sociedade fundada sobre as classes, é determinada pela sua divisão em classes, as relações mútuas dessas classes, etc.; toda mudança importante na vida social, é de uma maneira ou de outra ligada à luta de classes; toda passagem da sociedade de uma forma a outra se realiza por uma luta sem tréguas entre as classes (BUKHARIN, 1933, s/p).

Sabemos que o caminho que teve e ainda vem traçando esta luta pela terra até a década de 1930 foi sofrida e desgastante sendo travadas diversas guerras durante todo o

processo para que assim pudessem reivindicar seus direitos e acesso à terra para poder sobreviver através do cultivo e a sobrevivência por melhores condições de vida e por um moradia digna tendo acesso à terra no Brasil.

Ainda neste contexto acordo com Oliveira (2007), o território é o produto da luta entre classes, voltadas para o desenvolvimento das forças produtivas. Diante disto começa então o conflito com os camponês, que lutam contra a extração que é retirada da renda a partir da terra. Ainda nesta abordagem percebe-se que propriedade capitalista é bastante contraditória e desigual, pois o latifundiário é um indivíduo que está inserido no processada renda da terra.

Percebe-se que a forma encontrada para as famílias camponesas assegurar sua sobrevivência no campo, era o então o desenvolvimento do trabalho suplementar, ou seja, o camponês passando a ter um trabalho assalariado com um pagamento definido. Para Kautsky(1972) em suas colocações argumenta ainda, que dentro do próprio capitalismo, este camponês torna-se um proletário, mesmo sendo proprietário do espaço.

Os problemas referentes à questão agrária estão relacionados, essencialmente, à propriedade da terra, conseqüentemente à concentração da estrutura fundiária; aos processos de expropriação, expulsão e exclusão dos trabalhadores rurais: camponeses e assalariados; à luta pela terra, pela reforma agrária e pela resistência na terra; à violência extrema contra os trabalhadores, à produção, abastecimento e segurança alimentar; aos modelos de desenvolvimento da agropecuária e seus padrões tecnológicos, às políticas agrícolas e ao mercado, ao campo e à cidade, à qualidade de vida e dignidade humana. Por tudo isso, a questão agrária compreende as dimensões econômica, social e política (FERNANDES, 2001, p. 23).

Nesta perspectiva a propriedade do camponês dentro da

inserção do capitalismo na agricultura, o autor destaca a junção da agricultura e indústria, isto muda o camponês neste trabalhador que possui seu salário fixo, seja no campo ou na mesma cidade. E então, a propriedade rural torna-se eficiente e produtiva, diferente da pequena propriedade camponesa, pois nas colocações de Kautsky (1972, p.124) “[...] a grande exploração agrícola é a que Revista Eletrônica Georaguaiá. Barra do Garças-MT. V 4, n.2, p 204-220. Julho/Dezembro. 2014. 207 melhor satisfaz as necessidades da grande indústria agrícola. Essa, muitas vezes, quando não tem uma grande exploração deste gênero à sua disposição, a cria”.

Camponês é uma mistificação. Para começar “um camponês”, não existe em nenhum sentido imediato e estritamente específico. Em qualquer continente, estado ou região, os assim designados diferem em conteúdo de maneira tão rica quanto o próprio mundo (SHANIN, 2005, p. 01).

Vale ressaltar a luta pela terra tem se crescido pelo Brasil através de movimentos sociais organizados por grupos de pessoas que vivem nos assentamentos assim como também por outras que lutam por injustiças que ocorrem no campo levando em conta que a luta por a terra está voltada para o meio político e social.

[...] movimento social e movimento socioterritorial são um mesmo sujeito coletivo ou grupo social que se organiza para desenvolver uma determinada ação em defesa de seus interesses, em possíveis enfrentamentos e conflitos, com objetivo de transformação da realidade (FERNANDES, 2004, p.52).

Salientamos também a questão da desapropriação que para os leigos significa tirar esta propriedade de um indivíduo, no entanto ela possui um significado a desapropriação e

expropriação como expressões sinônimas, incluindo Pontes de Miranda, por possuírem as mesmas procedências. (SALLES, 2006, p.65) diante disto são inúmeros os conceitos dado por diversos autores. Kiyoshi Harada (2014, P.14- 15) selecionou alguns conceitos:

Desapropriação, segundo Pontes de Miranda, “é a retirada da propriedade com indenização integral, a que a Constituição de 1967, art. 150, § 2º, 1º parte, exige ser prévia e justa”. Para Hely Lopes Meirelles, “desapropriação ou expropriação é a transferência compulsória da propriedade particular para o Poder Público ou seus delegados, por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização e, ainda, por desatendimento a normas do Plano Diretor (desapropriação-sanção, art. 182, §4º, III, da CF), neste caso com pagamento de títulos da dívida pública municipal, aprovados pelo Senado Federal”. Odete Medauar conceitua a desapropriação “como figura jurídica pela qual o poder público, necessitando de um bem para fins de interesse público, retira-o do patrimônio do proprietário, mediante prévia e justa indenização”. Na lição de José Cretella Junior, a desapropriação é “ato pelo qual o Estado, necessitando de um bem particular, para fins de interesse público, obriga o proprietário a transferir-lhe a propriedade desse bem, mediante prévia e justa indenização”.

Para tanto está desapropriação é um processo por parte administrativo voltado diretamente ao Poder Público ou por seus delegados, através de uma prévia declaração de obrigação pública ou interesse da sociedade que são impostas ao proprietário no caso o dono das terras improdutivas neste caso o mesmo recebe uma indenização por seu patrimônio.

MANOEL ELIAS DEU INICIO A LUTA PELA CONQUISTA DO ASSENTAMENTO



Figura 1. Senhor Manoel Elias.
Fonte: Maria Aparecida Marques da Silva (2021).

Com base nas leituras foi realizada uma pesquisa de campo na comunidade do Sítio Cachoeira, a mesma está dividida antes e depois da chegada do Assentamento que se chama Unidos pela Terra, segundo registros uma grande conquista para o município Igaci que após muitas lutas incansável.

Esta comunidade possui uma memória de um povo bastante simples e batalhador que vive na região o que fortalece a identidade e a cultura da região este nome da Cachoeira de acordo com pesquisas feitas por moradores mais antigos aconteceu devido a um riacho que passava pela comunidade este mesmo riacho ainda hoje continua vivo, mas não como intensidade de antes pois com passar do tempo e a ação humana o mesmo foi assoreando e água que era doce passou a ser salubre.

A figura 1 mostra o Sr. Manoel Elias, este foi a primeira pessoa que se dispôs a lutar, além de ser um artista nato se tornou uma referência na comunidade por fazer partedo grupo de lutou para conseguir o assentamento, seu sonho sempre foi ter uma área de terra para produzir e ter melhor qualidade de vida, hoje vive com sua esposa cuidando da terra que produz com eficácia a depender das condições climáticas, também cria animais e faz da sua propriedade um espaço sustentável. Seu Manoel continua ativo nos espaços de luta social, sonha que a cultura tenha seu espaço devido no município e no estado.

MAPA DA COMUNIDADE

De acordo com a entrevista feita no assentamento com o senhor Manoel Elias a história desta comunidade se divide entre antes e depois da chegada deste Assentamento Unidos pela Terra que se deu no ano 2006 com o Projeto Minha Primeira Terra teve o apoio do ITERAL e do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA/Governo Federal juntos consolidou o sonho de poder dar o acesso à terra de então 28 famílias, cada uma delas obteve um lote de 20 tarefas de terra que era destinando 20% deste quantitativo para área de reserva florestal.

Com a criação do assentamento outros projetos foram chegando através da AAGRA que matem uma parceria com a associação tais como as cisternas de água para consumo e também para produção de alimentos e criação de animais foi então a partir do ano de 2008 que este projeto foi consolidado e então atendeu as famílias não somente as do assentamento como também de outras comunidades.

OLHARES DO/NO CAMPO COM ESTUDANTES-PESQUISADORES

Ricardo Santos de Almeida; Maria Aparecida Vieira de Melo; Maria Erivalda dos Santos Torres (Orgs.)

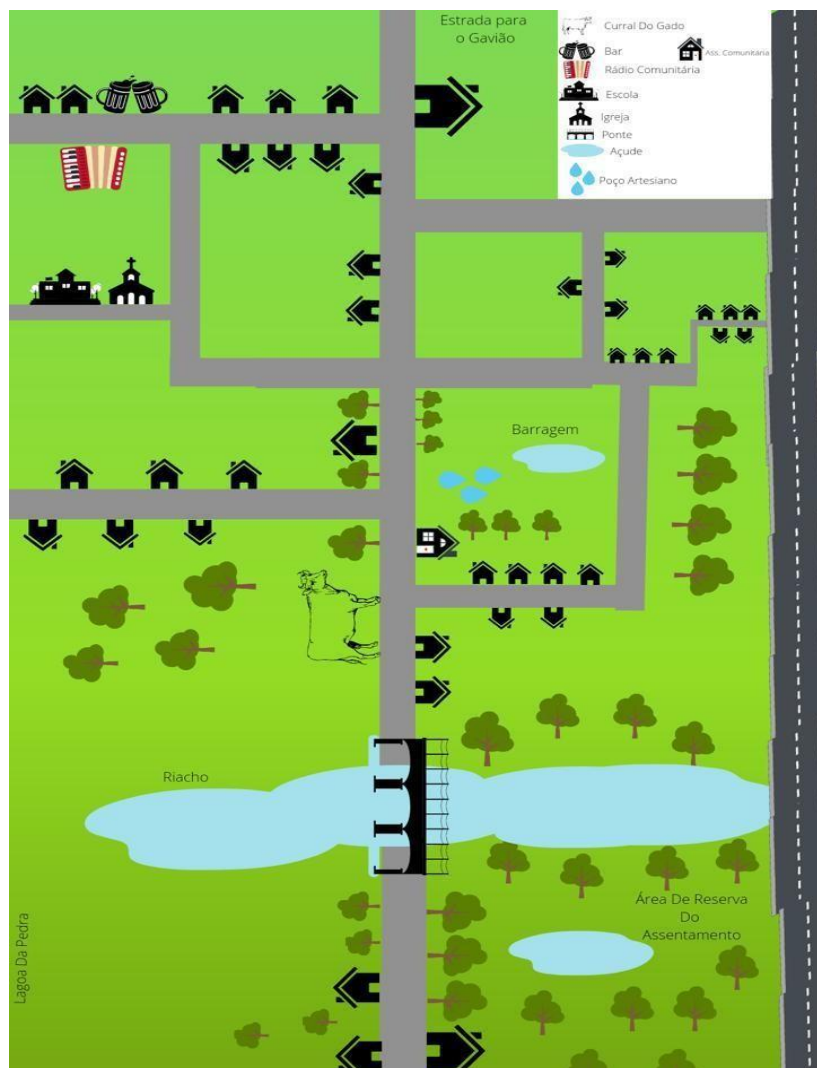


Figura 2. Mapa da comunidade.
Fonte: Santos (2021).

CISTERNAS PROJETO AAGRA

As famílias que vivem no assentamento sobrevivem da agricultura e da criação de pequenos animais não existe outra fonte de renda, as sendo assim eles cuidam da terra onde vivem pois no assentamento tudo que se planta se colhe para e assim sobrevivem com muita dificuldade na plantação usam adubos naturais dos próprios animais, com o passar dos tempos os modos de produção vem mudando, pois as pessoas passaram a usar adubos químicos e com isso a terra foi ficando muito fraca e a colheita diminuiu com o uso dos agrotóxicos e o outro fator também é desmatamento que tem sido uma marca constante na comunidade.

Segundo o senhor Manoel Elias a área do assentamento pertencia ao então Deputado Estadual Gervásio Raimundo que possuía esta propriedade que servia apenas para criação de gado, segundo o Sr. Josias Nunes outro assentado que lutou desde o início junto com Manoel também morador do assentamento declarou que a chegada do assentamento foi uma luta vencida e um grande avanço levando em conta que a necessidade das famílias.

A figura 3 mostra as cisternas nas casas das famílias beneficiadas pelo Programa Água para Todos, são ações como estas que podem trazer uma melhor qualidade de vida para as pessoas que sofrem com a seca e não tem condições financeiras de construir uma cisterna pra na época das chuvas possam ter onde acumular água, segundo o senhor Manoel correia as famílias tiveram primeiro uma cisterna menor de 16 mil litros e em seguida a cisterna calçadão algo que ajudou bastante as famílias.



Figura 3. Cisternas na comunidade.

Fonte: Maria Aparecida Marques da Silva (2021).

PLANTAÇÃO DE RAÇÃO PARA OS ANIMAIS

Os pequenos assentados usam a terra para o plantio também de alimentação para os animais como por exemplo a palma e assim vão tirando o seu sustento tanto da colheita do milho, feijão, mandioca, batata entre outras.

Há também as pessoas que vivem de empreendimentos ligados à arte e cultura como costureiras, culinária regional e artesãos/ãs diversificados/as, mas tudo isso de forma individualizada, não há um incentivo por parte do poder público para apoiar pequenas iniciativas e promover a economia

solitária de forma mais consistente.

CASAS EM CONSTRUÇÃO DE FILHOS DOS ASSENTADOS



Figura 4. Palmas.

Fonte: Maria Aparecida Marques da Silva (2021).

No assentamento além do senhor Manoel muitas pessoas ainda constroem casas na grande maioria das vezes são de filhos dos assentados que ali moram, no entanto outros foram embora e deixaram para outros da família.

CONCLUSÃO

Diante de tudo que foi exposto percebe-se que a luta dos assentados do assentamento da cachoeira no município de luta foi uma luta que durou uns dez anos e que hoje encontram-se com sua terra de onde tiram o sustento para sobreviver.

Sabemos que até chegar o momento da conquista foram diversas idas e vindas para associações reuniões, brigas enfim a posse e desapropriação de terras foram e são até hoje uma luta constante entre o proprietário o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e outros órgãos.

De acordo com o questionário aplicado percebeu-se toda esta luta e conquista da história do assentamento e que hoje estas famílias são gratas por ter alcançado a conquista da terra para sua sobrevivência e de suas famílias.

REFERÊNCIAS

1. BUKHARIN, N. Capítulo VIII - As classes e a luta de classes. In.: *A Teoria do Materialismo Histórico: Manual popular de sociologia marxista*. Edições Caramuru, 1933. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/bukharin/1921/teoria/cap10.ht>
2. m. Acesso em: outubro de 2021.
3. STÉDILE, J. P. (Org.). *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2005. 3 vol.
4. FERNANDES, B. M. et al. *DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra: uma experiência de pesquisa e extensão no estudo da territorialização da luta pela terra*. TerraLivre, São Paulo. 2004.

5. FERNANDES, Bernardo Maçano. *Questão agrária, pesquisa e MST*. São Paulo, Cortez, 2001. (Coleção Questão da Nossa Época; v.92).
6. FERNANDES, Bernardo Maçano. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In.: BUAINAIN, Antônio Márcio. *Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil*. (Org.). Ed.: UNICAMP, 2005.
7. OLIVEIRA, A. U. *A geografia e os movimentos sociais*. São Paulo: USP, 2007.
8. RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. A contrarreforma agrária no Brasil no início do século XXI. In: CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz; SOUZA, Raimunda Áurea Dias de (Orgs.). *O capital e a ocupação de terras/território*. São Cristóvão: editora UFS, 2013. p. 243-300.
9. SALLES, José Carlos de Moraes. *A desapropriação à luz da doutrina e da jurisprudência*. 5. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006
10. SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. *Revista Nera* – ano 8, n. 7 – julho/dezembro de 2005.
11. SILVA, Deysiane Ferreira da; SANTOS, Cristianlex Soares dos. *Diagnóstico Comunitário da Comunidade Cachoeira*. Sítio Cachoeira – Maio – 2021.

A LUTA PELA TERRA NO BRASIL E A CRIAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS: UM BREVE RELATO DO ASSENTAMENTO UNIDOS PELA TERRA

Adélia Elias de Farias²⁶
Ricardo Santos de Almeida²⁷

RESUMO: A luta pela terra não é recente ocorre no Brasil desde o período colonial, estando concentrada nas mãos dos grandes latifundiários sempre foi negada a população camponesa, lutas que sempre foram sufocadas por esse poder opressor, isso fica evidente através dos grandes conflitos no Brasil por terra que geraram inúmeras mortes. Aponta a importância do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) no processo de reforma Agrária no país, que enfrentou e continua a enfrentar inúmeras dificuldades, evidencia ainda sua relevância na desapropriação de terras e criação dos assentamentos como o Assentamento Unidos Pela Terra objeto desta pesquisa sendo apresentada sua história, forma de subsistência e modo de vida de sua população assentada.

PALAVRAS-CHAVE: Luta pela Terra. Assentamento. Reforma Agrária.

²⁶Pós-graduanda da especialização de Educação do campo e sustentabilidade da UNEAL

²⁷Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria. Doutor em Educación pela Universidad Interamericana. Docente da rede pública municipal de Porto Calvo/AL. Pesquisador do: Núcleo de Estudos Agrários e Dinâmicas Territoriais (NUAGRÁRIO/UFAL) desde 2009; Grupo de Estudos e Pesquisa em Análise Regional (GEPAR/UFAL); Geoprocessamento e a Cartografia no Ensino de Geografia (GCEG/UFAL) desde 2016; Núcleo de Pesquisa e Extensão em Educação de Jovens, Adultos e Idosos e Campesinos (NUPEEJAIC/UNEAL) desde 2020; do Grupo de Pesquisa em Educação e Território (UFSM) e Grupo de Pesquisas: Estudos e Pesquisas da Educação em Paulo Freire (GPEPEPF/UFRN) desde 2021. Associado ao Centro Paulo Freire - Estudos e Pesquisas (CPFreire). E-mail: ricardosantosal@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho traz discussões acerca da história da luta pela terra no Brasil um processo que atravessa séculos e remonta ao período do Brasilcolônia. O monopólio de da terra gera inúmera desigualdade social além de provocar inúmeros conflitos algo que está presente na luta pela posse da terra da população camponesa, posso esse que sempre foi oprimida pelo grande poder do latifúndio.

Traz ainda a importância da organização dos camponeses em movimentos sociais mais especificamente no MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem, Terra que tem entre suas bandeiras a luta pela Reforma Agrária, possibilitando assim novas relações sociais.

Apresenta a história, forma de subsistência, características ambientais e modo de vida das pessoas que vivem no Assentamento Unidos Pela Terra no município de Igaci –AL a partir do Trabalho de Campo que foi realizado no mesmo, onde foi possível evidenciar entre outras coisas a relevância que o assentamento tem na vida de seus moradores.

MATERIAIS E MÉTODOS DA PESQUISA

Para a produção deste artigo foi utilizado obras de grande relevância na temática abordada como Fernandes (2014) e Brasil (1964) dentre outros. Foi realizada pesquisa de campo no Assentamento Unidos Pela Terra no município de Igaci/AL, onde foram feitas entrevistas aos assentados que foram semiestruturadas por ser um tipo de entrevista em que há um roteiro elaborado previamente, porém entrevistado e entrevistador ficam à vontade para questionamentos e novas perguntas que possam surgir de acordo com o andamento da mesma. Também apresenta fotografias e o mapa da comunidade.

Foi realizada entrevista contendo as seguintes perguntas:

- 1- Quantas famílias vivem no assentamento?
- 2- No início do assentamento qual era a principal fonte e renda dos assentados?
- 3- A criação do assentamento ocorreu em que ano/? Houve demora nessa criação?
- 4- Vocês estão assentados definitivamente?
- 5- Fale um pouco sobre esse processo de criação, do assentamento?
- 6- Como era a sua vida antes do assentamento? E hoje como é a sua vida?

HISTÓRIA DA LUTA PELA TERRA NO BRASIL

A luta pela terra, não é um fato recente, ocorre desde o período das capitanias hereditárias neste sistema as terras eram divididas pela coroa portuguesa que as cediam para os nobres de confiança do rei. Essa concentração de terras que estende-se desse período até o momento atual gera uma série de problemas sociais, econômicos e ambientais como desigualdade, pobreza violência, dentre outros. Essa concentração faz com que a maioria da população camponesa não consigam adquirir terras no campo e quando conseguem vem as dificuldades para manter-se nelas, enquanto isso a minoria da população os latifundiários, proprietários do agronegócio são os donos da maior parte das terras. O que gera uma série de conflitos no campo, pois a população camponesa resiste bravamente a essa expropriação da terra que sofrem desde o período colonial até os dias atuais como bem enfatiza Gasparotto e Teló (2021, p. 06)

A concentração da terra e os consequentes privilégio e poder político de poucos estão na raiz dos conflitos no campo brasileiro. A resistência da população a esse processo de

concentração, expropriação e exclusão vem desde os tempos coloniais, mantendo-se até os dias atuais.

Outra estratégia utilizada por parte do governo como forma de apropriação indevida das terras foi a utilização de aldeamentos dos indígenas, ou seja, eles eram colocados em outros espaços para assim os retirarem de suas terras tomando posse delas, isso ocorreu durante o período regencial.

Em 1850 têm-se a criação da lei de terras que mais uma vez restringe a posse da terra apenas a aqueles que possuíssem o poder aquisitivo para compra-las o que levou as pessoas que não podiam comprar seu pedaço de terra a trabalharem aos latifundiários, estando assim subordinados a condições adversas, dentre esses trabalhadores muitos europeus foram trazidos para trabalharem nas lavouras de café e cana

A criação da Lei de Terras em 1850 consolidou o regime de propriedade altamente concentrado. Essa lei impediu o acesso à terra daqueles e daquelas que não podiam comprar, forçando as pessoas pobres livres, inclusive imigrantes europeus e escravizados libertos em 1888, a trabalhar para os grandes proprietários, especialmente nas lavouras de café e cana (GASPAROTTO; TELÓ, 2021, p. 08).

A lei de terras também trouxe outra prática a grilagem de terra, ou seja, terras devolutas eram apropriadas, onde os camponeses eram obrigados a trabalharem na instauração das fazendas trabalhavam na derrubada das matas e todo processo de construção dos latifúndios.

Com a proclamação da República no ano 1889, o cenário de expropriação de terras não mudou, as tensões sociais cresceram culminando com vários conflitos pela posse da terra além de não alterar a concentração das terras, que se deu no final do século XIX e início do século XX, foi nesse cenário que

em 1945 surgiu as ligas camponesas como também vários outros movimentos sociais. Foi no Nordeste que teve origem as primeiras ligas camponesas que tiveram entre suas pautas de reivindicações a busca pela reforma agrária, movimento este que foi duramente reprimido

As Ligas Camponesas surgiram por volta de 1945. Elas foram uma forma de organização política de camponeses que resistiram a expropriação e a expulsão da terra. Sua origem está associada a recusa ao assalariamento. Foram criadas em quase todos os estados brasileiros tinham o apoio do PCB, do qual eram dependentes. Em 1947, o governo decretou a ilegalidade do Partido e com a repressão generalizada, as ligas foram violentamente reprimidas, muitas vezes pelos próprios fazendeiros e seus jagunços (FERNANDES, 2014, p.04).

O ano de 1954 é marcado pelo ressurgimento das ligas no estado de Pernambuco, além da a organização em outros estados nordestinos e outras regiões brasileiras que surgem fortemente. Foi também criado nesse período o PCB a União do Lavradores e Trabalhadores Agrícolas - ULTAB, com abrangência em praticamente todo território brasileiro. Com objetivos claros a serem conquistados buscavam a partir de sua organização, unificarem suas lutas através de uma aliança camponesa.

No início da década de 1960 são feitos diversos encontros de caráter nacional pelas ligas, com o objetivo de fazer surgir na classe camponesa a consciência de luta pela reforma agrária. Como estratégia de luta foram realizados vários enfrentamentos contra a expropriação da terra neste sentido, lutaram bravamente através das ocupações de terras.

Sendo que é a partir dos anos 1980 que as experiências possibilitadas pela ocupação de terras nos estados do Sul, São Paulo e Mato Grosso do Sul culminaram com a criação do MST (Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra).

No início da década de oitenta, as experiências com ocupações de terras nos Estados do Sul e em São Paulo e Mato Grosso do Sul, reuniram os trabalhadores que iniciaram o processo de formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. A construção do Movimento se constituiu na interação com outras instituições, especialmente a Igreja Católica, por meio da Comissão Pastoral da Terra - CPT. Aprendendo com história da formação camponesa, na sua caminhada o MST construiu o seu espaço político, garantido a sua autonomia, uma das diferenças com os outros movimentos camponeses que o precederam (FERNANDES, 2014, p. 06).

Foi especificamente no ano de 1984 que o MST foi fundado no estado do Paraná município de Cascavel, a partir daí começaram a organizar a criação de um movimento nacional, momento em que vivia-se no Brasil o início da nova república, e a ocupação das terras foi mais uma vez o meio encontrado por eles como resistência em suas lutas. No ano seguinte chega a sociedade o Plano Nacional de Reforma Agrária, no entanto as desapropriações ocorridas subsequentes a chegada do plano foram fruto em sua grande maioria da intensificação nas ocupações de terra. Como resposta a essas iniciativas em busca de seus direitos de seu pedaço de terra pelos povos camponeses os latifundiários resolveram criar uma organização que defendesse seus interesses chamada de União Democrática Ruralista. Conseguindo que não houvesse a criação no ano de 1988 da lei de reforma agrária.

Em 1985 foi apresentado à sociedade o Plano Nacional de Reforma Agrária. Em quatro anos, menos de 10% do previsto no Plano foi realizado. Em parte, as desapropriações ocorreram porque os sem-terra intensificavam as ocupações de terra. Por essa razão surgiu a União Democrática Ruralista, organização dos latifundiários criada para defender seus privilégios e interesses. Em 1988, essa organização conseguiu minar a criação de uma lei de reforma agrária no processo Constituinte

e inviabilizou a solução para a questão agrária (FERNANDES, 2014, p.06).

Após o regime militar chegar ao fim no país acreditava-se que a reforma agrária teria outro rumo na pauta de ações do governo, entretanto isso não concretizou-se na prática, o que resultou em mais conflitos pelo direito a posse da terra, os governos assim como os anteriores buscavam atender interesses próprios, como exemplo podemos citar o presidente Fernando Collor de Melo que governou de 1990 a 1992, nesse dois anos de governo os sem-terra sofreram duras repressões, pois o presidente representava os latifundiários, assim como os demais presidentes que o sucederam os interesses aos quais eles representavam não era dos camponeses. Como governo destaca-se um, posterior a ditadura militar, e pode-se afirmar que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi o melhor o mesmo, apesar de não ter superado o número de assentados em governos anteriores, investiu em políticas públicas para a melhoria da qualidade dos assentamentos buscando a permanência das famílias nesses espaços, pois não se faz necessário apenas a criação mais sim que haja meios dessas famílias permanecerem nesses locais

Numa comparação generalizada, podemos afirmar que de todos os governos brasileiros, posteriores ao regime militar, o que melhor fez para a reforma agrária foi o governo petista de Luiz Inácio Lula da Silva, que embora não tenha assentado tantas famílias, comparado a outros governos, levou em consideração a qualidade dos assentamentos existentes, criando políticas para a permanência destas famílias na terra. O destaque maior de seu governo não foi o número de assentamentos criados e sim a implementação de políticas públicas para atender a agricultura familiar e diminuir as desigualdades no campo. (MARIANO; TEXEIRA, 2021, p.12).

Os movimentos ligados ao campo vêm a séculos lutando contra o poder das oligarquias pela posse da terra, no entanto, ainda não alcançaram o resultado esperado, porém há que se considerar os avanços significativos que somente foram possíveis graças as intensas lutas travadas pelos camponeses aliados aos movimentos sociais. Neste sentido há que salientar que os Latifundiários e grileiros estão aliados ao poder judiciário supervalorizando as terras fazendo assim com que a indenização dada as terras sejam inexecutáveis pelo governo, com isso fica mais uma vez evidente que a luta pela terra é uma política presente para além deste século, as organizações assim como o MST devem permanecer em busca de seu principal objetivo que é a reforma agrária, tendo como foco não retrocederem em suas conquistas bem como avançarem na luta pela terra.

ASSENTAMENTO UNIDOS PELA TERRA- COMUNIDADE CACHOEIRAIGACI-AL

O Assentamento Unidos Pela Terra pode ser considerado uma enorme conquista, para a comunidade de Cachoeira bem como para todo o município. As famílias que vivem na comunidade são pessoas de origem humilde, um povo que enfrenta as dificuldades que surgem com muita garra e persistência. Em conversa com moradores da comunidade eles não sabem precisar exatamente em datas a criação da comunidade, o que os moradores relatam é que a comunidade foi aos poucos sendo povoada por pessoas que vinham de áreas circunvizinhas.

COMPREENDENDO A COMUNIDADE PARA ALÉM DO MAPA

Conta-se na comunidade (ver figura 1) que a origem de seu nome deve-se a um riacho que ainda existe na localidade,

Ricardo Santos de Almeida; Maria Aparecida Vieira de Melo; Maria Erivalda dos Santos Torres (Orgs.)

riacho este que no passado suas águas eram doce e de boa qualidade, o consumo das famílias que lá habitavam vinha dele, mas aos poucos o mesmo foi sendo assoreado o que como consequência fez com que suas águas ficassem ao grau desalubridade.

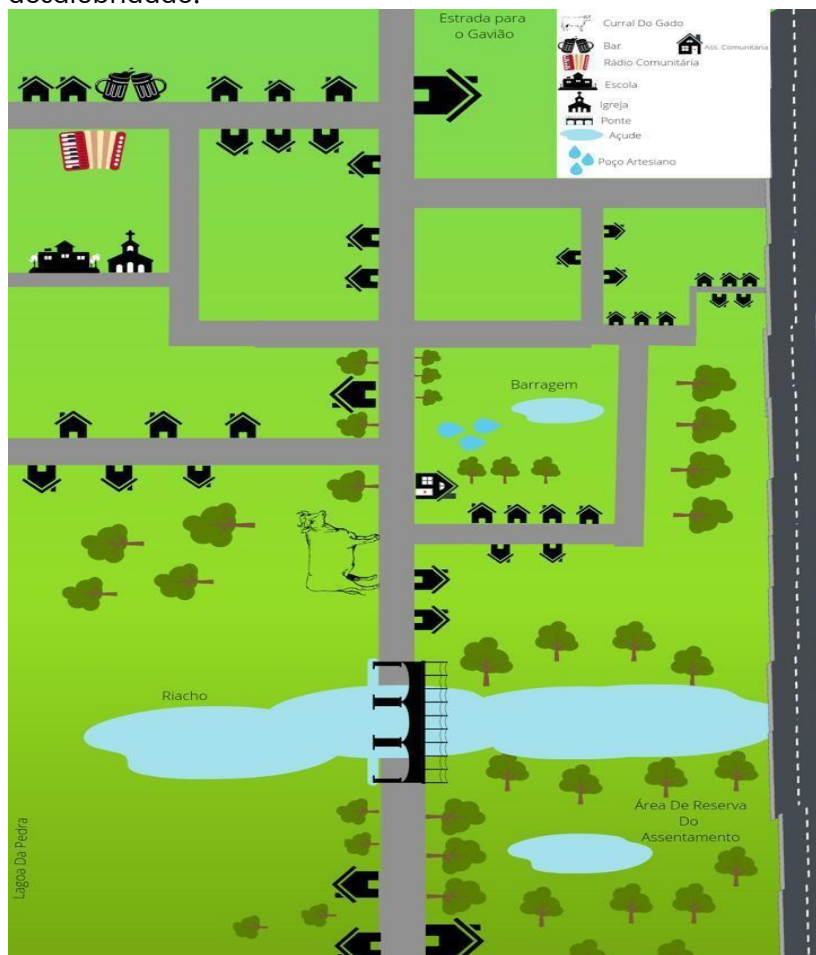


Figura 1. Mapa da comunidade.

Fonte: Santos (2021).

A realidade na comunidade em relação ao abastecimento de energia, não era diferente de outros lugares o que era inexistente, desta forma usavam candeeiros e lamparinas, vão usufruir de energia elétrica apenas quando o morador da comunidade Sr. Zé Pastora coloca energia em sua residência e assim as pessoas passam a usar dessa energia. O ano de 2004 é marcante para esse povo que recebe do Governo Federal o Programa Luz Para Todos e assim veem o sonho de terem energia elétrica em suas casas realizado. “O Decreto de Lei no 4.873, de 11.11.2003, instituiu o Programa “Luz para Todos”- LPT, cujo objetivo e fornecer energia elétrica a parcela da população brasileira localizada no meio rural que ainda não tem acesso a esse tipo de serviço. ” (TEIXEIRA; BERTELLA, 2013, p.13).

A fonte de renda da comunidade era a agricultura sendo que usavam somente adubos orgânicos, por isso tinha uma produção satisfatória de excelente qualidade, porém a medida que os passaram-se forma introduzindo nas plantações agrotóxicos o que levou ao enfraquecimento do solo acarretando em baixa produtividade nas terras da localidade. O Assentamento Unidos Pela Terra chegou a comunidade no ano de 2006 através do Projeto Minha Primeira Terra liderado pelo ITERAL (Instituto de Terras de Alagoas), Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e o Governo Federal que realizou o sonho de várias famílias ao acesso à terra

Foram 28 famílias, cada uma conquistou um lote de 20 tarefas de terra, destinando 20% deste quantitativo para área de reserva florestal, essas famílias vieram de lugares distintos como Coité das Pinhas, Pé de Serra, Jacarezinho, Palmeira dos Índios e outros. A liderança desse projeto estava sob a responsabilidade dos Senhores Antônio Carlos Santos de São Pedro (in memória), Expedito Alves dos Santos e Manoel Elias. (SILVA; SANTOS, 2021, p.06).

As terras onde atualmente concentra-se o assentamento tinham como proprietário o ex Deputado Estadual Gerânio Raimundo, propriedade onde notadamente percebia-se que não exercia sua função primordial a qual a terra deve exercer, sua função social, a mesma era usada para criação de gado, sem atender aos critérios estabelecidos pela lei^o 4.504, de 30 de novembro de 1964.que trata sobre o Estatuto da Terra e assuntos correlatos, segundo essa lei deve ser assegurado a todos o direito de acesso a da terra,condicionada a sua função social.

Art. 2^o É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta Lei.§1^o A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente: a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias; b) mantém níveis satisfatórios de produtividade; c) assegura a conservação dos recursos naturais; d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivem (BRASIL, 1964, p.01).

A função social de uma propriedade deve ser entendida como meio segundo o qual não vise apenas atender aos interesses de seu dono, mais também aos interesses da sociedade não exercendo esse princípio social, não fundamenta-se sua razão de existência. Para tanto esse é um dos fatores que pode levar a desapropriação de uma propriedade como também pode ser feita de acordo com a necessidade pública ou utilidade pública.

Aqui neste trabalho cabe conceituar a desapropriação por interesse social que é a que encontra-se em discussão nada mais é do que “a desapropriação por interesse social tem em vista a função social da propriedade”, e nada mais é do que a transferência de um bem particular, que não estava cumprindo

sua função social, ao Poder público, que transfere aos que necessitam daquele bem” (FERREIRA, 2002, p.43). Neste sentido, a Reforma Agrária se constitui como, meio de interferência do governo sobre propriedades, que não estejam cumprindo sua função social, para novos proprietários que façam essa função social existir.

É no contexto de lutas pela Reforma Agrária que surgem os assentamentos rurais, após um longo processo, que em média dura do processo inicial com a vistoria das áreas improdutivas até a desapropriação em média de 12 a 24 meses quando não há empecilhos como demandas judiciais por parte dos proprietários, latifundiários que querem manter suas propriedades em sua maioria para fins de especulação imobiliária.

Deve-se considerar os inúmeros avanços em relação ao no que refere-se a desapropriação de terras e a criação de assentamentos, porém ainda há muito que ser feito neste sentido, pois são séculos de uma história de opressão sobre os povos camponeses de seus direitos negados, sendo assim é necessário a permanência e eficiência de tais políticas como a de criação dos assentamentos, para que mais pessoas sejam assistidas e assim possam ver o sonho de conseguirem seu pedaço de “chão” realizado.

Em relação a economia o principal meio de sustento do assentamento Unidos Pela Terra é através da agricultura familiar, grande parte das famílias cultivam feijão, milho, mandioca, fazem também o cultivo de frutas como a pinha, manga, acerola, goiaba e caju. Na criação de animais tem-se gado, porcos, ovelhas e galinhas. Os produtos são comercializados nas feiras dos municípios próximos como meio de subsistência das famílias.

De acordo com a entrevista feita percebeu-se também que algumas pessoas do assentamento vivem de empreendimentos que estão ligados à arte e cultura onde

destaca-se as costureiras, culinária regional e artesãos/ãs entre outros, estes trabalhos são de forma individual não existe um órgão que incentive estas pessoas e também que pudesse fornecer um espaço adequado para promover e melhorar a economia local de forma consistente para a vida destes assentados.

ÁREA DE PLANTAÇÃO



Figura 1. Palmas.

Fonte: Adélia Elias de Farias (2021).

Na comunidade há uma área pequena de floresta com mata nativa, porém com o desmatamento e o uso de agrotóxicos a terra torna-se cada vez mais fraca, acarretando na diminuição da produtividade. No assentamento cada propriedade deve deixar uma pequena parte para a reserva, porém o que foi percebido durante o trabalho de campo a partir das informações repassadas pelos moradores que é que essa área que deveria ser bem cuidada por eles apresenta diversos problemas como o lixo e animais mortos que são descartados, não havendo assim a preocupação de preservar essas áreas do assentamento.

Não é realizada a coleta de lixo no assentamento um grave problema enfrentado, pois o destino do lixo é ser queimado, enterrado ou deixado a céu aberto. Em relação à água proveniente para a comunidade alguns assentados utilizam das cisternas melhorando assim suas vidas, pois agora possuem água de qualidade para consumirem e produção de alimentos, contudo não foram todos os contemplados com o projeto, visto que se falando dos Recursos Hídricos, a conquista pela água de qualidade se deu a partir da chegada das cisternas para consumo e produção de alimentos, porém nem todas ainda foram contempladas, visto os cortes no programa por parte do governo federal.

Segundo um dos entrevistados os assentados não possuem a mesma organização de antes, ficando assim cada um em sua terra sem buscarem melhorias, o que fica claro a partir daí que mais que a criação de assentamento se faz necessário que após a concessão dessas terras pelo governo a família deve haver o acompanhamento delas, para que sejam dadas condições de permanência nessas áreas.

CONCLUSÃO

Pelo que foi exposto percebe-se a importância da

organização da população camponesa em movimentos sociais, pois é a partir dessa organização que suas lutas vêm ganhando força e conseqüentemente resolução com destaque para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra MST.

Para tanto no trabalho de campo realizado foi possível perceber a teoria aprendida na prática pois a literatura apresentada não difere da realidade dos assentados do assentamento Unidos Pela Terra, enfrentaram inúmeras dificuldades até conseguirem a terra onde hoje vivem, apesar de terem sido contemplados com inúmeros projetos atualmente enfrentam dificuldades de acesso a projetos, atualmente cada assentado cuida de sua própria terra, há uma desorganização interna.

REFERÊNCIAS

1. BRASIL, *Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504compilada.htm. Acesso em: 15 de set. 2021.
2. FERREIRA, Pinto, *Curso de Direito Agrário*, 5. ed. Ver. e atual., Saraiva, 2002.
3. FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brasil: 500 anos de luta pela Terra*, 2014. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2187014/mod_resource/content/0/1-%20brasil_500_anos_de_luta_pela_terra_.pdf. Acesso em: 02 de out. 2021.
4. GASPAROTTO, Alessandra; TELÓ, Fabricio. *Histórias de lutas pela terra no Brasil (1960-1980)*. São Leopoldo, 2021.
5. SILVA, Deysiane Ferreira da; SANTOS, Cristianlex Soares dos. *Diagnóstico Comunitário da Comunidade Cachoeira*. Sítio Cachoeira – Maio – 2021.

6. MARIANO, Amanda Júlia de Freitas; TEIXEIRA, Jodenir Calixto. A Reforma Agrária nos governos pós regime militar no Brasil: Avanços e retrocessos. *Revistade Geografia (Recife)* V. 38, No. 1, 2021.
7. TEIXEIRA, Rudolph Fabiano A. P; BERTELLA, Mario Augusto. A Importância do Programa “Luz Para Todos” na Redução das Disparidades Regionais Brasileiras. *Revista Brasileira de Energia*, Vol. 19, No. 2, 2o Sem. 2013, pp. 39-68.

O **Centro Paulo Freire – Estudos e Pesquisas** é uma sociedade civil sem fins lucrativos, com finalidade educativa e cultural que se propõe a manter vivas as ideias de Paulo Freire, educador pernambucano, referência no Brasil e no mundo. Sua contribuição para a Educação foi oficialmente reconhecida pela Lei nº 12.612/2012 como Patrono da Educação no Brasil.

Fundado em 29 de maio de 1998, o Centro Paulo Freire – Estudos e Pesquisas teve seu estatuto oficializado em novembro desse mesmo ano. A UFPE solidária com os objetivos deste Centro, compreendendo o seu papel, para uma educação crítica, inclusiva, democrática, assim como, entendendo que a filosofia e pedagogia freireana é atual e profícua, apoia desde o início suas iniciativas. Perenizar as ideias de Paulo Freire é fundamental, para sua terra natal e para o mundo. Vale salientar ter sido esta Universidade berço em que Paulo Freire desenvolveu seu sistema educacional. A sede do Centro Paulo Freire está localizada no Centro de Educação no Campus da UFPE.

ISBN: 978-65-87824-16-1

CSL



9 786587 824161